



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

STELLA MARIS WOLFF DA SILVA

**RELEITURA DE TRÊS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNA-
CIONAL DA CAPES, E O PAPEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-
GRADUAÇÃO BRASILEIRA**

**Porto Alegre
2018**

STELLA MARIS WOLFF DA SILVA

RELEITURA DE TRÊS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL DA CAPES, E O PAPEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, enquanto requisito parcial para obtenção de grau de doutor (a).

Orientadora: Profa. Dra. Maria Rosa Chitolina Schettinger

Co-orientador: Prof. Dr. Ivan Rocha Neto

**Porto Alegre
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

WOLFF DA SILVA, STELLA MARIS

Releitura de três programas de cooperação acadêmica internacional da CAPES, e o papel da internacionalização na pós-graduação brasileira / STELLA MARIS WOLFF DA SILVA. -- 2018.

180 f.

Orientadora: Maria Rosa Chitolina Schetinger.

Coorientadora: Ivan Rocha Neto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Educação. . 2. Internacionalização acadêmica. 3. Cooperação internacional. I. Schetinger, Maria Rosa Chitolina, orient. II. Neto, Ivan Rocha, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

STELLA MARIS WOLFF DA SILVA

RELEITURA DE TRÊS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL DA CAPES, E O PAPEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Rosa Chitolina Schetinger (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Ivan Rocha Neto (Co-orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Félix Alexandre Antunes Soares (Avaliador Externo)
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Profa. Dra. Vera Maria Melchiors Morsch (Avaliadora Externa)
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Profa. Dra. Rosélia Spanevello (Avaliadora Externa)
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Dedico esta pesquisa aos Wolff: João, Otília e Simone pela maestria em conduzir suas vidas, dando-me exemplo de fé e coragem. Gratidão e amor resumem o que sinto por vocês.

Agradecimentos

Pensei que seria fácil chegar a este termo, mas, na verdade, não é, pois o caminho foi longo e nele muitas vidas me acompanharam, encorajando-me a ter esperança de chegar ao fim. Assim, espero não esquecer nenhuma delas.

À Rosa, querida orientadora, você foi minha doce fortaleza durante esses anos.

Ao Ivan Rocha, querido co-orientador, seu estímulo foi de fundamental importância.

Ao José Lúcio Sousa, rabino de sábias palavras, seu profissionalismo, cuidado e amizade não me deixaram desistir.

À Nora, amiga da tenra idade, seu carinho e suas orações alimentaram meu coração.

À minha amiga de infância, Lene, obrigada por esperar pelo meu tempo.

Às minhas amigas que nasceram na CAPES e que agora seguem comigo na vida, Mislei-
ne, Ana e Janyna; e outras amadas da CAPES que chegaram depois, no final do percurso, Janaína, Gabriela Parisi, Cleide, Rose, Nyna, Mariana, Daniele, Isabela, Bruna e Aninha.

Aos meus amigos das madrugadas, agradeço por me escutarem durante nossos esforços físicos, tornando tudo mais leve e divertido: Débora, Grazi, Flávia, Marina, Sil, Ivanir, Vera, Ricardo e Gileard.

E ao Webert, pela maestria na revisão deste trabalho.

Releitura de três programas de cooperação acadêmica internacional da CAPES, e o papel da internacionalização na pós-graduação brasileira

Resumo

O trabalho pretende analisar a criação, institucionalização e expansão da pós-graduação brasileira a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da reforma do ensino superior instituída durante o Regime Militar (1964-85). Igualmente, discorrer-se-á a respeito dos esforços que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm envidado na busca de sua internacionalização acadêmica, e de como o atual fenômeno da globalização, que é desafiador e agregador de relações, sejam elas acadêmicas ou profissionais, tem impactado essa busca. E por serem análogos, mas distintos, procuraremos distinguir o fenômeno da globalização, do processo de internacionalização das IES. Da mesma maneira, a pesquisa procurará demonstrar a evolução de relevantes programas de cooperação acadêmica internacional executados pelo Brasil, sendo representado pela Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com Alemanha, Estados Unidos e França, representados por suas agências federais, respectivamente, DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*), Comissão Fulbright (Programa de Intercâmbio Educacional e Cultural do Governo dos Estados Unidos da América) e Cofecub (Comité Français d'Evaluation de la Coopération Scientifique et Universitaire avec le Brésil). E como a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), impulsionada por meio da cooperação acadêmica internacional, existente nos Programas de Pós-graduação (PPG's) brasileiros, qualifica recursos humanos, fortalece a comunidade científica e, incrementa sua produção científica, ampliando sua visibilidade internacional. A metodologia foi de natureza exploratória e explicativa, iniciada com o levantamento da literatura relativa à internacionalização da educação pós-graduada *stricto sensu*, brasileira, revisão histórica da cooperação acadêmica internacional no Brasil, representado pela CAPES e ainda, a pesquisa procura demonstrar como a internacionalização das IES estabelece e fortalece relações institucionais, e proporciona à ciência brasileira, incremento e visibilidade internacionais. O artigo e o manuscrito explicitam o papel da cooperação acadêmica, a internacionalização da ciência brasileira, a ampliação de sua produção e visibilidade internacionais. Eles também descrevem a criação, institucionalização e expansão da pós-graduação brasileira e os esforços das Instituições de Ensino Superior (IES) em busca de sua internacionalização e de como o fenômeno da globalização, que é desafiador e agregador de relações, tem impactado nessa busca. Ademais, o questionário traz importantes opiniões de coordenadores de programas de pós-graduação, as quais foram utilizadas para as considerações da pesquisa. Como conclusão, mostrar-se-á que agências de fomento como a CAPES adotam políticas de expansão, e de consolidação da qualidade da pós-graduação brasileira por meio de programas de cooperação acadêmica internacional, utilizando-se de ações estratégicas que elevaram o número de doutores titulados, concedendo bolsas, auxílios e outros mecanismos (como projetos conjuntos), para a formação e capacitação de recursos humanos, promovendo a cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), em áreas de interesse nacional, fomentando o desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação e, com isso, contribuindo para o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e incrementando a produção científica brasileira, e conferindo à sua comunidade científica, inserção e visibilidade internacionais.

Palavras-chave: Educação. Internacionalização acadêmica. CAPES.

Re-reading of three regular programs of international academic cooperation from CAPES, and the role of internationalization in Brazilian graduate studies

Abstract

The work intends to analyze the creation, institutionalization and expansion of the Brazilian post-graduate system, from the promulgation of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and the reform of higher education instituted during the Military Regime (1964-85). It will also discuss the efforts that the Higher Education Institutions (IES) have been trying to achieve in their academic internationalization, and how the current phenomenon of globalization, which is challenging and aggregating relations, whether they are academic or professional, has impacted this quest. And because they are analogous, but different, we will try to distinguish the phenomenon of globalization, the process of internationalization of HEIs. In the same way, the research will seek to demonstrate the evolution of relevant international academic cooperation programs, executed by Brazil, in the research will be represented by the CAPES Foundation (Coordination for Improvement of Higher Education Personnel), with Germany, United States and France, represented by its federal agencies, respectively, DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst), Fulbright Commission (Educational and Cultural Exchange Program of the United States of America) and Cofecub (French Committee for Evaluation of the Co-operation Scientifique et Universitaire avec le Brésil). And as the internationalization of Higher Education Institutions (IES), promoted through international academic cooperation, in Brazilian Postgraduate Programs (PPG's), qualifies human resources, strengthens the scientific community and increases its scientific production, increasing its visibility. The methodology was exploratory and explanatory, starting with the survey of the literature on the internationalization of post-graduate education *stricto sensu*, Brazilian, historical review of international academic cooperation in Brazil, represented by CAPES and in its result, demonstrate how the internationalization of IES establishes and strengthens institutional relationships, and provides Brazilian science with international growth and visibility. The article and the manuscript, explain the role of academic cooperation, the internationalization of Brazilian science and the expansion of its international production and visibility. They also describe the creation, institutionalization and expansion of Brazilian post-graduate studies, and the efforts of the Higher Education Institutions (IES) in search of their internationalization and how the phenomenon of globalization, which is a challenging and aggregator of relations, has impacted by this search. And, the questionnaire brings important opinions of coordinators of postgraduate programs, and that were used for the research considerations. In its conclusion, it will be shown that development agencies such as CAPES adopt policies to expand and consolidate the quality of Brazilian post-graduate programs through international academic cooperation, using strategic actions that have raised the number of PhD graduates, granting scholarships, aids and other mechanisms (such as joint projects), for the training and qualification of human resources, promoting international cooperation in the National Graduate System (SNPG), in areas of national interest, fostering scientific and technological development, supporting research, innovation, and thereby contributing to the stimulation and enhancement of education, science and technology and increasing Brazilian scientific production, and conferring on its scientific community, international insertion and visibility.

Keywords: Education. Academic internationalization. CAPES.

Lista de Figuras

Quadro 1: Estratégias adotadas pela academia brasileira	18
Figura 1: Comparativo do crescimento do SNPG nas Avaliações de 2013 e 2017	26
Figura 2: Situação atual do SNPG, após a avaliação quadrienal 2017, do período avaliativo de 2013 a 2016	27
Figura 3: Distribuição de notas aos 73 programas avaliados na quadrienal 2017 e aos 64 programas avaliados na trienal 2013	27
Figura 4: Bolsistas brasileiros do acordo Capes/DAAD no exterior no período de 2010 a 2016	40
Figura 5: Bolsistas brasileiros do acordo Capes/Fulbright no exterior no período de 2010 a 2016	41
Figura 6: Bolsistas brasileiros do acordo Capes/Cofecub no exterior no período de 2010 a 2016	42
Figura 7: Participação brasileira na produção científica mundial com colaboração internacional	96

Lista de Tabelas

Tabela 1: Ranking de 20 Países na Produção Científica Mundial no período de 1996-2016	20
--	-----------

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Trajetória Pessoal	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Referencial Teórico	14
1.3.1 As Primeiras Universidades no País e no Mundo	15
1.3.2 Inserção Internacional da Ciência Brasileira	18
1.3.3 Fundamentos à Internacionalização das IES	20
1.3.4 A UNESCO e a Cooperação Acadêmica entre as Nações	21
1.3.5 A Internacionalização Acadêmica diante do Fenômeno da Globalização	23
1.3.6 O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG)	25
1.3.7 O Processo de Internacionalização das IES Brasileiras	28
1.3.8 A Atual Cooperação Acadêmica Brasileira	28
1.3.9 Acordos de Cooperação Executados no Brasil	29
1.3.10 Últimos Estudos Referentes à Internacionalização das IES Brasileiras	31
1.4 Estrutura do Trabalho	33
1.4.1 Organização da Pesquisa	33
1.4.2 Análise dos Dados	33
1.4.3 Universo e Fases da Pesquisa	34
1.4.3.1 A Escolha da Área do Conhecimento	35
1.4.3.2 A Escolha da Agência de Fomento Brasileira	36
1.4.3.3 A Escolha dos Países Cooperantes	38
1.4.3.3.1 Cooperação Brasil (CAPES) e Alemanha (DAAD)	39
1.4.3.3.2 Cooperação Brasil (CAPES) e EUA (FULBRIGHT)	40
1.4.3.3.3 Cooperação Brasil (CAPES) e França (COFECUB)	41
2 RESULTADOS	43
2.1 O Artigo, O Manuscrito e O Questionário	43
2.1.1 O Artigo	44
2.1.2 O Manuscrito	66
2.1.3 Questionário Aplicado com Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Ciências Biológicas II Possuidores de Notas 5, 6 E 7	85
3 DISCUSSÃO	91
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	107
APÊNDICE A – Termo de Consentimento	108
APÊNDICE B – Questionário	110

ANEXOS	114
ANEXO A – Carta de Aceite da Comissão de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	115
ANEXO B – Autorização Pesquisa Institucional - CAPES	119
ANEXO C – Documento de Área de Ciências Biológicas II	120
ANEXO D – Acordo CAPES/COFECUB	160
ANEXO E – Acordo CAPES/FULBRIGHT	172
ANEXO F – Acordo CAPES/DAAD	177

1 INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória Pessoal

Com formação acadêmica na área de Direito, o meu primeiro contato com outras áreas, tais como educação, ciência e tecnologia, só aconteceu em meados de 1990, quando ingressei na CAPES. Ingressei na agência poucos meses antes de ela ser extinta no governo Collor, em março daquele ano. Tal extinção traumatizou não apenas os funcionários, mas toda a comunidade acadêmica e órgãos públicos, que, com afincos, cuidado e amor pelo conhecimento, mobilizaram-se e conseguiram, em menos de um mês, restabelecê-la. À época, consegui perceber que a agência era um órgão público diferenciado, mesmo com um corpo enxuto de funcionários, todos se empenhavam em fazer mais e melhor. Nesta minha fase inicial de CAPES, fui lotada na Comunicação Social do órgão, com acesso às mais diversas informações, porém, eu não conseguia perceber a dimensão de sua missão.

Sempre senti vontade de trabalhar em sua área internacional, e ainda na década de 90, consegui transferência à sua Diretoria. O horizonte ampliou-se e, a partir de então, tive acesso a um público diferente: Universidades Brasileiras e Instituições Internacionais. Deparei-me com um mundo com novas línguas e culturas e eu, que até então pensava que a CAPES fosse apenas um órgão de concessões de bolsas de estudo no país e no exterior, deparei-me com uma nova realidade fora da circunscrição brasileira.

Senti, sobretudo por parte das organizações internacionais, um grande carinho e respeito pela agência. Li acordos de cooperação internacionais e participei das mais diversas reuniões com pessoas de diferentes culturas. Apaixonei-me pela causa, pela agência e pelo assunto referente à cooperação internacional.

Levei em conta a possibilidade de entender um pouco mais a internacionalização da educação superior, não como um fim, mas como um processo de evolução, procurando refletir a respeito das motivações que levam um país a querer unir-se a outro, quebrando barreiras e superando obstáculos, tais como língua, cultura, distância, credo etc., num gesto de respeito e amizade.

A partir da virada do século, a cooperação internacional da CAPES ampliou-se sobremaneira e diferentes países quiseram cooperar com o Brasil. Alguns acordos se mantêm até hoje, alguns desses veremos na pesquisa, e outros tantos foram firmados com os mais diversos países.

Depois dessa fase, em que meus olhos se abriram e me apaixonei pelo assunto, outras portas se abriram e fui para a Avaliação da CAPES, em 2004. Houve como que a criação de um terceiro olho e visualizei outra agência dentro da agência: o serviço era frenético, corre-corre nos corredores, consultores, pró-reitores, reitores, professores, público em geral, e telefones tocando, muitos telefones tocando. Eu agora estava no coração da agência e lembro-me de, na minha primeira participação, no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), eu ter pensado que nunca conseguiria entender do assunto, Áreas, Subáreas, Coordenador de Área, Coleta, SNPG, QUALIS, Avaliação Trienal, agora quadrienal etc. Consegui entender o SNPG, do “nascimento”, “vida” à “morte” de um curso, entendi o que é o QUALIS, entendi a necessidade do envio da Coleta, e agora, já mais madura, precisei escolher o tema do meu curso de Mestrado, em 2010, e dividi-me entre a paixão e a razão. Escolhi a primeira.

E, assim, quando iniciei o mestrado, decidi-me pela área da cooperação internacional da CAPES, e continuei com o tema no doutoramento. A ideia foi selecionar apenas alguns países, os quais seriam analisados por um período e, desta feita, foram selecionados Alemanha, Estados Unidos e França, por possuírem cooperação há certo tempo com a CAPES. Em seguida, foi elaborada uma pesquisa a respeito do processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras e o papel desempenhado pela cooperação internacional, levando-se em consideração também o fenômeno da globalização, em que novos desafios têm surgido decorrentes à mudança da maneira do conhecimento ser produzido e disseminado, e ainda as relações, individuais e institucionais, como as universidades brasileiras, estrangeiras e suas agências de fomento têm sido estabelecidas.

Durante a pesquisa, pude observar que a política do governo federal tem se empenhado em aproximar a comunidade científica brasileira a centros de pesquisa de excelência, buscando sua inserção e incremento. E, por entender que a inserção internacional é resultado da observância de aspectos políticos, econômicos, culturais, educacionais e linguísticos, intrínsecos ao desenvolvimento econômico de uma nação e, para que esse crescimento seja possível, é imprescindível haver investimento em sua educação, principalmente a de ponta, que é a pós-graduada. Desse modo, entendo que a internacionalização é uma ferramenta imprescindível ao incremento da ciência e da tecnologia, com conseqüente diminuição de gargalos tecnológicos no contexto brasileiro, o que procurei demonstrar durante o estudo, que uma de suas estratégias é na atuação da CAPES, que, por meio de acordos de cooperação acadêmica internacional, busca aproximar as IES brasi-

leiras às instituições internacionais, incrementando o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Desse modo, procurei alcançar o objetivo precípua da pesquisa, ao demonstrar o papel social da internacionalização acadêmica em um mundo sem cercas, sem fronteiras, e seu papel catalisador à inserção social, científica e à visibilidade internacional da ciência brasileira.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a internacionalização acadêmica de algumas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, por meio da cooperação acadêmica internacional executada pela CAPES e o fenômeno da globalização na produção e disseminação do conhecimento.

1.2.2 Objetivos Específicos

A pesquisa tem como objetivos:

- Historiar a criação e o papel da CAPES à pós-graduação *stricto sensu* brasileira;
- Descrever a institucionalização da pós-graduação brasileira; e
- Analisar a internacionalização acadêmica nas Instituições de Ensino Superior, por meio de 03 acordos de cooperação acadêmica executados pela CAPES, com a Alemanha, Estados Unidos e França, respectivamente representados pelo DAAD, Fulbright e Cofecub, junto aos PPG's de Ciências Biológicas II, possuidores de notas 5, 6 e 7.

1.3 Referencial Teórico

Apesar de a literatura a respeito do tema não ser vasta, a pesquisa utilizou publicações que mais se adequavam ao seu escopo. As publicações nacionais mais utilizadas foram as de Irene Kazumi Miura, Mateus de Souza Rocha, Thais Mere Aveiro, Isabel Canto, Marília Costa Moro-

sini e Leonardo Osvaldo Barchini Rosa. Quanto às publicações internacionais, destacamos os trabalhos de Jane Knight, Hans de Wit e Philip Altbach, os quais fazem referência à internacionalização das universidades, não se limitando ao tema da internacionalização da pós-graduação. A literatura referenciada e outras citadas no trabalho descrevem a necessidade do ser-humano em adquirir e disseminar conhecimento e os centros de saber, universidades, criadas para esse fim. A presente pesquisa também faz referência à institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, processo de internacionalização e sua inserção mundial. Nos tópicos seguintes, procuraremos contextualizar os temas acima referenciados, utilizando a literatura levantada sobre o assunto.

1.3.1 As Primeiras Universidades no País e no Mundo

A humanidade continuamente busca o conhecimento com o objetivo de suprir sua curiosidade instintiva de compreender o desconhecido e de obter maneiras apropriadas de suprir suas necessidades. Nessa busca, o ser-humano desenvolveu formas de aprendizado e de sua transmissão, criando, para tanto, centros de estudo, as chamadas Universidades.

Oficialmente, a UNESCO declarou a Universidade de Karueein, localizada na cidade de Fez¹, Marrocos, a primeira universidade do mundo. Fundada em 859, existe até hoje, sendo considerada a primeira universidade em sentido moderno, dividida em departamentos com conhecimentos de áreas distintas. Na Europa, a primeira universidade surgiu em 1088, na Bolonha, Itália, e nela eram ensinados direito, medicina e teologia. As outras universidades, que se seguiram à italiana, foram as inglesas, entre 1096 e 1167, e as francesas, a partir de 1170. Essas e vindouras universidades, fundadas na Europa cristã medieval, possuíam como missão a busca da verdade, o bem e o belo.

No início do século XVIII, Galileu estabeleceu o método científico de observação e experimentação, fazendo a distinção das hipóteses corroboradas, das contraditórias, dando início à ciência moderna (DE ZAGOTTIS, 1995, p. 75). Com a criação da Universidade de Berlim, Alemanha, em 1809, a Universidade passou a ser uma comunidade constituída de pesquisadores,

¹ Segundo a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) a cidade de FEZ, no Marrocos na África, é o lar da mais antiga universidade do mundo. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/170>>. Acesso em: 15 maio 2018.

pois lá “a pesquisa científica foi inserida nas universidades, vinculando de forma bastante enfática a pesquisa ao ensino. Mais tarde ao incorporar essa proposta, o sistema norte-americano patrocinou uma inovação bastante significativa, integrando a pesquisa aos cursos e programas de pós-graduação” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 29-39).

Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil foram dados no início da década de 1930, segundo Balbachevsk (2005); à época, as primeiras universidades brasileiras conseguiram atrair alguns professores estrangeiros que trouxeram o primeiro modelo institucional para os estudos na pós-graduação no Brasil. As primeiras universidades institucionalizadas surgidas naquela década foram a Universidade de São Paulo (USP), 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF)², 1935, ambas precursoras nas tentativas de superação de um padrão de organização do ensino superior, baseado na escola isolada e profissionalizante, e de construção de um novo modelo baseado em instituições mais orgânicas que integrassem ensino e pesquisa (MARTINS, 2003). Sabe-se que as primeiras universidades sofreram forte influência internacional em decorrência da vinda de professores estrangeiros, comprometidos a dar início as nossas atividades de ensino e pesquisa, conforme pontuado em Canto (2005):

[...] no início do século XX, em 1915, ocorreu a concessão da primeira bolsa da Fundação Rockefeller a um pesquisador brasileiro para estudos no campo da Saúde, assinalando assim a entrada no cenário dos organismos internacionais, como fiadores do processo de colaboração internacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos anos seguintes, várias outras instituições internacionais passaram a atuar na gestão e coordenação de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica. Muito antes, portanto, da criação da primeira universidade no Brasil, já era evidente a grande ligação dos cientistas brasileiros com a academia estrangeira. A vinda ao país de pesquisadores estrangeiros para atividades de ensino e pesquisa, bem como a ida de pesquisadores brasileiros, que ocupavam cargos de gestão ou acadêmicos, para estudos no exterior, foram de fundamental importância para o desenvolvimento das Ciências Aplicadas no Brasil.

O modelo tradicional de cooperação vigente à época, em muitos casos não simétricos, sem oportunidades para qualquer possibilidade de colaboração institucional madura, foi um dos primeiros instrumentos formais para a internacionalização. Esse modelo existiu da década de 1930

² Criada em 1935, a UDF pretendia formar “os quadros intelectuais do país” e em 1936 já contava com cerca de quatrocentos alunos formando sua primeira turma em 1937. Com a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, a instituição foi eliminada e incorporada em 1939, à criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

até o final da década de 1960, quando especialistas surgidos deste processo começaram a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento científico no Brasil, particularmente nas ciências sociais e humanas. Após a Segunda Guerra Mundial, deu-se início à formalização dos acordos com países estrangeiros, evoluindo aos anos 60, com o surgimento dos acordos bilaterais de cooperação tecnológica. Este processo de internacionalização alcançou proporções mais significativas na década de 70 quando agências internacionais com presença no Brasil começaram a oferecer programas conjuntos (que vão desde bolsas de estudos de pós-graduação no exterior até apoio à pesquisa conjunta), sendo estabelecidos programas nacionais para apoiar atividades de fortalecimento à pós-graduação e criar uma troca de informações e especialistas. Essas ações demonstram que o governo e as universidades tiveram interesse em trabalhar juntos para definir as prioridades estratégicas do país através da assinatura de acordos de cooperação e criando estruturas para gerenciamento e negociação interna (SCHWARTZMAN, 2001).

No final da década de 80, o fenômeno passou a ser estudado segundo uma *abordagem de processo*, ou seja, a internacionalização teria como objetivo integrar a dimensão internacional/intercultural ou global dentro das propostas e funções tradicionais da universidade (ensino, pesquisa e serviços), incluindo a oferta de programas educacionais de ensino superior (KNIGHT, 2005).

Entende-se, pelo modelo de Canto (2005), que existem duas fases distintas no processo brasileiro de internacionalização acadêmica: a primeira, anterior à criação das agências de fomento, CAPES e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e a atual, posterior a essa criação:

[...] com relação ao Brasil, tradicionalmente a elite ia estudar na Europa. Na década de 1930, acadêmicos europeus ajudaram o estabelecimento das universidades de pesquisa no Brasil e, durante os anos 50, com o apoio das agências internacionais, o governo brasileiro enviou estudante para o exterior e estabeleceu suas próprias agências financiadoras. Na década de 1960, para dar apoio ao desenvolvimento econômico, o Brasil começou a investir fortemente na melhoria e expansão do sistema de educação superior e o treinamento de estudantes no exterior foi direcionado a áreas consideradas estratégicas. “A partir da metade dos anos 70, foram estabelecidos programas bilaterais e multilaterais” (CANTO, 2005, p. 182).

O Quadro 1 apresenta a sistematização das estratégias adotadas à internacionalização acadêmica no Brasil.

Quadro 1: Estratégias adotadas pela academia brasileira

Período	Características
Até 1920	Formação da elite na Europa.
1930	Fundação das primeiras universidades brasileiras, com o auxílio de acadêmicos europeus.
1950	Apoio estrangeiro para o desenvolvimento do sistema de ensino superior e formação de estudantes no exterior.
1960	Formação de estudantes em áreas prioritárias na Europa e nos EUA, e intercâmbio de acadêmicos, majoritariamente financiados pelo governo brasileiro.
Desde 1970	Estabelecimento de programas bilaterais financiados pelo governo brasileiro e seus parceiros e o estabelecimento de programas multilaterais.

Fonte: Canto, 2005.

Seguindo a descrição dada por Canto (2005), destacamos aspectos referentes ao processo de internacionalização da educação superior brasileira, a saber:

- Influência internacional, inicialmente da Europa e depois dos EUA;
- Transformações dos Programas de Cooperação Internacional da CAPES a partir da elevação do status dessas atividades, com a criação da Diretoria de Relações Internacionais e com a evolução do sistema nacional de pós-graduação; e
- Evolução do modelo de cooperação internacional, antes baseado em ações individuais, que começa a atuar de forma mais institucionalizada, conectando grupos com a formação de redes cooperativas de pesquisa mais complexas.

1.3.2 Inserção Internacional da Ciência Brasileira

A pesquisa procura demonstrar que a internacionalização acadêmica objetiva proporcionar inserção e visibilidade à comunidade científica, seja por meio de publicações científicas, do intercâmbio acadêmico e científico, e da execução de projetos conjuntos de pesquisa. Tal assertiva pode ser validada com base na produção científica brasileira que tem obtido crescimento de 8% ao ano, enquanto a média mundial está em 2% e, conforme ranking da produção científica de 239 países no período de 1996 a 2016, publicado pela Scimagojr, Brasil, Alemanha, Estados Unidos e

França receberam as seguintes classificações em ordem crescente: Estados Unidos (1ª posição); Alemanha (4ª posição); França (6ª posição) e Brasil (15ª posição). Conforme Tabela 1, a seguir, referente ao ranking à produção científica mundial, os Estados Unidos obtiveram a 1ª posição, seguidos pela Alemanha na 4ª posição, e França na 6ª posição.

No relatório “*Research in Brazil*”, disponibilizado pelo *Clarivate Analytics*³, é apresentada uma análise sucinta do desempenho da pesquisa brasileira. O documento considera o desempenho em um contexto global e procura apontar como a pesquisa brasileira está mudando e como o desempenho tem sido afetado por transformações recentes. O relatório é referente à produção científica, em nível global, de 2011 e 2016, e reforça a visão deste estudo quando afirma que a ciência brasileira contribui efetivamente à construção de um estado nacional desenvolvido e autossustentável (CAPES). O documento informa o estado atual da produção científica brasileira, em grande parte das áreas de conhecimento, e pontua mudanças e impactos mediante as atuais políticas públicas de fomento e financiamento. Ainda conforme o relatório, vários artigos foram produzidos em coautoria, fruto da colaboração acadêmica internacional do Brasil com diversos países.

Conforme demonstrado na Tabela 1, referente à produção de conhecimento científico, os Estados Unidos obtiveram a 1ª posição, seguidos pela Alemanha na 4ª posição, e França na 6ª posição. O Brasil obteve a 13ª posição, dentre 20 países, colocação satisfatória tendo em vista que ficou à frente de importantes países como Holanda, Rússia, Suíça e Turquia.

³ Para a produção do relatório que analisa o desempenho de trabalhos de pesquisa brasileiros publicados no período de 2011 a 2016, na Web of Science (WoS), foram usados recursos bibliométricos.

Tabela 1: Ranking de 20 Países na Produção Científica Mundial no período de 1996-2016

Rank	Country	Documents	Citable doc.	Citations	Self-citations	Citations per document	H index
1	United States	10193964	9165271	240363880	110517058	23,58	1965
2	China	4595249	4525851	32913858	18210007	7,16	655
3	United Kingdom	2898927	2499445	60988844	13948928	21,04	1213
4	Germany	2570206	2394158	49023207	12158563	19,07	1059
5	Japan	2367977	2277777	35480575	9503478	14,98	871
6	France	1826708	1712312	33910955	7292478	18,56	966
7	Canada	1468796	1338700	31052115	5578703	21,14	963
8	Italy	1449301	1335074	25366435	5850838	17,5	839
9	India	1302605	1223521	10839171	3694872	8,32	478
10	Spain	1148258	1060196	18244660	4201659	15,89	723
11	Australia	1111010	996160	20363776	4272355	18,33	795
12	South Korea	914572	887739	10741924	2220618	11,75	536
13	Russian Federation	860847	842674	5947119	1831981	6,91	467
14	Netherlands	816316	745545	20136037	3133734	24,67	835
15	Brazil	749498	715170	7557916	2501838	10,08	461
16	Switzerland	595889	550777	15280692	1969916	25,64	818
17	Taiwan	575296	556749	6885565	1402557	11,97	406
18	Sweden	552343	514919	13028361	1926467	23,59	735
19	Poland	527034	509596	5048906	1282858	9,58	445
20	Turkey	485366	453565	4414662	1039323	9,1	339

Fonte: Dados extraídos do SCImago Journal & Country Rank (SJR), 2017.

1.3.3 Fundamentos à Internacionalização das IES

O atual PNPG 2011-20 tem a finalidade de apontar tendências e rumos da pós-graduação brasileira, observando conjunturas, nacional e internacional, e as necessidades de desenvolvimento e qualificação de pessoal no País. Dentre suas metas, a internacionalização da pós-graduação brasileira apresenta-se como requisito para que os PPGs possam atingir, na avaliação feita pela CAPES, conceitos de excelência. Da mesma maneira, o PNPG sinaliza a necessidade da melhoria do ensino superior, pela institucionalização e aperfeiçoamento do processo de avaliação da qualidade da educação e da autonomia na criação de um sistema de ciência e tecnologia que possa atender às demandas econômicas, financiamento e custos da pós-graduação, desequilíbrios e assimetrias nacionais, programas estratégicos e de cooperação internacional, outros tópicos relacio-

nados no Plano. Cabe ressaltar que, pela primeira vez, o PNPG integrará o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴ em movimento.

Ao ser respaldada a importância da internacionalização acadêmica ao País e às IES, por meio de atividades de cooperação acadêmica internacional nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), foram selecionadas algumas referências legais objetivando sua validação, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigo 43 (BRASIL, 1996) que declara que a internacionalização pode ser entendida como ferramenta necessária à consecução das finalidades estabelecidas para a educação superior. Anteriormente, a Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988) art. 4º, inciso IX, esclarece que a internacionalização se guia tanto pelos princípios que regem as relações internacionais brasileiras, quanto pelos princípios concernentes à educação, à ciência e à tecnologia, na busca da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

1.3.4 A UNESCO e a Cooperação Acadêmica entre as Nações

Assim e diante da existência de imperativos locais e globais, e com objetivo de prover soluções a vários desafios e na ânsia de ser colocado em movimento um processo de profunda reforma na educação superior mundial, a UNESCO⁵ convocou a Conferência Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Antes da realização dessa Conferência, a UNESCO publicou, em 1995, seu Documento de Política para Mudança e Desenvolvimento em Educação Superior em que cinco consultas regionais foram realizadas subsequentemente (Havana, novembro de 1996; Dacar, abril de 1997; Tóquio, julho de 1997; Palermo, setembro de 1997; e Beirute, março de 1998). As Declarações e os Planos de Ação nelas adotados, cada qual preservando suas especificidades, foram levados em conta na referida conferência mundial realizada na Sede da UNESCO em Paris, de 5 a 9 de outubro de 1998, e esclarecem que na década anterior foi evidenciada importante contribuição da pesquisa e do ensino superior à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento sustentável e para o progresso, atingindo metas internacionais de desenvolvimento e que tais planos de metas mundiais devem refletir essas realidades.

⁴ O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014/24) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do PNE, que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência.

⁵ A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é responsável pela coordenação da cooperação internacional em educação, ciência, cultura e comunicação.

No documento são observadas responsabilidades inerentes à educação superior e à obrigatoriedade de que países e continentes compartilhem conhecimentos teóricos e práticos. Algumas dessas responsabilidades foram pontuadas a seguir:

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998).

- “Cooperação internacional na educação superior deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além de na promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural. Como tal, pode ser estimulada apesar da crise econômica.
- Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros.
- Redes de universidades internacionais e parcerias são uma parte dessa solução e auxiliam no crescimento do entendimento mútuo e da cultura de paz.
- Parcerias para pesquisa e equipe e intercâmbio de estudantes promovem a cooperação internacional. O encorajamento de uma mobilidade acadêmica mais amplamente equilibrada deveria ser integrada em mecanismos que garantam colaboração genuína, multicultural e multilateral.
- Parcerias devem promover a criação de capacidades de conhecimento nacional em todos os países envolvidos e, desse modo, garantir fontes mais diversificadas de pesquisa coletiva de alta qualidade e produção de conhecimento, em escala global e regional.
- Para que a globalização da educação superior beneficie a todos, é essencial que ela proporcione a igualdade de acesso e de sucesso a fim de promover a qualidade e respeitar a diversidade cultural, bem como a soberania nacional.
- A globalização enfatizou a necessidade do estabelecimento de um sistema de reconhecimento e de garantia de qualidade juntamente com a promoção de uma rede ao redor desses Sistemas.
- A disposição transfronteiriça de educação superior pode fazer uma contribuição significativa para a educação superior fornecida, oferecendo educação de qualidade, promovendo valores acadêmicos, mantendo a relevância e respeitando os princípios básicos de diálogo e cooperação, reconhecimento mútuo pelos direitos humanos, diversidade e soberania nacional.
- Educação Superior transfronteiriça pode também criar oportunidades para que aqueles que fornecem educação superior de baixa-qualidade ou fraudulenta sejam contestados. As fornecedoras de diplomas falsos (‘falsificadoras de diploma’) são um problema sério. Combater as ‘falsificadoras de diploma’ requer esforços em múltiplas frentes em nível nacional e internacional.
- Novas dinâmicas estão transformando o cenário da educação superior e da pesquisa. Eles procuram parcerias e ações concertadas em nível nacional, regional e internacional para garantir a qualidade e a sustentabilidade dos sistemas ao redor do mundo, em especial na África Subsaariana, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDs) e outros Países Menos Desenvolvidos (PMD). Essas parcerias deveriam incluir cooperação Sul-Sul e Norte-Sul.

- Maior cooperação regional é desejável nas áreas de reconhecimento de qualificações, garantia de qualidade, governança, pesquisa e inovação. A educação superior deve refletir as dimensões nacional, regional e internacional tanto no ensino, quanto na pesquisa”.

Observamos que existem políticas de governo, assim como recomendações de organizações internacionais, que visam aos fortalecimento e propagação da educação superior, por possuir papel fundamental ao crescimento dos países em desenvolvimento. Desse modo, e por ser a Universidade, IES, o ambiente de convergência da pesquisa, ciência e tecnologia, torna-se o ambiente profícuo à expansão do conhecimento, não se limitando às suas fronteiras. Tal qual circunstanciada por Knight (2005), “a internacionalização da educação compreende um processo deliberado de introdução de dimensões internacionais, de caráter intercultural nos aspectos que envolvem atividades de ensino e pesquisa”.

1.3.5 A Internacionalização Acadêmica diante do Fenômeno da Globalização

Observa-se que o processo atual da globalização tem tornado as nações mutuamente interdependentes, por meio de trocas, sejam elas econômicas, educacionais, culturais, científicas, tecnológicas e, até mesmo, humanas, com o princípio do respeito mútuo de suas particularidades. Trata-se de um processo de proporções amplas, o qual envolve regimes políticos, projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias, culturas como uma totalidade complexa, contraditória abrangente (IANNI, 1996).

Miura (2006) apresenta o seguinte esclarecimento:

A globalização é um processo que provoca impactos em diversos setores da economia dos quais, a educação é apenas um deles. Embora seja um processo essencialmente econômico, a globalização promove maior exposição e fluxo de informações sobre valores e costumes de outras culturas, além de promover uma maior interdependência de informações para a produção do conhecimento. Para tanto, a formulação de estratégias e de políticas de internacionalização - responsáveis pelo planejamento da estruturação organizacional e apoio às ações como reforma curricular, pesquisas conjuntas, acordos internacionais, intercâmbio de estudantes e professores - são pontos cruciais que definirão um processo sustentável de internacionalização da instituição.

“Nesse processo de globalização, novos desafios são lançados, fazendo com que as IES retomem sua finalidade original: a de produzir e disseminar o conhecimento universal” (KNIGHT, 2005). E, assim, inseridas nesse processo, as instituições educacionais, científicas e tecnológicas estão sendo desafiadas a inserirem-se em um ambiente de cooperação, com transferência, utilização e geração de novos conhecimentos, dando continuidade à sua atribuição legal, e não somente em seu território, mas também fora dele. Sendo que essas instituições não devem ficar à margem desse processo, por correrem risco de tornarem-se dispensáveis ou obsoletas, conforme preconiza Altbach (2004, p. 4): “A globalização não pode ser completamente evitada. A história mostra que quando as universidades se colocam alheias às tendências econômicas e sociais elas se tornam moribundas e irrelevantes” e, conforme Morosini (2006, p. 112):

[...] as características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização... e que, por ser o conhecimento considerado como um dos principais valores da economia nos dias atuais, a busca pela educação e certificação continuadas se faz presente. Isso se reflete num grande impacto no ensino superior, com a universidade adquirindo seu valor máximo.

Desse modo, o fenômeno da globalização trouxe o imperativo de mudança em nível mundial, ao sistema acadêmico, e diante dessa necessidade foram levantados motivos de impulso para que as IES busquem a internacionalização, quais sejam, conforme apontados por Miura (2006):

- Um modelo acadêmico comum que seja compatível mundialmente;
- Um aumento considerável no mercado global acadêmico para estudantes e professores;
- O uso do inglês internacionalmente não somente para a divulgação de pesquisa, mas também para ensino;
- Importância da Educação a Distância e o uso da Internet para ensino e pesquisa;
- A tendência entre as instituições de ensino de realizar parcerias com instituições em outros países;
- A criação de campus ‘*offshore*’ e o *franchising* de programas educacionais;
- A harmonização de estruturas de créditos, cursos e mecanismos de avaliação e mensuração do progresso acadêmico.

Ao observarmos o sentido estrito da internacionalização acadêmica, poderíamos entendê-lo apenas como um processo de aquisição de renome internacional em benefício próprio, da própria instituição, mas a presente pesquisa procura ater-se ao sentido acadêmico em que a internacionalização do conhecimento é concebida como um meio de incremento, não só de uma

IES, mas de toda uma Nação, e assim, conseqüentemente, do seu ensino, de sua ciência e de sua tecnologia.

Uma última questão, com base na necessidade de se repensar a internacionalização, é a consciência cada vez maior de que a ideia da “internacionalização” não envolve apenas a relação entre os países, e sim as relações entre culturas e entre o global e o local (WIT, 2013).

Ainda segundo Miura (2006, p. 5), a internacionalização da educação tem sido entendida por alguns autores como o quarto pilar de atuação da universidade, junto com o ensino, as atividades de pesquisa e de extensão e, assim, como quarto pilar, ela tem procurado inserir-se em sua função de disseminação universal do conhecimento. Sendo assim, há importantes razões para que as IES busquem essa internacionalização, a saber:

- Razões políticas, busca pela paz e entendimento mútuo;
- Razões econômicas, preocupação com a competitividade e crescimento econômico;
- Razões socioculturais, expansão de valores morais e nacionais; e
- Razões acadêmicas, qualificação das pessoas para o mercado de trabalho, reputação da IES, qualidade do ensino, pesquisa e serviços, exposição cultural decorrente da mobilidade de estudantes e professores.

A título de complementação, cabem as seguintes palavras de Wit (2013):

Todos esses pontos são princípios para se repensar a internacionalização. O motivo maior é o de a internacionalização ser considerada em boa medida como um fim em si, e não como um meio para a obtenção de um resultado. A internacionalização é uma estratégia para aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa.

Por fim, observamos que o fenômeno da globalização tem compelido alterações na produção e disseminação do conhecimento, sendo a internacionalização acadêmica um meio de inserção internacional das IES e de conseqüente incremento e visibilidade à ciência brasileira.

1.3.6 O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

Conforme política de incremento da pós-graduação, o crescimento do SNPG avançou, em dados absolutos de 3.337 PPGs, na última avaliação trienal de 2013, para 4.175 programas, na avaliação quadrienal, realizada em 2017. Separando esses dados por curso/nível, o crescimento

para o doutorado foi de 23%; no mestrado acadêmico, o crescimento foi de 17%; e de 77%, no mestrado profissional. Cabe lembrar que a avaliação dos PPGs que constituem o SNPG está sob a responsabilidade da agência desde 1976.



Figura 1: Comparativo do crescimento do SNPG nas Avaliações de 2013 e 2017.

Fonte: CAPES, 2017.

A figura 2 apresenta a atual constituição do SNPG após a avaliação 2017, cujo crescimento foi de 25% comparativamente à última avaliação, realizada em 2013 (CAPES, 2017).

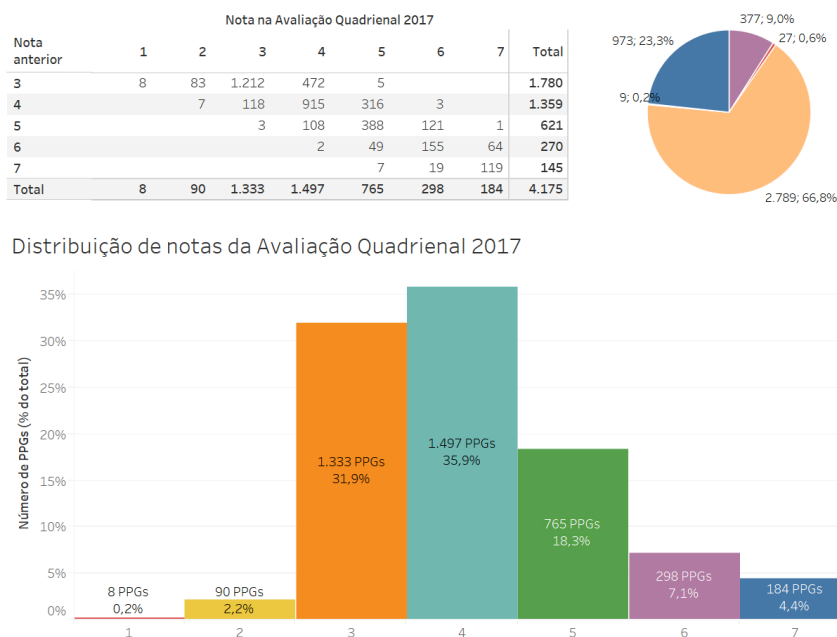


Figura 2: Situação atual do SNPG, após a avaliação quadrienal 2017, do período avaliativo de 2013 a 2016.

Fonte: CAPES, 2017.

Quanto ao crescimento da área de Ciências Biológicas II, no último quadriênio foram criados 9 PPGs, ou seja, passou de 64 para 73 PPGs na avaliação realizada em 2017, dado um crescimento de 14%. A Figura 3 demonstra, comparativamente, as avaliações de 2013 e 2017 com a distribuição de notas dos 73 PPGs existentes na referida área.

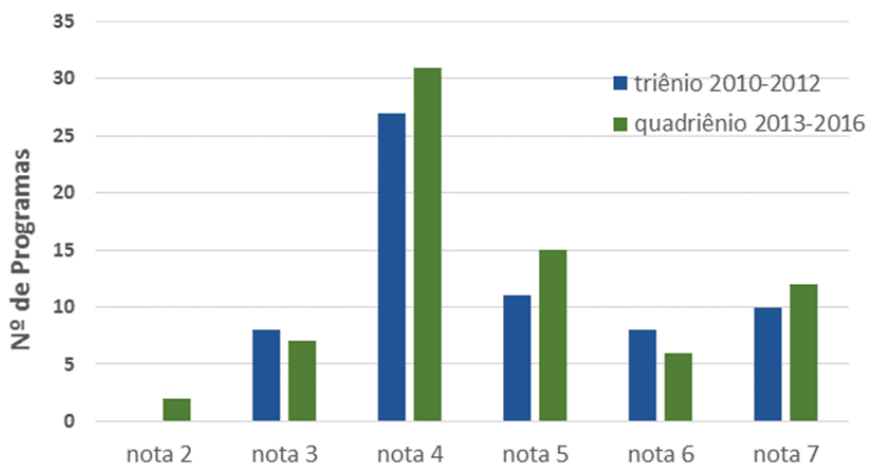


Figura 3: Distribuição de notas aos 73 programas avaliados na quadrienal 2017 e aos 64 programas avaliados na trienal 2013.

Fonte: CAPES, 2017.

Observa-se que o SNPG⁶ tem sido ampliado significativamente nos últimos anos, dada à maturidade da comunidade científica brasileira, criação de novos PPGs, aumento da produção científica e da criação de grupos de excelência internacionalmente reconhecidos.

1.3.7 O Processo de Internacionalização das IES Brasileiras

Observarmos que o processo de internacionalização acadêmica das IES tem recebido atenção por meio de políticas de fomento à pesquisa, por parte das agências federais de fomento, como a CAPES, e devido ao fenômeno da globalização, tornando-se necessário ressaltar que globalização e internacionalização acadêmica, apesar de estarem relacionadas, são fenômenos distintos em sua natureza. A globalização impacta vários campos, e a educação é apenas um deles: “Globalização é definida como o resultado inevitável das amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que diretamente afetam a educação superior” (ALTBACH, 2004, p. 3).

Podemos depreender do exposto acima que o processo de internacionalização acadêmica tanto pode ser consequência da globalização, quanto sua causa. Aceitando-a como causa, poderíamos dividi-la em duas formas de catalisação, econômica e social. Seu papel como catalisadora econômica seria o de ampliar o fluxo de estudantes estrangeiros, trazendo divisas, com o intuito de oferecer cursos e/ou programas em instituições de ensino estrangeiras, e dar projeção internacional. E como catalisadora social, ela teria a função de disponibilizar informações pessoais, educacionais, culturais, religiosas, geográficas etc. (AVEIRO, 2017).

1.3.8 A Atual Cooperação Acadêmica Brasileira

Na atualidade, os programas de cooperação internacional, cujo objetivo é o de dar excelência à ciência brasileira, executados pela CAPES, criam a oportunidade de formação profissional

⁶ O Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG é constituído por meio de etapas: a primeira é a avaliação das propostas de cursos novos, em que, para a admissão de novos programas e cursos ao SNPG, a CAPES avalia a qualidade das propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG. A Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas de pós-graduação que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de “1” a “7” fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento”, a vigorar no triênio subsequente (CAPES, 2017).

de alto nível, a especialização para discentes e docentes por meio de bolsas de estudo individuais, institucionais, projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias. Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento da excelência da educação superior brasileira, por meio do incentivo à complementação de estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Igualmente, visa atrair estrangeiros ao Brasil, ao compartilhamento de conhecimento em nossas instituições e o atendimento às demandas governamentais ao incrementar o desenvolvimento de países em situação de vulnerabilidades educacional e social, com a execução de programas de cooperação ao desenvolvimento em nível global. Os programas oferecidos pela CAPES são frutos de negociação com parceiros internacionais e têm como base acordos bilaterais e/ou multilaterais e memorandos de entendimento que são executados por meio de instrumentos de seleção de projetos e de bolsistas. O objetivo dos acordos ratificados com organismos, entidades e governos estrangeiros é o de apoiar projetos e programas de interesse nacional desenvolvidos em conjunto com países e instituições de reconhecido mérito acadêmico, científico e tecnológico (CAPES, 2016).

1.3.9 Acordos de Cooperação Executados no Brasil

A Cooperação Acadêmica Internacional pode ser entendida como “a expressão de um trabalho conjunto entre nações, visando contribuir e operar na busca de interesses para todos os participantes envolvidos” (SOUTO; REINERT, 2004, p. 1). E essa expressão personaliza-se por meio da criação, divulgação, troca e ampliação do conhecimento, da ciência e da tecnologia nacionais.

Entretanto, surgem duas questões a serem sanadas na pesquisa: o que se entende por “internacionalizar-se”, institucionalmente, e, no meio acadêmico, qual o sentido do termo “internacionalização”. Tentaremos explicá-los em duas hipóteses, quanto aos seus objetivos: “tornar-se internacional” ou “internacionalizar-se” poderia ser entendido como um meio de adquirir renome internacional à IES, tendo em vista o próprio benefício, com consequências econômicas. De outro modo, para a academia, a internacionalização pode ser entendida como instrumento utilizado para o bem social, preocupando-se com desenvolvimento da nação. Para Souto e Reinert (2004), ela pode ser entendida como “parte integrante da política de um país”, sendo expressa pelo:

Trabalho conjunto entre nações, visando contribuir e operar na busca de objetivos de interesse para todos os participantes envolvidos e mostra-se como instrumento de consolidação e de fortalecimento das conexões entre os sistemas de pós-graduação e pesquisa da educação superior do Brasil com outros países, bem como de qualificação de recursos humanos por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e docentes em projetos conjuntos de pesquisa.

Além disso, Knight (2004), ao apresentar a internacionalização acadêmica como fator de integração social, dá-lhe dimensões internacionais, não se referindo a um processo circunscrito unicamente ao seu ambiente acadêmico, em seu próprio território pátrio. Ela mostra sua integração em diferentes níveis: “Internacionalização em nível nacional, setorial e institucional é definida como o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária” (KNIGHT, 2004, p. 2). Percebe-se, diante da observação, que o processo de internacionalização acadêmica, por possuir dimensão global, provoca, nas instituições educacionais, científicas e tecnológicas, um movimento de inserção em um novo ambiente que se caracterizará pela troca, aprendizado, transferência e utilização de novas competências, produção sincrônica de novos conhecimentos e compreensão, respeito e harmonia a diferentes culturas. Diante de tal provocação, as instituições continuam a cumprir sua finalidade básica de produção e divulgação do conhecimento, agora em território estrangeiro. Relacionado a isso, conforme pontua Lombas (2013, p. 34):

A competitividade nos mercados globais também tem impulsionado as universidades a reorientar suas parcerias e alianças institucionais para o desenvolvimento de pesquisa, geralmente, implicando a aferição de receita. Consórcios em pesquisa de âmbitos nacional e internacional tendem a ser mais frequentes.

Na pesquisa, é explicitado que o país possuía duas principais razões para a preocupação com o desenvolvimento da ciência: a busca do desenvolvimento nacional a partir da qualificação de pessoal especializado, decorrente da crescente demanda de industrialização brasileira, ocasionada pela substituição de importações; e a influência da comunidade internacional que, no pós-guerra, passaria a preocupar-se com o desenvolvimento científico e tecnológico como pressuposto da soberania das nações (ROSA, 2008). Em 1951, com a criação de duas agências de fomento, CAPES e CNPq, certos acordos de cooperação internacional foram formalizados, intensificando o fluxo de pesquisadores com o exterior (ROSA, 2008).

1.3.10 Últimos Estudos Referentes à Internacionalização das IES Brasileiras

Em recente pesquisa realizada em 2017, “Ensino Superior e a Mobilidade Estudantil - Um estudo piloto de capacitação no Brasil”, obteve-se apoio dos governos australiano, americano e brasileiro. O Brasil foi escolhido como o país piloto, por atuação na internacionalização e mobilidade educacional e pelo fato de ser o país da América Latina com o maior sistema de ensino superior, possuindo 2.368 IES, com 7,8 milhões de alunos matriculados, apenas nesse nível de ensino.

Essa pesquisa faz parte do Projeto Atlas®⁷, apoiado pelo *Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA)*, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, IIE e parceiros do país. Na Austrália, o apoio é dado pelo Departamento de Educação e Treinamento especializado em coleta de dados de mobilidade estudantil, e, no Brasil, a parceria foi feita com a CAPES, em decorrência de sua missão em expandir e consolidar programas de pós-graduação no Brasil, e com a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI).

Cabe lembrar que a participação brasileira se deu com a elaboração e difusão do questionário que deu embasamento à realização da pesquisa. Ele solicitava informações referentes ao recebimento de estudantes estrangeiros, envio de estudantes ao exterior e dos programas de internacionalização em andamento. O objetivo da pesquisa foi a coleta e divulgação de dados referentes à mobilidade estudantil internacional brasileira. A coleta foi realizada de janeiro a dezembro de 2016 e servirá de base para o desenvolvimento de ferramentas de armazenamento de informações por instituições de ensino (IIE, 2018).

Em seguida, a CAPES produziu o relatório “A internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES”, que deu o diagnóstico da atual situação de internacionalização das IES brasileiras. A pesquisa foi realizada pela CAPES por meio do envio de questionários a 430 instituições de ensino com PPGs *stricto sensu*, das quais 74% responderam.

⁷ O Projeto Atlas® é uma iniciativa de pesquisa global colaborativa que se concentra em maximizar a compreensão, medição e uso de dados internacionais de mobilidade estudantil. Esta rede única e crescente de pesquisadores de mobilidade acadêmica e entidades governamentais em todo o mundo tem como objetivo disseminar dados de mobilidade acadêmica global, padronizadas e comparáveis, colaborar em pesquisa e realizar avaliações e workshops em todo o mundo para atender às necessidades dos países que procuram fortalecer seus sistemas de coleta de dados. O Project Atlas® é apoiado pelo Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, IIE e parceiros do país.

Sua estrutura foi baseada em dois pontos principais: 1) situação atual de internacionalização da instituição e 2) projeto de internacionalização. Desse modo, a análise dos dados coletados sugere que as IES no Brasil podem ser divididas de acordo com o estágio de internacionalização alcançado.

O primeiro grupo contém o maior número de instituições, mas o menor número de PPG por IES, assim como os menores índices de internacionalização (menor número de bolsas concedidas, acordos ou projetos).

Já o segundo grupo, formado por um número reduzido de IES, possui o maior número de cursos de pós-graduação, de bolsas de estudo, de projetos e de acordos de cooperação internacional. As IES mencionaram acordos com diferentes países, citando como prioritários os pertencentes à América do Norte e Europa. Já em relação à modalidade de fomento, o maior número de concessão de bolsas individuais foi em nível de doutorado sanduíche no exterior. Quando questionadas sobre qual seria a modalidade ideal de fomento em um futuro programa, as IES elencaram o pós-doutorado para docentes como prioridade. Essa informação indica uma mudança de estratégia por parte das IES.

Observou-se na análise das respostas que a maioria das IES concorda com a necessidade de criação de um plano estratégico para internacionalização por parte das agências de fomento, sendo essa a atual política da CAPES demonstrada com o lançamento, em 2017, do programa PRINT que procura aumentar a autonomia das IES, dando-lhes prerrogativa em definir seu plano estratégico de internacionalização e serão capacitadas a definir suas competências na escolha de áreas de pesquisa prioritárias à internacionalização, com indicadores quantitativos e qualitativos.

Infere-se que o estudo tenha atingido certo objetivo, pois deu informação à CAPES a respeito da atual situação das IES, com seus pontos fracos, e orientou-a à criação de novos programas de internacionalização, dando continuidade às suas ações de cooperação acadêmica internacional, a fim de aperfeiçoar o processo de internacionalização e de impulsionar a internacionalização nas IES que estão na fase inicial de internacionalização. E, em conclusão a essa pesquisa, e a partir da análise das respostas ao questionário, ficou evidenciado que o processo de internacionalização nas instituições brasileiras não é mais incipiente e que certos ajustes se fazem necessários para torná-lo mais eficiente (CAPES, 2017).

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

1.4.1 Organização da Pesquisa

A metodologia adotada é de natureza exploratória e explicativa, iniciada com o levantamento da literatura relativa à internacionalização da educação pós-graduada *stricto sensu*, brasileira, da revisão histórica da cooperação acadêmica internacional no Brasil, representada pela CAPES. Em seguida, procederam-se os levantamentos quantitativos em plataformas específicas e, na página da CAPES, com a apresentação dos dados referentes à cooperação acadêmica internacional brasileira com os três países selecionados representados por suas instituições federais, e qualitativos, com a análise das respostas recebidas no questionário. No estudo, houve complementação na análise dos dados, em concordância ao preconizado por Flick (2009), que diz que os resultados dessa integração são ampliados se o interesse em combinar as duas pesquisas, quantitativa e qualitativa, objetivar o aprofundamento do assunto, validando descobertas e reconhecendo seus limites.

1.4.2 Análise dos Dados

Após o levantamento de aspectos conceituais, importantes à compreensão do tema da pesquisa, internacionalização acadêmica, a pesquisa seguiu à próxima etapa com a realização de levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Para a realização do primeiro levantamento quantitativo, foram realizadas buscas referentes ao número de bolsas concedidas no exterior, a discentes e pesquisadores participantes de cooperações acadêmicas internacionais, na Plataforma GeoCapes, ferramenta de dados georreferenciados com informações acerca dos mais diversos cenários em que a CAPES participa, ou a que está relacionada (CAPES, 2009). O segundo levantamento quantitativo é referente aos PPGs que constituem o SNPG, cujas informações são prestadas no Sistema Coleta CAPES, sistema informatizado, desenvolvido e administrado pela CAPES que possui como objetivos coletar informações a respeito dos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no país, subsidiar o processo de avaliação realizado pela Agência, nortear programas de fomento e delinear suas políticas institucionais (CAPES, 2014). Cabe ressaltar que as

informações referentes aos PPGs são prestadas pelo próprio programa, após serem atestadas e chanceladas pela IES, e encaminhadas à Plataforma Sucupira⁸, gerida pela CAPES.

A análise dos dados obtidos na plataforma GeoCapes fazem referência às bolsas de estudo no exterior concedidas a discentes e pesquisadores de PPGs de CBII, vinculados a programas de cooperação internacional executados pela CAPES, em parceria com DAAD, Fulbright ou Cofecub, nas modalidades de concessões previstas nos acordos, a saber, Doutorado, Doutorado-Sanduiche e Pós-doutorado. Pela página da CAPES, obteve-se o total de PPGs que constituem o SNPG.

Podemos observar a evolução da pós-graduação brasileira, por meio dos dados obtidos no SNPG, assim como da área de CBII. O levantamento desses dados é relativo aos resultados das duas últimas avaliações realizadas pela CAPES, em 2013 e 2017. O levantamento procura demonstrar, por meio de gráficos, a evolução da cooperação acadêmica internacional entre o Brasil e os países selecionados, que estão representados por suas instituições federais, DAAD, Fulbright e Cofecub.

1.4.3 Universo e Fases da Pesquisa

Vimos que a pesquisa se iniciou com a revisão histórica da institucionalização da ciência brasileira, o processo de sua internacionalização acadêmica, entre outros assuntos. Após a realização do levantamento bibliográfico, foram feitos levantamentos de dados quantitativos, obtidos por meio da Plataforma GeoCapes e na página da CAPES. Somaram-se a eles, os dados qualitativos obtidos pelas respostas recebidas no questionário anteriormente encaminhado aos coordenadores de programas de pós-graduação de CBII, notas 5, 6 e 7, recebidas em decorrência da última avaliação quadrienal de 2017. O estudo apresenta gráficos com a evolução da cooperação acadêmica internacional, executada pela CAPES, em parceria com DAAD, Fulbright e Cofecub, de 2010 a 2016, e da área de CBII no mesmo período.

A pesquisa procurou seguir as seguintes etapas:

⁸ Lançada em 2014 pela CAPES, a Plataforma Sucupira é uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Seu objetivo é disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A melhoria foi concebida para facilitar o acesso a cada um dos processos de responsabilidade da Diretoria de Avaliação da Capes, como a recomendação de cursos; o módulo de envio de dados Coleta Capes; e o sistema Qualis, de avaliação de periódicos.

- Revisão da literatura referente às primeiras universidades no país e no mundo, institucionalização da pós-graduação brasileira, internacionalização acadêmica das IES, e ao fenômeno da globalização na educação;
- Análise da cooperação acadêmica executada pela CAPES (Brasil) com o DAAD (Alemanha), FULBRIGHT (Estados Unidos) e COFECUB (França);
- Análise dos dados extraídos da plataforma GeoCapes, referentes às bolsas concedidas a discentes e pesquisadores vinculados a PPGs de CBII com conceitos de excelência 7 e 6, assim como os de conceito 5, vinculados a cooperações existentes da CAPES, com DAAD, Fulbright e Cofecub durante o período de 2010 a 2017; e
- Interpretação e síntese dos questionários.

1.4.3.1 A Escolha da Área do Conhecimento

Decidiu-se que a análise do processo de internacionalização acadêmica brasileira seria feita em uma área do conhecimento cujos PPGs houvessem recebido, na avaliação feita pela CAPES, conceitos de excelência internacional, 6 e 7, e PPGs com nível de mestrado apenas, acadêmico ou profissional, cuja nota de excelência é 5. Dada à decisão do recorte, procedeu-se à escolha da Área do conhecimento e, das 49 (quarenta e nove) áreas existentes no SNPG, uma delas foi escolhida, por ser uma área consolidada e estratégica ao País, qual seja, Ciências Biológicas II. Sua consolidação e franco crescimento foram explicitados em seu Documento de Área, Anexo C, publicado na página da CAPES, do qual destacamos alguns trechos:

A Área espelha os mais de 100 anos de tradição da pesquisa biomédica no Brasil, com sociedades científicas atuantes há muitas décadas. A história e as tradições de uma área e de seus programas – e isto não poderia deixar de se aplicar à Área de Ciências Biológicas II – são importantes fatores que modelam sua trajetória ao longo do tempo até o momento desta avaliação quadrienal. A longa história de pesquisa e de formação de pessoal qualificado que institutos e departamentos construíram desde o início do século XX – bem antes, portanto de se implantar uma pós-graduação formal nacionalmente estruturada – se espelha no perfil de seus programas: (i) a quase totalidade deles, excetuando alguns dos novos e obviamente os mestrados profissionais, conta com cursos de mestrado e doutorado (nesta avaliação 8 de 65 programas acadêmicos apenas com mestrado); (ii) a densidade de altas notas, sustentadas e legitimadas pelo desempenho

comparável dos programas que as recebem ao dos centros mais desenvolvidos de referência da ciência universal e pelos rigorosos critérios de avaliação. É importante destacar novamente que a nucleação de outros programas constitui outro critério essencial para a concessão das mais altas notas, como ocorre com os programas “fundacionais” que continuam com desempenhos de ciência e formação que os constituem em referência para outros no exterior e não apenas em conjuntos que se comparam com os melhores do mundo. Elementos que espelham essa tradição e essa densidade encontram-se na sua relevante produção de artigos indexados no quadriênio (22.671 publicações completas qualificadas; sendo 29% nos estratos A1 e A2 do seu exigente e impessoal Qualis 1); na presença de estudantes nessas publicações (30% delas em [A1 + A2]), nas 2.901 dissertações e nas 2.248 teses, obras de seus 1.640 docentes permanentes (número médio no quadriênio), e de seus 4.499 estudantes (1838 de mestrado e 2.661 de doutorado; também número médio). E, nos mestrados profissionais, um amplo espectro de produções técnicas (além das publicações) que vão desde protocolos vacinais, aplicativos para a importação de animais de experimentação, ações de formação de professores da educação básica e de promoção da saúde na população em geral, patentes, desenvolvimento de novos insumos para reabilitação em saúde, protocolos e ferramentas diagnósticos, protocolos de ensaios clínicos e estudos de fase I e edição de normas, todos associados às 204 dissertações. Deve ser ressaltado que estas produções se encontram também, em muitos casos, nos programas acadêmicos. Em relação à dependência administrativa, os programas da área de Ciências Biológicas II mostram nesta avaliação quadrienal uma predominância de inserção na esfera federal, principalmente universidades, com apenas um programa acadêmico em instituição privada e outro (também acadêmico) resultante da associação entre uma universidade privada, uma universidade estadual e um instituto de pesquisa vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Seis universidades estaduais sediam programas da Área. Os 8 mestrados profissionais se encontram em universidades públicas (6) ou em instituições do Ministério da Saúde (2).

1.4.3.2 A Escolha da Agência de Fomento Brasileira

Ao selecionarmos apenas uma agência de fomento, a CAPES, nomina-se sua atuação efetiva nos êxitos alcançados pelo SNPG, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na criação de mudanças que proporcionem o avanço do conhecimento e que supra as demandas solicitadas pela sociedade. A pesquisa teve deferência à CAPES, por entender que é efetiva sua atuação à expansão e consolidação da pós-graduação brasileira cujas atividades vão desde a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, cujo sistema tem sido constantemente aperfeiçoado, e cujos resultados servem de base à formulação de políticas para o ensino pós-graduado e de critério para suas ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios). Igualmente, a CAPES é responsável pela avaliação do SNPG composto por todos os PPGs regularmente em funciona-

mento e serve de instrumento para que a comunidade científica brasileira possa alcançar padrão de excelência acadêmica em seus programas de mestrados e doutorados.

Com a criação do Portal de Periódicos⁹, a Agência proporcionou acesso e divulgação da produção científica objetivando o fortalecimento dos PPGs, por meio da democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível. Ele atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. É, portanto, uma ferramenta fundamental às atribuições da CAPES de fomento, avaliação e regulação dos cursos de Pós-Graduação e desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. A nova CAPES¹⁰ foi criada por meio da homologação da Lei nº 11.502/2007, de 11 de julho de 2007, dia de seu 57º aniversário. A reformulação trouxe à agência novas incumbências, tais como a de indução e de fomento à formação inicial e continuada de professores à educação básica nos modelos presencial e a distância (CAPES, 2008).

Observam-se constantes redimensionamentos de ações estratégicas de internacionalização acadêmica, feitas pela Agência, tanto que, em 2017, outro programa voltado à internacionalização das IES foi instituído. O Programa Institucional de Internacionalização (PRINT) foi estabelecido pela Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, IES e Institutos de Pesquisa do Brasil, com o objetivo de fomentar a construção, implementação e consolidação de planos estratégicos de internacionalização de instituições; Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com foco no aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação; Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação; Promover a mobilidade de

⁹ O Portal de Periódicos foi criado tendo em vista o déficit de acesso das bibliotecas brasileiras à informação científica internacional, dentro da perspectiva de que seria demasiadamente caro atualizar esse acervo com a compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema superior de ensino federal. Foi desenvolvido ainda com o objetivo de reduzir os desnivelamentos regionais no acesso a essa informação no Brasil. Ele é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro. É também a iniciativa do gênero com a maior capilaridade no planeta, cobrindo todo o território nacional. Ele atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. É, portanto, uma ferramenta fundamental às atribuições da Capes de fomento, avaliação e regulação dos cursos de Pós-Graduação e desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

¹⁰ A Lei nº 11.502/2007, de 11 de julho de 2007, criou a Nova Capes, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro, passou a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição foi consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Ao assumir as disposições do decreto, e por meio da criação de duas novas diretorias, de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED), as ações da agência culminaram com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009.

docentes e de discentes; Incentivar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional, além de integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização.

A política da CAPES à internacionalização da IES não se resume apenas à manutenção das concessões de bolsas internacionais e nacionais, elevando o número de doutores e mestre titulados e da cooperação internacional; ela também dá outros aportes, como a concessão de auxílios para capacitação de recursos humanos, dentro e fora do país, e para a participação em congressos. Assim, dada à importância que a internacionalização das IES tem à comunidade científica, devido ao que foi dito, assim como à troca mútua de conhecimento, tecnologia e inovação, dando-lhe crescimento e visibilidade internacionais, e por ser o papel da CAPES¹¹ atuar e complementar os esforços despendidos pelos programas de graduação e pós-graduação brasileiros, por meio da promoção e internacionalização de suas IES, atendendo às necessidades de formação de pessoal de alto nível em áreas de fronteira da ciência, abordagens não consolidadas no Brasil, e de áreas estratégicas para os planos governamentais de desenvolvimento nacional (CAPES, 2018), entendeu-se, diante dessas relevantes informações, que a agência seria uma escolha adequada a participar do estudo.

1.4.3.3 A Escolha dos Países Cooperantes

Ao serem selecionados 3 países que possuem cooperação acadêmica com o Brasil, a saber, Alemanha, Estados Unidos e França, certos aspectos, tais como antiguidade e contemporaneidade, foram levados em conta. O aspecto de antiguidade diz respeito à cooperação entre o Brasil e os EUA, e em sua cooperação com a França, por serem precursores da cooperação acadêmica internacional brasileira; e o segundo aspecto, o de contemporaneidade, diz respeito à cooperação com a Alemanha, quando da assinatura do acordo CAPES/DAAD, que

¹¹ A Capes concede auxílios e bolsas de estudo por meio dos seus programas e ações. Dessa maneira, dá suporte à formação de profissionais para o magistério superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, promovendo, igualmente, a internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileiras. As bolsas concedidas podem ser individuais, vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa ou a parcerias universitárias. O projeto conjunto de pesquisa é caracterizado pelo fomento a grupos de pesquisa, contemplando a mobilidade de docentes e estudantes. Já as parcerias universitárias são acordos entre universidades brasileiras e estrangeiras com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos, com o reconhecimento mútuo de créditos e a aproximação entre currículos CAPES.

trouxe inovação à cooperação existente e deu início à simetria de ações e de financiamentos, sendo que esse acordo deu início à cooperação acadêmica existente no país.

Esses primeiros acordos foram assinados com os Estados Unidos, pelas Fundações Rockefeller, em 1956, e Ford, com a concessão de bolsas em 1964 (CANTO, 1999). Com a França, em 1978, foi assinado o acordo CAPES/Cofecub, que deu início à colaboração internacional institucionalizada, quando grupos de pesquisadores franceses interagiram com grupos de pesquisadores brasileiros, mas esse fluxo era desigual, as ações não eram simétricas. A grande guinada aconteceu com a Alemanha, por meio da assinatura do acordo CAPES/DAAD, tornando a colaboração acadêmica internacional simétrica, sem assistencialismo, existindo o compartilhamento de ideias, pesquisas e de custeamento financeiro entre os países cooperantes. Cabe lembrar que cooperação acadêmica internacional foi um dos principais instrumentos de aperfeiçoamento de nossos recursos humanos e que, com a vinda de pesquisadores estrangeiros, foi possível a estruturação dos nossos primeiros Programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

1.4.3.3.1 Cooperação Brasil (CAPES) e Alemanha (DAAD)

A Alemanha, um dos três países da pesquisa, representado pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), trouxe aos novos acordos a equivalência de ações e financiamentos dos países cooperantes, ou seja, parcerias em que os países cooperantes assumem os custos financeiros na mesma medida. Tal modelo de cooperação é o prevalente e é atualmente utilizado na cooperação acadêmica internacional, coordenada pela CAPES, tendo em vista: O intercâmbio de docentes-pesquisadores alemães e brasileiros entre as instituições de ensino superior e de pesquisa de ambos os países, visando desenvolver atividades conjuntas de ensino e pesquisa; O intercâmbio de estudantes de pós-graduação, sobretudo em nível de doutoramento, entre instituições de ensino universitário e pesquisa de ambos os Países; O intercâmbio de informações científicas, de documentação especializada e de publicações acadêmicas.

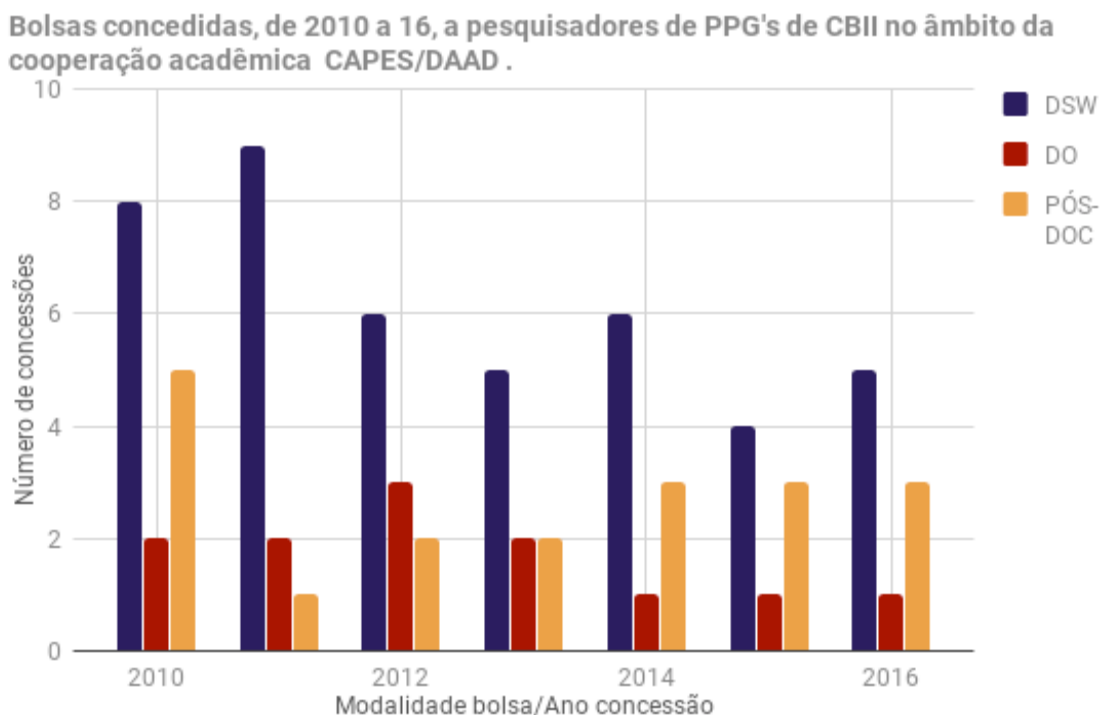


Figura 4: Bolsistas brasileiros do acordo Capes/DAAD no exterior no período de 2010 a 2016.

Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

1.4.3.3.2 Cooperação Brasil (CAPES) e EUA (FULBRIGHT)

Os Estados Unidos deram início à cooperação acadêmica brasileira, em 1956, por meio da Fundação Rockefeller¹², com a distribuição de 200 bolsas de estudo nas áreas de medicina e de biologia e, conforme descrito no Quadro 1, com o modelo das estratégias adotadas pela academia científica brasileira. Conforme pontuado por Rosa (2008), em 1964, a Fundação Ford assinou acordo com a concessão de bolsas destinadas à formação de recursos humanos em ciências básicas, dando impulso ao crescimento da pós-graduação brasileira. Essa primeira fase de cooperação era individualizada. Logo, com a chegada da Comissão Fulbright ao Brasil, em 1967, a concessão de bolsas ampliou-se a estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores. Durante esses 60 anos no Brasil, a Fulbright enviou aos EUA, mais de 3.500 brasileiros e trouxe mais de 2.900 norte-americanos para intercâmbios, no Brasil (FULBRIGHT, 2017).

¹² Fundação Rockefeller foi criada em 1913, com a missão de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa e à filantropia.

A comissão busca candidatos conectados com o mundo, com a realidade em que vivem e que estejam dispostos a multiplicar e a compartilhar o conhecimento adquirido para a promoção da educação, ciência e cultura (FULBRIGHT, 2017). A cooperação internacional entre a CAPES e a Fulbright sofreu alterações que, segundo Toscano (2014) esclarece:

demonstram claramente o interesse na mobilidade internacional e consequente acesso da massa intelectual brasileira aos grandes centros acadêmicos e de treinamento dos Estados Unidos, com vistas ao incremento da pesquisa brasileira e norte-americana e ao aperfeiçoamento da ciência brasileira.

Na Figura a seguir, estão demonstradas as bolsas concedidas dentro do acordo CAPES/Fulbright no período de 2010 a 2016.

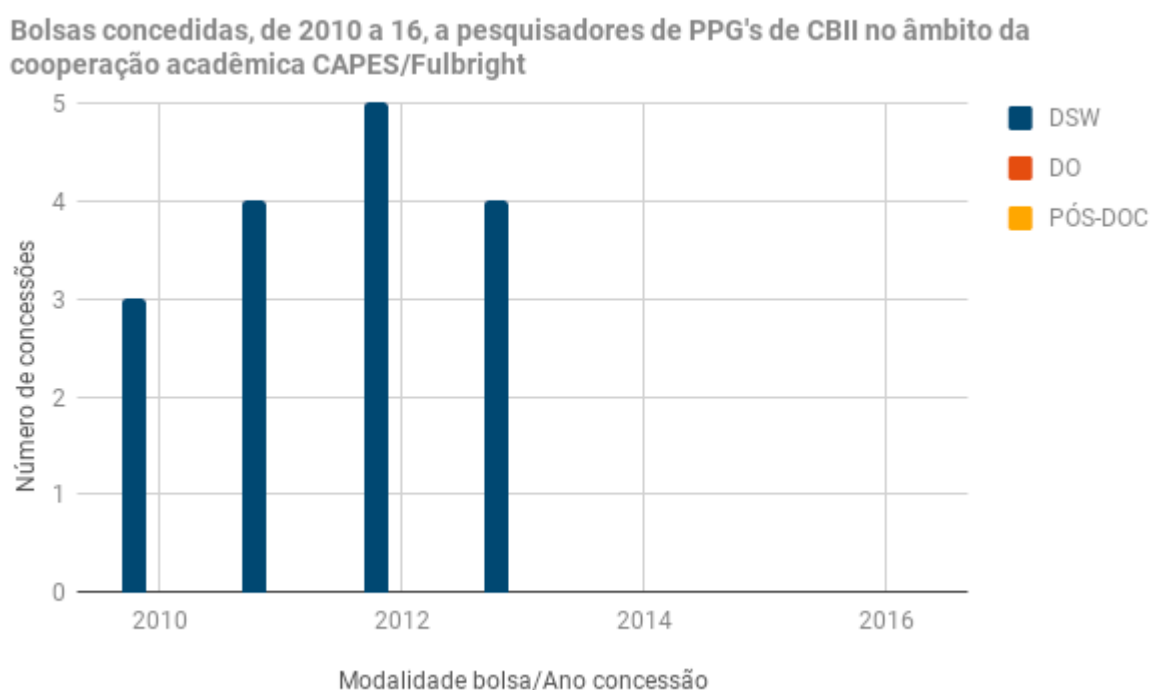


Figura 5: Bolsistas brasileiros do acordo CAPES/Fullbright no exterior no período de 2010 a 2016.
Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

1.4.3.3.3 Colaboração Brasil (CAPES) e França (COFECUB)

A cooperação com a França iniciou em 1978 e configurou-se na segunda fase de nossa cooperação acadêmica internacional (CANTO, 1999) com perfil institucionalizado. O acordo foi

assinado com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária (COFECUB) e visa à mobilidade entre grupos de pesquisadores, incluindo estudantes de pós-graduação envolvidos em projetos previamente aprovados pelos dois países.

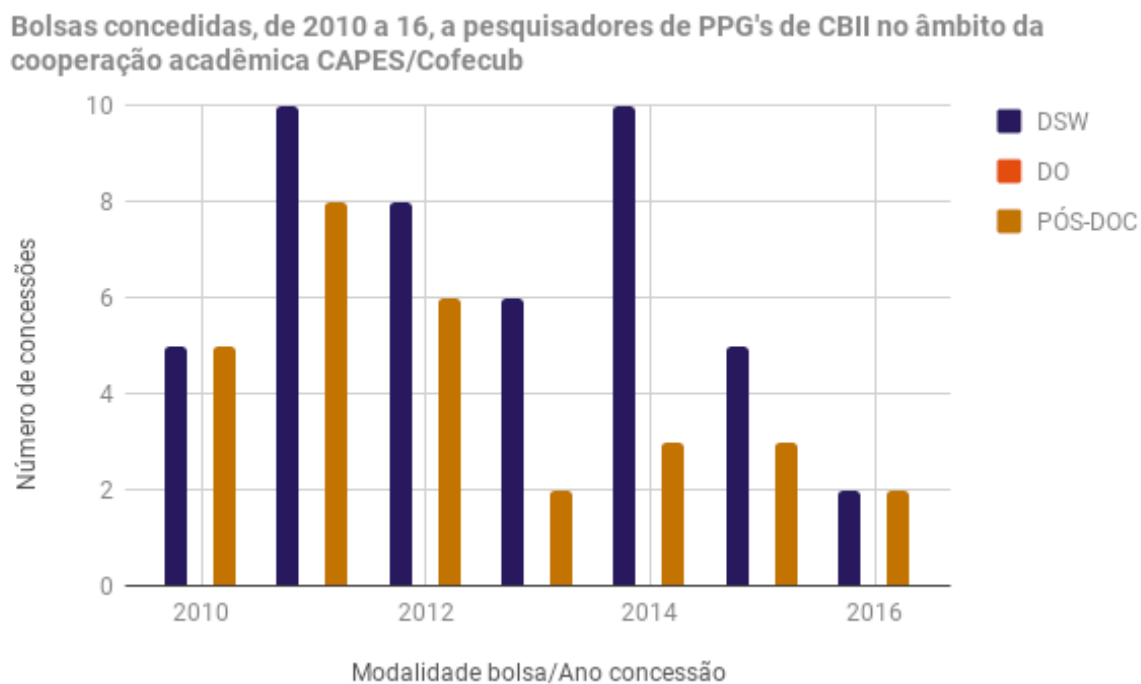


Figura 6: Bolsistas brasileiros no acordo CAPES/Cofecub no exterior no período de 2010 a 2016.
Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

2 RESULTADOS

2.1 O Artigo, O Manuscrito e O Questionário.

Os resultados serão apresentados na forma de um artigo e de um manuscrito científicos, com a descrição de suas metodologias e conjunto de resultados.

O artigo foi submetido à Revista Contexto e Educação da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), em julho de 2017, e o manuscrito está em fase de submissão. O artigo procurou demonstrar a evolução de três programas de cooperação acadêmica internacional, executados pela CAPES, envolvendo o Brasil, a Alemanha, os Estados Unidos e a França, e como essa cooperação pode estabelecer relações institucionais e pessoais, repercutindo positivamente na pós-graduação brasileira, ao qualificar recursos humanos de alto nível, ampliar sua produção científica e por proporcionar-lhe visibilidade internacional.

O manuscrito historiou a institucionalização da pós-graduação brasileira, na década de 50, com a criação da CAPES e do CNPq, e discorreu a respeito dos esforços que as IES têm envidado na busca de sua internacionalização acadêmica e de sua importância à IES e ao país. Outrossim, ambos discorreram como o fenômeno da globalização, desafiador e agregador de relações acadêmicas e/ou profissionais, tem impactado nessa busca.

Ambos destacaram ainda as ações da CAPES, em particular em seus programas de cooperação internacional e na avaliação dos PPGs, que, ao final, é a propulsora à busca de internacionalização acadêmica. Destacaram ainda seu papel na consolidação e no fortalecimento de conexões nacionais e internacionais e na qualificação de recursos humanos. Ambos procuraram descrever a influência da globalização no processo de internacionalização acadêmica, ao mesmo tempo em que procuraram distingui-los.

O questionário, por sua vez, tende a refletir as opiniões de coordenadores de PPGs que conhecem o desenrolar das cooperações acadêmicas, em seus respectivos programas de cooperação.

2.1.1 O Artigo

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIRA

Stella Maris Wolff da Silva¹³
Ivan Rocha Neto¹⁴
Maria Rosa Chitolina Schetinger¹⁵

Resumo: Uma simples definição do termo “internacionalização” não esclarece o conteúdo e os limites em que se insere a internacionalização da pós-graduação *stricto sensu*, dada sua importância à ciência e por ser um dos critérios de classificação na Avaliação Quadrienal realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Esta pesquisa procura demonstrar a evolução de certos programas de cooperação acadêmica internacional, executados pela instituição CAPES, envolvendo o Brasil, a Alemanha, os Estados Unidos e a França, assim como os critérios de seleção desses países. A metodologia adotada é de natureza exploratória e explicativa e foi desenvolvida a partir do levantamento da literatura relativa à internacionalização da educação de pós-graduação *stricto sensu* brasileira, da revisão histórica da cooperação acadêmica internacional, desenvolvida pela CAPES, e da apresentação de dados referentes às concessões de bolsas em virtude da cooperação desenvolvida entre o Brasil e os três países selecionados para esta pesquisa. A conclusão da pesquisa é que programas de cooperação acadêmica internacional estabelecem relações institucionais e pessoais com conseqüente repercussão na pós-graduação brasileira, com a qualificação dos recursos humanos, ampliação da produção científica, e por proporcionar visibilidade internacional.

Palavras-chave: Educação. Pós-graduação *stricto sensu*. Programas de cooperação acadêmica internacional. CAPES.

THE INTERNATIONALIZATION PROCESS OF THE BRAZILIAN *STRICTO SENSU* POST-GRADUATION

Abstract: A simple definition of the term “internationalization” does not clarify the content and limits of the internationalization of the *stricto sensu* postgraduate course, given its importance to science and because it is one of the classification criteria in the four-yearly evaluation carried out by the Coordination of Personnel Development of Higher Education (CAPES). This research tries to demonstrate the evolution of certain international academic cooperation programs, implemented by the CAPES institution, involving Brazil, Germany, the United States and France, as well as the selection criteria of these countries. The methodology adopted is of exploratory and explanatory nature and it was developed based on a survey of the literature on the internationalization of Brazilian postgraduate *stricto sensu* education, the historical review of international academic cooperation, developed by CAPES, and the presentation of data relating

¹³ Doutoranda em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cuja tese encontra-se em desenvolvimento sob a orientação da Profa. Dra. Maria Rosa Chitolina Schetinger e co-orientação do Prof. Dr. Ivan Rocha Neto.

¹⁴ Doutor em Eletrônica pela University of Kent, na Inglaterra, e professor colaborador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Doutora em Ciências (Bioquímica) pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

to scholarship concessions by virtue of cooperation developed between Brazil and the three countries selected for this research. The conclusion of the research is that international academic cooperation programs establish institutional and personal relations with consequent repercussion in the Brazilian postgraduate, with the qualification of human resources, expansion of the scientific production and due to the international visibility.

Keywords: Education. Post-graduation *stricto sensu*. International academic cooperation programs. CAPES.

Introdução

A Cooperação Acadêmica Internacional pode ser entendida como “a expressão de um trabalho conjunto entre nações, visando contribuir e operar na busca de interesses para todos os participantes envolvidos” (SOUTO; REINERT, 2004, p. 1). Assim, por ser função da política de um país, tal cooperação torna-se a expressão do trabalho simultâneo dos países cooperantes por um objetivo comum, sendo que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, por meio desse trabalho conjunto, conseguem cumprir uma de suas atribuições que é a de incrementarem a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Surgem duas questões que dizem respeito ao tema internacionalização no meio acadêmico: o que significa “tornar-se internacional” em termos acadêmicos? E qual é o sentido da internacionalização no âmbito do ensino de pós-graduação?

Entende-se que, na expressão “tornar-se internacional” ou “internacionalizar-se”, o questionamento a respeito dos objetivos da internacionalização podem ser resumidos a uma hipótese de natureza predominantemente institucional e a outra, de conteúdo acadêmico. Ao pensarmos no sentido institucional, a internacionalização poderia ser entendida simplesmente como um processo voltado para a mera aquisição de renome internacional em benefício próprio. E, no sentido acadêmico, ela poderia ser entendida como ferramenta ao desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia, por meio de colaboração e troca de experiência com docentes e pesquisadores estrangeiros, mais especificamente, por meio de produção científica, estágios de pesquisa em universidades estrangeiras, participação em congressos internacionais, orientação de mestrandos e doutorandos e, no âmbito discente, por meio da concessão de bolsas de estudos no exterior no contexto de mestrado, doutorado, pós-doutorado e outros auxílios.

Dentro do contexto da internacionalização acadêmica, o fenômeno da globalização desafia

as instituições educacionais, científicas e tecnológicas a inserirem-se num ambiente de troca, transferência e utilização de novas competências e de geração de novos conhecimentos, fazendo com que as instituições de ensino superior cumpram com outra atribuição legal, que é a criação e a divulgação de novos conhecimentos nos ambientes nacional e internacional.

Destacam-se no Brasil duas importantes agências federais de fomento à pesquisa ou disseminação do conhecimento, a saber, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que perceberam a necessidade de ampliarem suas ações para além do território nacional, firmando acordos de cooperação internacional com diversos países.

Dada sua atuação global, no que tange à inserção acadêmica brasileira e à internacionalização da pós-graduação brasileira *stricto sensu*, a presente pesquisa contempla o papel desempenhado pela CAPES que “cresceu e modificou-se substancialmente ao longo do tempo, decorrente não só das transformações na configuração mundial, mas também devido ao crescimento e fortalecimento da pós-graduação brasileira” (ROSA, 2008, p. 61). Conforme histórico a ser descrito, a cooperação acadêmica internacional brasileira passou de um padrão de cooperação assimétrica, em que países desenvolvidos tentavam suprir o déficit de recursos humanos das Instituições de Ensino Superior (IES) para o modelo atual de cooperação, baseado na simetria de ações (ROSA, 2008, p. 61), o qual implica a existência de um trabalho conjunto de pesquisa entre os países cooperantes.

A participação da CAPES na expansão da Cooperação Acadêmica Internacional

Ao se analisar o processo de internacionalização da educação superior, em particular, de pós-graduação, verificou-se que esse processo passou por fases. Conforme descrito pelo Modelo de Canto (CANTO, 2005), no início, a cooperação acadêmica internacional brasileira passou por um período de cooperação isolada, apesar de possuir, em sua origem, pretensões globais. As primeiras concessões foram feitas mediante bolsas de estudo no exterior até que, décadas depois, o país pudesse contar com uma importante massa crítica capaz de consolidar a pós-graduação *stricto sensu*, o que de fato aconteceu. A contextualização dessa evolução, proposta pelo referido modelo, encontra-se demonstrado no quadro 1, a seguir:

Período	Características
1920	Treinamento da elite na Europa
1930	Fundação das primeiras universidades brasileiras, com o auxílio de acadêmicos europeus.
1950	Apoio estrangeiro para o desenvolvimento do sistema de ensino superior e para a formação de estudantes no exterior.
1960	Formação de estudantes em áreas prioritárias na Europa e nos EUA, e intercâmbio de acadêmicos, majoritariamente financiados pelo governo brasileiro.
De 1970 à atualidade	Estabelecimento de programas bilaterais financiados pelo governo brasileiro e seus parceiros; estabelecimento de programas multilaterais.

Quadro 1: Modelo de Canto (2005) - Estratégias adotadas pela academia brasileira
Fonte: Canto (2005).

Desde sua criação, em 1951, a CAPES tem procurado cumprir seu objetivo de executar e consolidar os cursos de mestrado e de doutorado no território brasileiro e o de auxiliar o Ministério da Educação (MEC) na elaboração de políticas públicas. Suas principais atuações envolvem: a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*¹⁶, divulgação da produção científica, formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e no exterior e o incremento da cooperação científica internacional e, a partir de 2007, sua atuação se estendeu também à educação básica¹⁷. Veremos que foram selecionados 03 países para a pesquisa levando-se em conta algumas particularidades com o Brasil, quais sejam:

- Os Estados Unidos são um dos países escolhidos por terem dado início à cooperação acadêmica brasileira, em 1956, por meio da Fundação Rockefeller¹⁸, em que foram distribuídas 200 bolsas de estudo nas áreas de medicina e biologia e, conforme descrito no quadro 1, com o modelo das estratégias adotadas pela academia científica brasileira

¹⁶ A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na forma como foi estabelecida a partir de 1998, é orientada pela Diretoria de Avaliação da Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica, por meio de consultores *ad hoc*. A avaliação é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país.

¹⁷ O Congresso Nacional aprova por unanimidade a Lei nº 11.502/2007, homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia do aniversário da Coordenação, 11 de julho. Cria-se assim a Nova Capes, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. A Capes assume então as disposições do decreto, por meio da criação de duas novas diretorias, de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED). As ações coordenadas pela agência culminaram com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009.

¹⁸ A Fundação Rockefeller foi criada em 1913 com a missão de promover no exterior, o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa e à filantropia.

(ROSA, 2008), essa primeira fase foi a de cooperação individualizada. Em 1964, a Fundação Ford assinou acordo com a concessão de bolsas destinadas à formação de recursos humanos em ciências básicas, dando impulso ao crescimento da pós-graduação brasileira.

- O segundo país escolhido, a França, deu início à segunda fase de nossa cooperação acadêmica internacional, agora com perfil institucionalizado, quando, por meio de seu Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil, assinou o acordo Capes\Cofecub, visando fomentar o intercâmbio entre IES, Institutos, ou Centros de Pesquisa e Desenvolvimento públicos, brasileiros e franceses.
- A Alemanha, um dos três países da pesquisa, representado pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), trouxe aos novos acordos a equivalência de ações e financiamentos dos países cooperantes, ou seja, parcerias em que os países cooperantes assumem os custos financeiros na mesma medida. Tal modelo de cooperação é o prevalente e é atualmente utilizado na cooperação acadêmica internacional, coordenada pela Capes.

Ao serem selecionados para a presente análise os referidos países, foram levados em conta aspectos de antiguidade e de contemporaneidade. Quanto ao aspecto de antiguidade, destacamos a cooperação entre o Brasil e os EUA e entre o Brasil e a França, sendo eles os precursores da cooperação acadêmica internacional brasileira; já em relação ao de contemporaneidade, destaca-se a cooperação iniciada pela Alemanha, no início do Século XXI, com a assinatura do acordo Capes\DAAD, que trouxe inovação à cooperação e deu início à simetria de ações e de financiamentos. Deu-se início à atual cooperação acadêmica brasileira.

Ao detalharmos o início da cooperação acadêmica internacional brasileira, sob a responsabilidade da Capes, entende-se que a primeira fase iniciada com a criação do Programa Universitário, em que a cooperação internacional foi vista como o principal instrumento para o aperfeiçoamento de nossos recursos humanos, e, com a vinda de pesquisadores estrangeiros, foi possível a estruturação dos primeiros cursos *stricto sensu*. Esse período isolacionista e individualizado durou décadas, até que aqueles primeiros acordos internacionais fossem assinados pelas Fundações Rockefeller, em 1956, e Ford, em 1964 (CANTO, 1999, p. 126). E,

com o fortalecimento da comunidade científica, o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG¹⁹) já contava, em 1976, com 561 cursos de mestrado e 200 de doutorado. Fechando-se um ciclo, abriu-se outro, por sinal, de grandes proporções, com a assinatura do acordo CAPES\Cofecub, em 1978, que deu início a uma colaboração internacional institucionalizada, em que grupos de pesquisadores franceses interagiram com grupos de pesquisadores brasileiros. Esse ciclo de cooperação era tido como parcial, por ter como característica um fluxo desigual, em que saíam mais estudantes brasileiros do que entravam estrangeiros; esse ciclo perdurou por quase duas décadas.

A grande guinada de nossa cooperação aconteceu com a entrada do século XXI e é o que permanece nos dias atuais. Agora, a colaboração acadêmica internacional é simétrica, com um modelo igualitário de trocas, sem assistencialismo, em que há compartilhamento de ideias, pesquisas e do custeamento financeiro entre os países cooperantes.

Quando o tema internacionalização foi proposto pela CAPES às IES, em julho de 2014, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sua proposta previa a internacionalização dos PPG's objetivando a ampliação da excelência do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, foi sugerido um novo passo: a internacionalização da pós-graduação de forma setorizada, ou seja, selecionando os melhores cursos que na avaliação da CAPES têm notas 6 e 7 e caracterizando-os como de padrão internacional. Ressaltou-se nessa ocasião a importância da pós-graduação *stricto sensu* como ponto de partida para a internacionalização das universidades (CAPES, 2014). Cabe lembrar que na década de 90, a Capes deliberara que PPG's participantes do SNPG, deveriam se adequar aos padrões internacionais, para fins de avaliação das atividades de pesquisa e de pós-graduação desenvolvidas nas IES. Tal adequação foi realizada de forma induzida, numa ação acertada entre governo e IES cuja finalidade era a criação de uma massa crítica capaz de impulsionar o desenvolvimento científico nacional. Conforme enfatizam Souto e Reinert (2004), a cooperação acadêmica internacional é entendida como “parte integrante da

¹⁹ O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) é constituído por meio de etapas: a primeira é a avaliação das propostas de cursos novos, em que, para a admissão de novos programas e cursos ao SNPG, a CAPES avalia a qualidade das propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG. A Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas de pós-graduação que integram o SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de 1 a 7, fundamentam a deliberação do CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento”, a vigorar no triênio subsequente, agora quadriênio.

política de um país”, sendo expressa pelo “trabalho conjunto entre nações, visando contribuir e operar na busca de objetivos de interesse para todos os participantes envolvidos”.

O papel da CAPES, na ampliação da cooperação acadêmica internacional e no fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu*, é crescente e notório e se constata a ampliação de suas atividades, com o incremento dos programas com caráter internacional mediante a aplicação de 7 (sete) ações:

A) Programas de concessão de bolsas no exterior; B) Programas que fomentam a criação de colégios doutorais, objetivando a dupla diplomação para o doutorado; C) Financiamento a projetos conjuntos de pesquisa entre brasileiros e estrangeiros; D) Desenvolvimento de parcerias universitárias binacionais; E) Programas que fomentam a atração de pesquisadores e docentes estrangeiros; F) Programas interinstitucionais de fomento à criação conjunta de cursos *stricto sensu* no País e no exterior; e G) Programas especiais de incentivo à formação científica e de formação de professores (ROSA, 2008, p. 88).

Assim, essa agência, objetivando a ampliação das atividades da pós-graduação brasileira em nível mundial e a excelência da nossa comunidade científica, estabeleceu parcerias com outros países, ampliando o leque já existente: Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, China, Colômbia, Cuba, Espanha, Haiti, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Timor Leste e Uruguai.

No quadro 2, abaixo, são referenciados os países que fazem parte do escopo desta pesquisa e os respectivos programas de cooperação internacional, em vigência. Ressalta-se que, na Capes, a execução desses projetos internacionais está sob a responsabilidade de sua Diretoria de Relações Internacionais (DRI).

Explicita-se, dentre as ações da DRI/Capes, os Acordos Bilaterais que procuram fomentar os Projetos Conjuntos de Pesquisa (PCP) e que possuem como particularidade a seleção de grupos formados por pesquisadores ligados a cursos de pós-graduação de excelência, notas cinco, seis ou sete obtidas na última avaliação realizada pela Agência e, em contrapartida, por grupos estrangeiros selecionados pelas regras de suas agências de fomento à pesquisa. Aos projetos selecionados, é dado financiamento de missões de trabalho (intercâmbio de professores), bolsas de estudo (intercâmbio de alunos) e custeio. O outro tipo de programa, o de Parcerias Universitárias Binacionais (PUB), possui natureza institucional e objetiva o estabelecimento da cooperação bilateral, por meio de projetos de parcerias universitárias com o objetivo de ampliar o

intercâmbio de estudantes de graduação, o fomento ao intercâmbio de alunos de pós-graduação e de professores, sendo que o reconhecimento mútuo dos créditos deve ser garantido. Outro tipo de apoio é o de concessão de Bolsas Individuais, que objetiva a complementação dos cursos de pós-graduação brasileiros no aperfeiçoamento de recursos humanos, com a consequente melhoria dos ambientes, acadêmico e de pesquisa.

País	Programa	Tipo de Programa
Estados Unidos	FULBRIGHT ¹ 1-Prof. Assistente de Língua Portuguesa; 2-MFA; 3-Estágio Doutoral; 4- Estágio Pós-doutoral em Ciências Humanas, Sociais, Letras e Artes; 5-Prof. Visitante; 6- Programa Nexus ² e 7-Programa Profissional à Prof. de Língua Inglesa nos EUA (PDPI ³)	Bolsa individual
	NIH ⁴	Bolsa Individual
	NSF ⁵	PCP
	TAMU ⁶	PCP
	CWRU ⁷	PCP
	SETEC/CAPES/NOVA ⁸	Bolsa Individual
França	BRAFITEC ⁹	Projeto Conj. Pesquisa (PCP).
	BRAFAGRI ¹⁰	Parceria Univ. Binacional (PUB).
	COFECUB ¹¹	PCP
	Embrapa/Fundação Acrópoles	PCP
	MATH AmSud ¹²	PCP
	STIC AmSud ¹³	PCP
Alemanha	CAPES/DAAD ¹⁴ /CNPq	Bolsa Individual
	Missões de Curta Duração a doutorandos brasileiros	Bolsa Individual
	PROBRAL ¹⁵	PCP
	I-NoPa ¹⁶	PCP
	BRAGECRIM ¹⁷	PCP
	HUMBOLDT ¹⁸	Bolsa Individual
	NoPa ¹⁹	PCP
	BRAGFOST ²⁰	Apoio à realização de evento
GTA ²¹	Bolsa Individual	

Quadro 2: Programas de Cooperação Acadêmica Internacional coordenados pela Capes entre o Brasil e a Alemanha, os Estados Unidos e a França

Fonte: Dados extraídos do site da Capes. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>>. Acesso em: 18 maio 2017.

Legendas:

- (1) FULBRIGHT - Comissão para o intercâmbio educacional entre os EUA e o Brasil
- (2) Programa Nexus de Redes Regionais de Pesquisa Aplicada
- (3) PDPI- Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa
- (4) NIH - National Institutes of Health (Instituto Nacional da Saúde)
- (5) NSF (Biodiversidade) National Science Foundation (Fundação Nacional da Ciência)
- (6) TAMU - Texas A&M Foundation
- (7) CWRU - Case Western Reserve University - Programa de Mobilidade de Estudantes de Engenharia.
- (8) SETEC/CAPES/NOVA - Sec de Educação Científica e Tecnológica e Northern Virginia Community College
- (9) BRAFITEC - Programa de Intercâmbio de Estudantes de Graduação em Engenharia Brasil/França
- (10) BRAFRAGRI - Brasil/França Agricultura
- (11) COFECUB - Cooperação Francesa com Universidades Brasileiras
- (12) MATH AmSud - Matemática - América do Sul
- (13) STIC AmSud - Ciências e Tecnologias da Informação e da Comunicação - América do Sul
- (14) DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
- (15) PROBRAL - Programa Brasil-Alemanha
- (16) I-NoPa - Novas Parcerias Integradas de inovação tecnológica/Capes/DAAD e GIZ (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit)
- (17) BRAGECRIM - Programa Brasil-Alemanha para Pesquisa Conjunta em Tecnologia de Manufatura
- (18) HUMBOLDT - Fundação Alexander von Humboldt (AvH)
- (19) NoPa - Novas Parcerias temas definidos pelos Grupos Assessores Temáticos (Proteção e Uso Sustentável das Florestas Tropicais ou Energias Renováveis e Eficiência Energética)
- (20) BRAGFOST - Simpósio Brasil-Alemanha em Fronteiras da Ciência e Tecnologia
- (21) GTA - Programa de Assistente de Ensino de Língua Alemã

Percebe-se que as ações da agência visam ao apoio aos Programas de Pós-graduação (PPG's) na busca da ampliação de suas opções de internacionalização institucional, critérios de aferição da avaliação na busca de sua excelência de acordo com o que se encontra especificado no atual PNPG 2011- 20, a saber, de que a demanda por internacionalização pode ser considerada como o fator de mais alto impacto na conceituação de um programa de pós-graduação (BRASIL, 2010). Ainda em suas ações, a Agência ampliou as concessões individualizadas e institucionalizadas, e diversificou a natureza e a parceria dos novos acordos firmados. Verifica-se renovação e adequação de suas ações aos anseios da nossa comunidade científica, em constante crescimento.

Diante do exposto, infere-se que a educação brasileira de pós-graduação tem-se consolidado e obtido o reconhecimento neste país e fora dele e que sua participação na produção científica mundial está inserida na chamada globalização, processo que procura dar amplitude ao que se produz num país, a exemplo da educação, ciência, tecnologia, economia, cultura, que têm crescido, conforme demonstram dados de publicações científicas em colaboração internacional publicados no *SCImago Journal & Country Rank* (SJR). As, figura 1 e tabela 1, apresentam

dados referentes à participação brasileira na produção científica mundial; a primeira diz respeito à publicação de pesquisadores brasileiros com colaboração internacional e a segunda apresenta a boa posição do Brasil na produção científica internacional em 45 comparação aos outros 238 países avaliados.



Figura 1: Participação brasileira na produção científica mundial em colaboração internacional.
Fonte: Dados extraídos do SCImago Journal & Country Rank (SJR), 2017.

A figura acima indica a proporção de artigos assinados por pesquisadores de diferentes países e nela observa-se que após sucessivas quedas no período, de 2011 a 14, houve aumento nas publicações em colaboração internacional.

A seguir, a tabela indica a posição do Brasil, em termos de produção científica, em relação aos 03 países envolvidos na pesquisa, Alemanha, Estados Unidos e França dentre outros.

Tabela 1: Ranking dos Países na Produção Científica Mundial

Rank	Country	Documents	Citable doc.	Citations	Self-citations	Citations per document	H index
1	United States	10193964	9165271	240363880	110517058	23,58	1965
2	China	4595249	4525851	32913858	18210007	7,16	655
3	United Kingdom	2898927	2499445	60988844	13948928	21,04	1213
4	Germany	2570206	2394158	49023207	12158563	19,07	1059
5	Japan	2367977	2277777	35480575	9503478	14,98	871
6	France	1826708	1712312	33910955	7292478	18,56	966
7	Canada	1468796	1338700	31052115	5578703	21,14	963
8	Italy	1449301	1335074	25366435	5850838	17,5	839
9	India	1302605	1223521	10839171	3694872	8,32	478
10	Spain	1148258	1060196	18244660	4201659	15,89	723
11	Australia	1111010	996160	20363776	4272355	18,33	795
12	South Korea	914572	887739	10741924	2220618	11,75	536
13	Russian Federation	860847	842674	5947119	1831981	6,91	467
14	Netherlands	816316	745545	20136037	3133734	24,67	835
15	Brazil	749498	715170	7557916	2501838	10,08	461
16	Switzerland	595889	550777	15280692	1969916	25,64	818
17	Taiwan	575296	556749	6885565	1402557	11,97	406
18	Sweden	552343	514919	13028361	1926467	23,59	735
19	Poland	527034	509596	5048906	1282858	9,58	445
20	Turkey	485366	453565	4414662	1039323	9,1	339

Fonte: Dados extraídos do SCImago Journal & Country Rank (SJR), 2017.

Diante desse quadro de efetiva participação do Brasil, no que diz respeito à inserção de sua pós-graduação no cenário internacional, dados extraídos do portal GeoCapes referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015 revelam o crescimento das concessões de bolsas pela Capes a brasileiros nos âmbitos do doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado. É o que pode ser apreendido a partir da figura 2, a seguir:

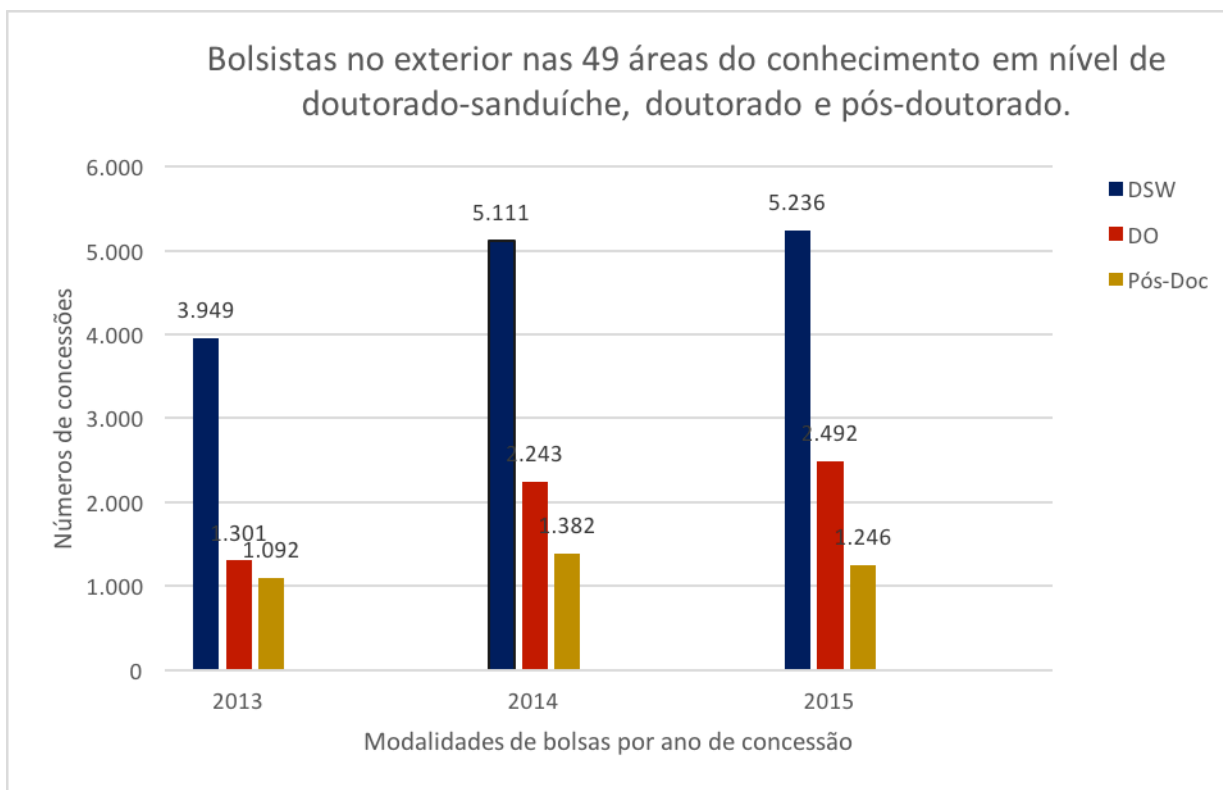


Figura 2: Bolsistas brasileiros/Capes no exterior de todas as áreas de conhecimento no período, de 2013 a 2015.

Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

Foram extraídos desse Portal dados referentes às concessões de bolsas a discentes vinculados a Programas de Pós-graduação em Ciências Biológicas II, conceitos 5, 6 e 7, que possuem cooperação internacional acadêmica com Alemanha, EUA ou França; constata-se um padrão de crescimento das concessões, com um aumento em 2014 e com uma leve queda no âmbito de pós-doutoramento em 2015. A pesquisa referencia às concessões das modalidades de bolsas estipuladas nos editais, quais sejam: doutorado pleno (DO), doutorado sanduíche (SDW) e Pós-doutorado (Pós-doc).

Bolsistas brasileiros de Ciências Biológicas II, participantes de programa de cooperação acadêmica com Alemanha, EUA e França em 2013.

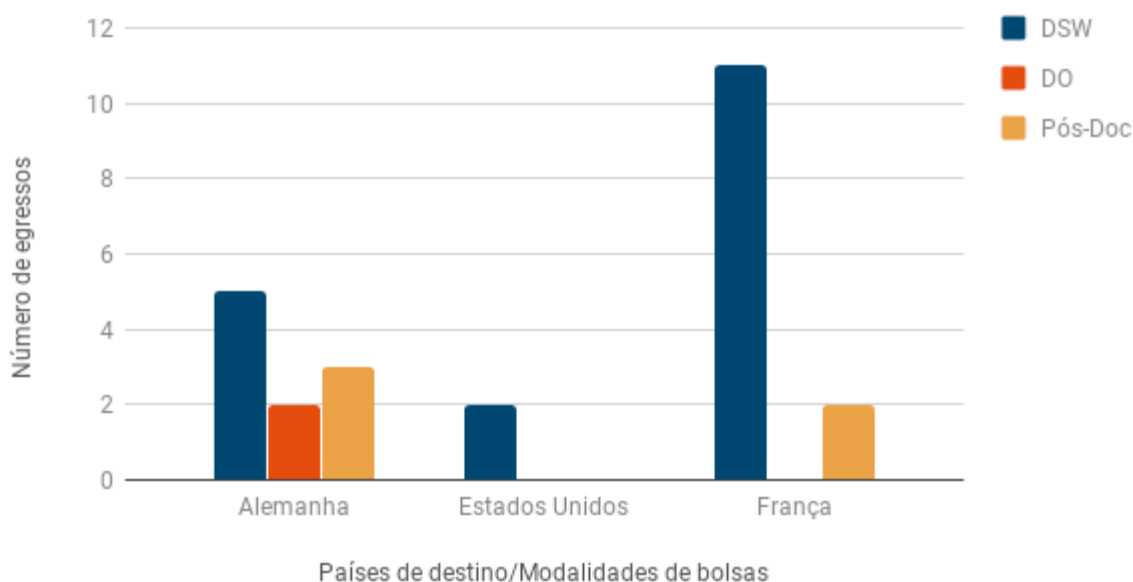


Figura 3: Concessões de bolsas/2013 aos discentes vinculados a Programas de Pós-graduação em Ciências Biológicas II, notas 5, 6 e 7, vinculados à cooperação acadêmica internacional com Alemanha, EUA e França.

Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

A figura acima demonstra que há concessões para todas as modalidades de bolsas no âmbito do acordo CAPES/DAAD, mas que nos acordos CAPES/Fulbright e Capes/COFECUB as concessões ao doutoramento é inexistente e no caso da Fulbright, bem como inexistente às concessões de bolsas de pós-doutorado. Esse fenômeno é decorrente à natureza do acordo, que a partir de 2013 começou a conceder bolsas noutras áreas do conhecimento que não de Ciências Biológicas, dentre outras áreas de Ciências da Vida.

Bolsistas brasileiros de Ciências Biológicas II, participantes de programa de cooperação acadêmica com Alemanha, EUA e França e 2014.

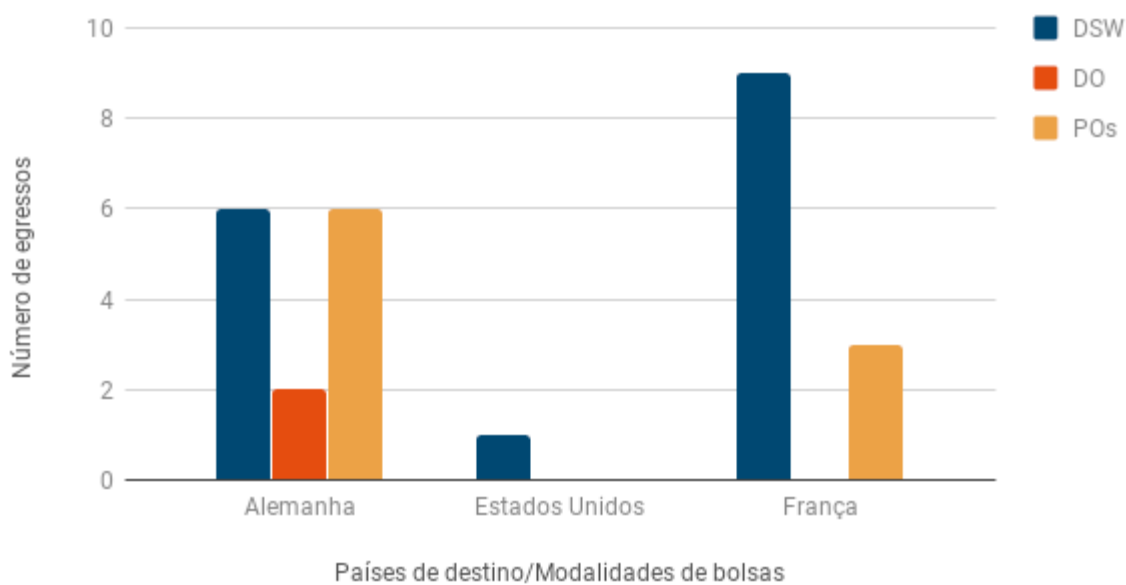


Figura 4: Concessões de bolsas 2014 aos discentes de Programas de Pós-graduação em Ciências Biológicas II notas 5, 6 e 7, vinculados à cooperação acadêmica internacional acadêmica com Alemanha, EUA e França.

Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

As concessões feitas em 2014 evidenciam o mesmo padrão das que foram efetuadas em 2013, demonstrando a manutenção na política de concessão das agências.

Bolsas brasileiros de Ciências Biológicas II participantes de programas de cooperação acadêmica com Alemanha, EUA e França em 2015.

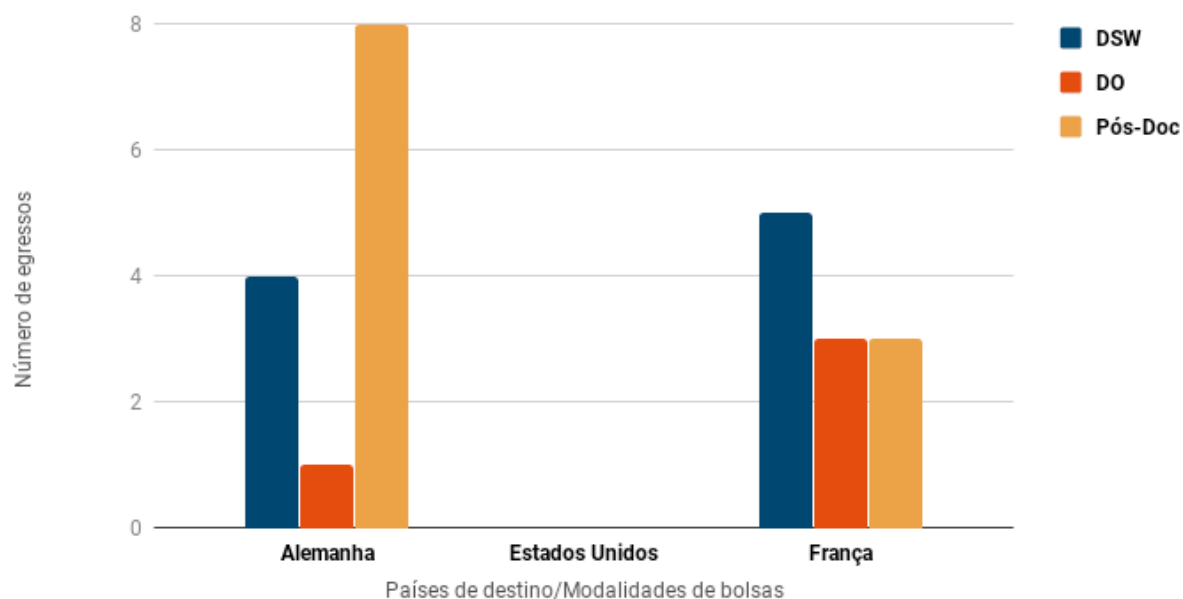


Figura 5: Concessões de bolsas 2015, aos discentes de Programas de Pós-graduação em Ciências Biológicas II, conceitos 5, 6 e 7, vinculados à cooperação internacional acadêmica com Alemanha, EUA e França.

Fonte: Dados extraídos do portal GeoCapes.

Na figura 5, observa-se a não concessão de bolsas ao acordo CAPES/Fulbright, pois o acordo prevê concessões em outras áreas do conhecimento conforme já foi dito. As figuras acima demonstram concessões de bolsas vinculadas à cooperação acadêmica internacional dentro dos 3 acordos referenciados, evidenciando a disposição das agências envolvidas em fortalecer o SNPG com a formação qualificada de recursos humanos no exterior e consequente aumento da produção científica, proporcionando visibilidade internacional à ciência brasileira

Fundamentos para a Cooperação Acadêmica Internacional

Uma das metas do atual PNPG vem a ser a internacionalização da pós-graduação brasileira, um dos principais requisitos para que os programas de pós-graduação atinjam conceitos de excelência e, nesse sentido, Fiorin (2007) destaca que o grau de internacionalização da produção científica é considerado um dos critérios mais relevantes para se medir o mérito da produção. Conforme apresenta o SNPG, existem 4.381 programas de pós-graduação em funcionamento e

cerca de 20% desse total possui conceito 5, 6 ou 7, demonstrando o caminho exitoso que a cooperação internacional brasileira tem traçado. Ressalte-se que notas superiores a 5 somente são atribuídas a programas com elevado padrão de excelência e que tenham cursos de doutorado.

O artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) declara que a internacionalização pode ser entendida como ferramenta necessária à consecução das finalidades estabelecidas para a educação superior. E a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) (BRASIL, 1988), no inciso IX do art. 4º, esclarece, sem explicitar, que a internacionalização se guia tanto pelos princípios que regem as relações internacionais brasileiras, quanto pelos princípios concernentes à educação, à ciência e à tecnologia, na busca da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

Dentro do conceito global da disseminação científica e do incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998, em documento organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), apresenta a educação superior definindo-a como [...] todo tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado (UNESCO, p. 11, 1998).

O documento destaca a importância da educação superior para o século XXI, quanto ao desenvolvimento sociocultural e econômico e que, para tanto, as questões voltadas para o seu acesso e expansão devem passar a ser intensificadas, completando que a sociedade do século atual é a do conhecimento. Diante de tal alegação, atribuem-se à educação superior e à pesquisa a incumbência de realizar mudanças que visem o desenvolvimento da sociedade e são, portanto, “componentes essenciais ao desenvolvimento cultural e socioeconômico de indivíduos, comunidade e nações” (UNESCO, 1998, p. 12).

E assim, por entenderem que a universidade é, ou deveria ser, ambiente para congregarem-se pesquisa, conhecimento científico e tecnológico, a educação superior tem recebido enfoque especial nas políticas de governo e nas recomendações das Organizações Internacionais para os países em desenvolvimento.

Em Knight e Wit, 1995, são destacadas ainda as seguintes fundamentações a respeito da importância da cooperação acadêmica internacional: melhoria da qualidade da Educação e a qua-

lificação de pessoal de nível superior.

1 - Quanto à melhoria da qualidade da educação:

- Reduzir as carências institucionais por meio do aproveitamento de uma série de oportunidades educativas e culturais: intercambiar professores e estudantes com instituições estrangeiras, em busca do aperfeiçoamento de sua formação nos níveis de graduação e pós-graduação e para atualização de conhecimentos;
- Melhorar a credibilidade nacional e internacional como um dos motivos para que as IES se internacionalizem (esse tem sido um dos critérios mais importantes adotados pela Capes no processo de avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação); e
- Ensejar educação de alto nível, com formação de parcerias e em cooperação com instituições internacionalmente reconhecidas, observando-se a qualidade dos programas de pós-graduação, facilitando a mobilidade acadêmica e profissional.

2 - Quanto à formação e qualificação de Pessoal de Nível Superior

- A formação, qualificação e experiência dos atores envolvidos, por estes conviverem com diferentes culturas e sociedades, bem como devido à experiência acadêmico-profissional adquirida, ao retornarem ao seu país de origem, espera-se que estejam prontos a transmitir seus conhecimentos e consigam gerar novos empregos.

Circunstanciada por Knight (2005), a internacionalização da educação compreende um processo deliberado de introdução de dimensões internacionais, de caráter intercultural nos aspectos que envolvem atividades de ensino e pesquisa. Atualmente, a experiência adquirida fora do país se apresenta como critério nos mercados de trabalho, profissional e acadêmico.

Diante disso entende-se que a cooperação acadêmica internacional executada pelos PPG *stricto sensu* no Brasil, por meio da Capes, qualifica recursos humanos de alto nível, contribui ao aperfeiçoamento e visibilidade da comunidade científica brasileira e amplia a produção científica, e acarretando no crescimento do SNPG, tal qual se deu nas últimas décadas, em nível global. Ainda, como consequência, devido ao crescimento e a excelência do SNPG, a demanda por bolsas plenas no exterior foi reduzida e a modalidade de bolsa sanduíche foi ampliada. Enfatiza-se que a eficácia da formação acadêmica no exterior, seja por meio de bolsa individual ou de missões de trabalho vinculadas aos acordos de cooperação internacional, amplia a formação e qualificação de recursos humanos com potencial para responder adequadamente às necessidades nacionais em curto espaço de tempo, e com menores custos, ou seja, de forma eficiente. Além disso, num curto prazo, reduz-se a necessidade de investimento em infraestrutura para o

desenvolvimento de questões de pesquisa que ainda não foram consolidadas no Brasil ou nos países parceiros.

A conclusão dada por Stallivieri (2004) é a de que a cooperação acadêmica internacional interinstitucional fundamenta-se em condições que, se levadas a cabo, resultam numa real cooperação e, conseqüentemente, em benefícios entre os parceiros. Assim, considera-se que os atores que protagonizam a cooperação possuem comprometimento, planejamento de seus objetivos, cumprimento das atividades dentro dos prazos de execução e avaliação das ações propostas e executadas.

A cooperação acadêmica internacional desenvolvida pela Capes sofreu alterações ao longo do tempo decorrentes do crescimento da pós-graduação brasileira e da evolução científica do país (ROSA, 2008, p.86), adequando-se a uma comunidade científica brasileira madura e ao crescimento do SNPG, ampliando suas ações, criando novas modalidades de acordos, programas e auxílios, assumindo assim um papel indutor frente às demandas da comunidade acadêmica.

Os riscos da Globalização para a Educação Superior

Podemos inferir que a globalização é um processo de integração das relações socioespaciais em constante transformação, em nível mundial, e que, com o transcorrer do tempo, faz com que ela cresça e se consolide. Nesse processo de globalização, novos desafios são lançados, fazendo com que as IES retomem sua finalidade original: a de produzir e disseminar o conhecimento universal (KNIGHT, 2005).

Na Conferência Mundial sobre Ensino Superior realizada pela UNESCO em Paris (2008), um dos títulos “As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social” cujo item “Internacionalização, Regionalização e Globalização” descrevia que a cooperação internacional na educação superior deve ser baseada em solidariedade, respeito mútuo, promoção de valores humanísticos e no diálogo intercultural. Ainda no documento, há o argumento de que as instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos, cruzando fronteiras e trabalhando para encontrar soluções comuns; têm por objetivo a circulação do saber e dá como sugestão para esse enfrentamento a formação de redes de universidades internacionais, as parcerias para pesquisa e o intercâmbio de

estudantes e profissionais.

No cenário de globalização, a internacionalização da educação surge com uma nova perspectiva, ao entender a educação como serviço e que, se ela for vista como mercadoria, deverá ser regulada pelo mercado, o que a levaria à perda de sua dimensão de direito humano, portanto, universal e de responsabilidade do Estado. Dentro dessa visão, a Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, no âmbito do Acordo Geral de Comércio de Serviços, apresentou orientação para a inclusão da educação como serviço e, assim, a OMC pontuou quatro campos em que se poderia proceder a internacionalização dos serviços: a) oferta transfronteiriça (o serviço cruza a fronteira, saindo para um país para ser consumido em outro. Nessa categoria, estariam incluídos qualquer tipo de curso a distância e franquias de cursos); b) consumo no exterior (o consumidor cruza a fronteira. Representa a forma mais comum de comércio na educação, se configura por meio da educação no exterior); c) presença comercial (o fornecedor cruza a fronteira estabelecendo-se e investindo em país estrangeiro. No campo da educação, isso acontece quando as universidades criam cursos ou instituições em países estrangeiros); e d) movimento temporário de pessoas físicas (o fornecedor cruza a fronteira na forma de um deslocamento de pessoas físicas). No campo da educação, se configura como deslocamento de professores e outros profissionais da área de educação (CHAVES, 2016, p. 118-137).

Em seguida, os ministros da Educação da França, Alemanha, Itália e Reino Unido, assinaram em Paris, em 1998, a “Declaração de Sorbonne”, tendo como pressuposto o atendimento a uma sociedade globalizada e em constante mudança, mas que na verdade já projeta a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior protecionista. Após, foi assinada, em 1999, a “Declaração de Bolonha”, por 29 ministros de educação europeus signatários (45 estados europeus subscreveram o documento, em 2010), com o objetivo de criarem o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países de outras regiões do mundo, como estratégia da globalização focalizada nos movimentos de capitais, na informação, na tecnologia e na mobilidade de recursos humanos de alta qualificação, demarcando uma transferência internacional protegida de conhecimentos e tecnologias.

Segundo Antunes (2006), o Processo de Bolonha mostrou ser uma forma inovadora de fazer políticas educativas, em que os governos definem os compromissos em fóruns supranacionais, ratificados pelas instituições nacionais que, em caráter voluntário, dão adesão legítima à ausência de processos institucionalizados. O Processo visa aumentar a produtividade e

a atratividade dos países europeus no campo educacional, associando a isso práticas de aprendizagem contínua e a superação de entraves burocráticos. Nessa perspectiva, pode-se inferir que tais processos, executados na Europa, possuem o intuito de expandir e qualificar a educação em nível superior, mostrando o caráter econômico de tais iniciativas.

Lamentavelmente e conforme descrições dessas Declarações, inferimos que, no chamado processo de globalização da educação, existe risco iminente de que a educação em todos os níveis seja transformada em mercadoria, tornando letra morta as indicações da UNESCO, que dão à educação uma dimensão de justiça e equidade social.

Considerações finais:

O trabalho procurou discorrer sobre as etapas por que passou a cooperação acadêmica internacional brasileira com seu devido fortalecimento. Constatou-se que houve grande fluxo de pesquisadores até a criação das primeiras universidades, suscitando um ambiente propício com a fusão de pesquisadores franceses e brasileiros, estes últimos formados nos Estados Unidos, e pela institucionalidade trazida pelos alemães que concedeu inerência ao ensino, pesquisa e extensão.

A Capes, por ter sido incumbida de aperfeiçoar recursos humanos, definiu suas ações centradas na inserção internacional, por meio de convênios com as Fundações norte-americanas, Rockefeller e Ford, com o governo francês, por meio do Capes/Cofecub, e com a Alemanha, por meio do seu DAAD. Ainda, sob a responsabilidade da Capes, a avaliação da pós-graduação brasileira *stricto sensu* estipulou critérios de qualidade, sendo, a inserção internacional um deles. Tais critérios visam a excelência do ensino de pós-graduação, no contexto internacional, a consolidação da comunidade científica brasileira e o desenvolvimento do ensino, da ciência e da tecnologia brasileiras.

A começar da criação de novos acordos e modalidades, programas e auxílios, que a cooperação acadêmica internacional, coordenada pela Capes, tornou-se complexa e adequada às demandas da comunidade científica brasileira, sólida e ciente de sua importância. Essa cooperação demonstra sua importância nos dias atuais, atuando para o desenvolvimento e fortalecimento da ciência brasileira, e ela parece ter um futuro promissor, pois tais parcerias, além de sólidas, são baseadas na seriedade e confiança dos atores envolvidos, fazendo com que elas sejam interessantes para ambos os lados.

Conforme análise apresentada constata-se que a CAPES tem adotado o princípio de que a necessária expansão e consolidação da qualidade da pós-graduação brasileira pressupõe uma ininterrupta rede de cooperação entre as equipes acadêmicas brasileiras e estrangeiras, sendo esta premissa, portanto, necessária para a inserção internacional da nossa pós-graduação. Fato é que, redes foram consolidadas, expandidas e renovadas e novos acordos foram firmados e outros, antigos, subsistem aos dias de hoje. Ações estratégicas culminaram na execução dos projetos de cooperação acadêmica internacional, elevando o número de doutores titulados, concedendo bolsas, auxílios e outros mecanismos (como projetos conjuntos), para a formação e capacitação de recursos humanos, promovendo a cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional, fomentando o desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação e, com isso, contribuindo para o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e dando incremento à produção científica brasileira, conferindo-lhe mais visibilidade internacional.

Referências:

ANTUNES, Fátima. Governança e Espaço Europeu de Educação: regulação da educação e visões para o projecto ‘Europa’. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 63-93, 2006. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/901>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto original publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Texto original publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 1 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2010. 2 v. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

CANTO, Isabel. **Brasil e a evolução da colaboração científica internacional**. O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Organizadores: José Flávio Sombra Saraiva e Amado Luiz

Cervo. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 173-194.

CANTO, Isabel; HANNAH, Janet. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 3, n. 6, p. 214-233, dez. 2006.

CANTO, M. I. L. **A PartenerShip of Equals? A Study Of Academic Collaboration Between Britais and Brazil**. Universtiy of Nottingham, 1999. Tese de Doutorado.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Cooperação Internacional**. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. **GeoCapes**. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/conteudo-estatico/6886-geocapes>>. Acesso em: 22 maio 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob et al. Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 2, n. 1, p. 118-137, jan./abr. 2016. Disponível em: <<Http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7531/6387>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

FIORIN, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de ciências humanas e sociais em periódicos internacionais, **Revista Brasileira de Pós -graduação – RBPG**. Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.

KNIGHT, Jane. Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. In: Organisation de Coopération et de Développement Économiques. **L'enseignement supérieur en Amérique Latine: la dimension internationale**. Paris: OCDE, 2005. p. 11-45. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/Higher Ed in LAC Intnal Dimension FR.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/Higher%20Ed%20in%20LAC%20Intnal%20Dimension%20FR.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2017.

KNIGHT, Jane; WIT, Hans de. Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives. In: WIT, Hans de (Ed.). **Strategies for Internationalization of Higher Education**. Luna Negra: Amsterdam, 1995. p. 5-32.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação**. Marco Referencial de ação Prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

ROSA, Leonardo Osvaldo Barchini. **Cooperação Acadêmica Internacional: um estudo da atuação da CAPES**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6289>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SCIMAGO Journal & Country Rank (SJR). Granada/Extremadura/Madri/Alcalá de Henares, Espanha: SJR, 2017. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/countryrank.php>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

SILVA, Stella Maris Wolff da. **Cooperação Acadêmica Internacional da Capes na perspectiva do programa Ciência sem Fronteiras**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Brasília, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/69929> . Acesso em 1 jun.2017.

SOUTO, Álvaro José de; REINERT, José Nilson. Cooperação Internacional Interuniversitária: o caso da UFSC. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35579>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Petrópolis: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004.

VELHO, Léa. Formação de Doutores no País e no Exterior: estratégias alternativas ou complementares? **Revista DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 607-631, jul. 2001.

2.1.2 O Manuscrito

A Reforma Universitária e a Pós-Graduação Brasileira diante do Fenômeno da Globalização

The University Reform and the Brazilian Postgraduation in the face of the Globalization Phenomenon

Resumo: O artigo pretende analisar a criação, institucionalização e expansão da pós-graduação brasileira a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da reforma do ensino superior. Outrossim, discorrer-se-á a respeito dos esforços que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm envidado na busca de sua internacionalização acadêmica e de como o atual fenômeno da globalização, que é desafiador e agregador de relações, tem impactado nessa busca. E por serem análogos, mas distintos, procuraremos distinguir o fenômeno da globalização do processo de internacionalização das IES. A metodologia é exploratória e procurou, num primeiro momento, levantar dados de publicações relativas à LDB, Reforma Universitária, globalização e internacionalização da pós-graduação brasileira com as seguintes fases de seleção: 1- Trabalho aleatório na internet para a identificação de informações científicas da área da educação; 2- Cruzamento de palavras-chave, por exemplo, reforma universitária; internacionalização da educação superior; internacionalização e globalização; tratado de Bolonha e globalização; 3- Identifi-

cação de periódicos científicos cujo conteúdo enunciassem a internacionalização da pós-graduação *stricto sensu* brasileira. A proposta da pesquisa, após a seleção das publicações, foi a de compilar e dar-lhes coesão no empenho de qualificar a pós-graduação diante da atual era de globalização.

Palavras-chave: Educação. Internacionalização da Pós-graduação brasileira. Globalização.

Abstract: The article intends to analyze the creation, institutionalization and expansion of the Brazilian postgraduate system from the promulgation of the Law of Directives and Bases of National Education (LDB) and the reform of higher education. It will also discuss the efforts that the Higher Education Institutions (HEIs) have been seeking in their academic internationalization and how the current phenomenon of globalization, which is challenging and aggregating relations, has impacted this quest. And because they are analogous, but different, we will try to distinguish the phenomenon of globalization from the process of internationalization of HEIs. The methodology is exploratory and sought, first, to collect data on publications related to LDB, University Reform, globalization and internationalization of the Brazilian postgraduation with the following selection phases: 1- Randomized work on the Internet to identify scientific information from the area of education; 2- Crossing of keywords, for example, university reform and the internationalization of higher education; internationalization and globalization; Bologna treaty and globalization; 3- Identification of scientific journals whose contents state the internationalization of the *stricto sensu* Brazilian post-graduation. The research proposal, after the selection of publications, was to compile and give them cohesion in the effort to qualify the postgraduation in the current era of globalization.

Keywords: Education. Internationalization of the brazilian postgraduation. Globalization.

Introdução

A primeira publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do Estado Novo (1937-1945), porém, ela só foi promulgada em 1961, com o nº 4.024/61, e reformulada outras duas vezes recebendo a numeração, nº 5.692/1971 e nº 9.394/1996.

A LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro, com base nos princípios presentes na Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), sendo que a necessidade de sua formulação foi citada pela primeira vez na CF de 1934. Porém, só em 1946, com o fim da 2ª Guerra Mundial, a qual será reportada nas linhas seguintes, na época em que o país tentava se reorganizar, é que se elaborou uma nova CF e nela havia menção clara da necessidade de ser elaborada uma lei específica e norteadora à educação nacional que viria a ser a LDB.

Já nos anos 50, dentro de um período mais harmônico, foram criadas duas importantes agências de fomento à pesquisa, a saber, a antiga Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior e atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), dando início à institucionalização da pós-graduação brasileira.

Cerca de trinta anos após sua primeira menção na CF de 34, foi criada a primeira versão da lei específica à educação nacional, sancionada por João Goulart, então presidente da República, em 20 de dezembro de 1961. Em sua essência, a LDB não alterou a essência do ensino tradicional, tendo apenas a vantagem de não engessar o currículo deixando-o alterável e flexível em todo o território nacional.

O golpe militar de 64 concedeu ao governo federal o controle das universidades públicas sendo imposta a necessidade de que fosse realizada uma reforma para suprir os pedidos estudantis feitos à época. Assim, em 29 de novembro de 1968, foi publicada a Lei nº 5540/68, chamada de “Lei da Reforma Universitária”, que estipulava normas de organização e de funcionamento do ensino superior bem como sua articulação com o ensino médio. Dentre outras importantes deliberações, destacam-se: Estabelecimento da interdependência entre ensino, pesquisa e extensão; Instituição de regime integral e dedicação exclusiva dos docentes; Incentivo à produção científica e à titulação e a criação de oportunidades ao seu aperfeiçoamento acadêmico fora do Brasil.

Quanto à interdependência de ensino e pesquisa, a CF de 88, em seu artigo 207, dispôs que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, ou seja, torna-se norma pétrea a interdependência dessas atividades universitárias e deixa claro que uma não pode existir sem a outra, e que nenhuma é acessória a outra e, sim, seguimentos naturais: a produção científica, por exemplo, só pode cumprir seu papel social de difusora do conhecimento, por ser retroalimentada pelo ensino e pela extensão. E, ainda, o conhecimento científico aproxima a sociedade da universidade. Observamos esse tripé como um ciclo, em que a pesquisa cria e potencializa novos conhecimentos e estes devem ser disseminados por meio do ensino e de se sua aplicação, pela extensão, ou seja, as três atividades se complementam e atuam continuamente.

A pesquisa e a pós-graduação brasileiras expandiram-se e o incentivo do governo à criação de cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados, no país foi expandido, por ser a reforma universitária atrelada à educação superior, ao desenvolvimento econômico, conforme a idealização do governo militar em criar um modelo de ensino superior, de universidade e, conseqüentemente, de pós-graduação, dando clareza de sua finalidade.

A reforma ampliou a política científica e com ela foram criados Centros Regionais de Pós-graduação que, mesmo vinculados ao sistema universitário, eram dotados de relativa autonomia. Uma das agências de fomento à pesquisa criada na década de cinquenta, o CNPq, por exemplo, teve suas atribuições ampliadas, “incorporando à sua área de competência as ciências humanas, e inserindo-se esse órgão no complexo de mecanismos encarregados de exercer certos controles, a nível federal, sobre o sistema universitário de ensino e pesquisa e formação de cientistas” (MENDES, 2000, p. 28). À época, sob a égide do regime militar, a educação superior foi sedimentada por políticas públicas de desenvolvimento científico do país e a pós-graduação foi estruturada, normatizada e institucionalizada, sendo ampliado o fomento à pesquisa e criada uma sistemática de avaliação conduzida pela outra agência de fomento criada nos anos 50, a CAPES.

Ainda sob a governança militar (1964-85), a LDB foi reformulada, Lei nº 5.692/1971, sem grandes mudanças e, apenas 25 anos (vinte e cinco) depois, já com a Democracia instalada no país, é que uma nova versão da LDB foi promulgada, precisamente no dia 20 de dezembro de 1996, recebendo o título de Lei Darcy Ribeiro sob o nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Ela trouxe várias mudanças e procurou tornar-se exequível às diferentes realidades da educação brasileira. Dentro de suas finalidades para a educação superior, destacam-se os incentivos à pesquisa e à investigação científica, à divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, e a promoção de extensão. Ainda foram previstos cursos sequenciais por campo de saber, de graduação, de pós-graduação, compreendendo cursos de mestrado e doutorado, de especialização e aperfeiçoamento.

Quanto à gestão das universidades, essa LDB garantiu autonomia aos estabelecimentos públicos e particulares, e estabeleceu como garantia ao funcionamento das universidades a exigência da titulação de Mestrado de pelo menos 1/3 do corpo docente; previu ainda que 1/3 do corpo docente deveria trabalhar em regime de dedicação integral. Essa atual LDB condicionou o credenciamento, recredenciamento e o descredenciamento dos Programas de Pós-graduação (PPG's) existentes no Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG)²⁰, mediante o resultado obtido na ava-

²⁰ O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) é constituído por meio de etapas: a primeira é a avaliação das propostas de cursos novos, em que, para a admissão de novos programas e cursos ao SNPG, a CAPES avalia a qualidade das propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG. A Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas de pós-graduação que integram o SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na

liação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), iniciada pela CAPES em 1976, que concede certificação à pós-graduação brasileira em nível internacional e faz com que os PPG's busquem permanentemente excelência em suas atividades de ensino, dentre elas a internacionalização. Tal sistema de avaliação possui três fundamentos: 1) A avaliação é feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2) Sua natureza é de meritocracia; e 3) Ela une reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas (BRASIL, 2010).

Como instrumento balizador do SNPG, o resultado advindo da avaliação influencia decisões em diversos âmbitos, quais sejam: Discentes se baseiam nas notas para escolher seus futuros cursos; Agências de fomento nacionais e internacionais orientam suas políticas de fomento; e Estudos e indicadores produzidos pela avaliação podem induzir políticas governamentais de apoio e crescimento da pós-graduação, estabelecendo uma agenda que vise reduzir desigualdades nas regiões brasileiras e/ou no âmbito das áreas do conhecimento.

Nas últimas décadas, dois sistemas de avaliação foram criados. No período de 1976-1997, vigorou na classificação a escala conceitual alfabética de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional de qualidade os possuidores de conceito A, conforme explicitação feita em Martins (2003).

A disposição de adotar padrões internacionais de qualidade como parâmetro para avaliação dos programas nacionais de excelência encontra-se interligada com políticas conduzidas pela Capes com vistas a uma maior inserção internacional da pós-graduação brasileira. Nesse sentido, deve-se destacar a significativa ampliação da cooperação internacional; além do Acordo Capes-Cofecub, destacam-se os convênios e acordos firmados com a Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e países latino-americanos. A Capes vem adotando em suas ações o princípio de que a expansão e a consolidação da qualidade da pós-graduação no país pressupõem uma forte rede de cooperação entre equipes acadêmicas nacionais e estrangeiras e são condições necessárias à inserção internacional da pós-graduação nacional.

A partir do ano de 1998, a escala de notas foi mudada tendo em vista, o princípio de comparabilidade entre as áreas e a busca de uma discriminação de conceitos, conforme a qualidade relativa entre cursos e segundo Vasquez, em INFOCAPES (2002) “[...] há uma certa falta de entendimento sobre a real mudança e o significado da escala. Ela não foi simplesmente expandida

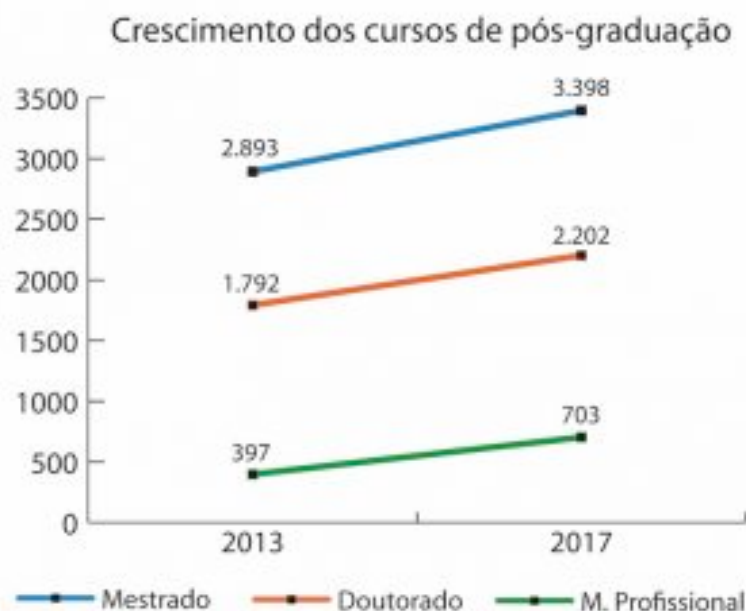
escala de 1 a 7, fundamentam a deliberação do CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento”, a vigorar no triênio subsequente, agora quadriênio (BRASIL, 2010).

de forma linear para que, como antes, ao melhor programa de cada área correspondesse a maior nota. A ideia é que, com critérios compatíveis e acordados entre todas as áreas, a avaliação, num primeiro estágio, classifique os programas entre os graus um e cinco, sendo reservado o cinco para aqueles programas com melhor qualidade na área. Num segundo momento, esses programas são avaliados e poderão alcançar os graus 6 ou 7 se, e somente se, tiverem qualidade equivalente aos melhores em sua área com padrão nitidamente internacional ”.

A partir de então, a classificação começou a seguir uma escala numérica de 1 a 7, em que os cursos recebiam nota de acordo com o desempenho acadêmico no triênio: notas 1 e 2 são consideradas insuficientes e provocam o descredenciamento do curso; nota 3 corresponde a desempenho médio, que apresenta padrões mínimos de qualidade; notas 4 e 5 significam um desempenho entre bom e muito bom, sendo 5 a nota máxima para programas que possuem apenas curso de mestrado. Os cursos de padrão internacional são aqueles com conceitos 6 e 7, com os cursos nota 7 ocupando o topo do sistema (NOBRE; FREITAS, 2017).

Assim, em referência a nossa pós-graduação *stricto sensu*, observa-se sua solidificação com conseqüente crescimento do SNPG (Gráfico 1).

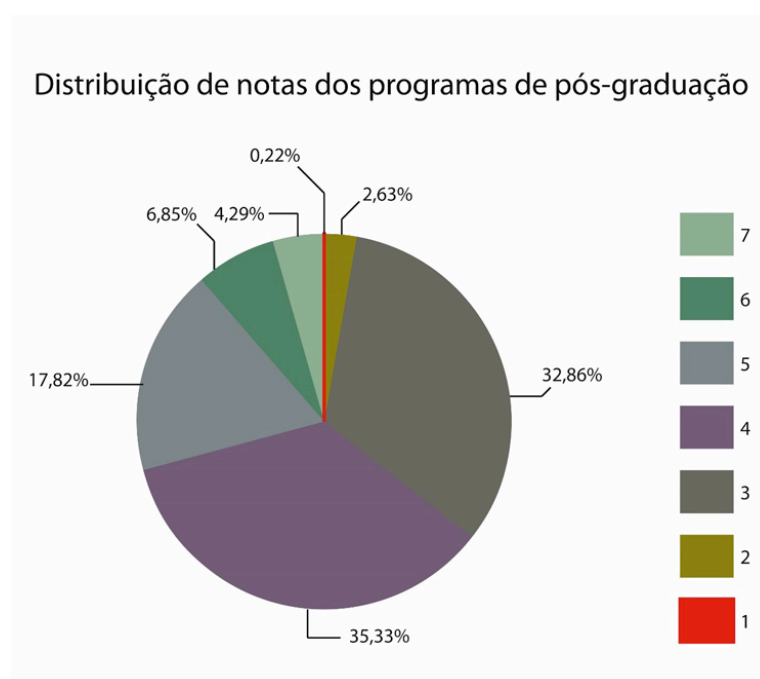
Gráfico 1 - Demonstrativo do crescimento do SNPG durante o período avaliativo de 2013 a 2017.



Fonte: BRASIL, 2017.

Na última avaliação, realizada em 2017, com os dados referentes ao último quadriênio, 2013 a 2016, o crescimento do SNPG foi de 25%, a se dizer, em termos absolutos, que o número passou de 3.337, em 2013, para 4.175 programas, em 2016 (BRASIL, 2017). Há que se dizer que, desse montante, 465 PPGs (11%) possuem desempenho equivalente a padrões internacionais de excelência, com notas 6 e 7, e que 18% alcançou a nota 5, nível de excelência nacional com potencial para tornarem-se programas de excelência.

Gráfico 2 – Distribuição de notas decorrente da última avaliação quadrienal/2017 realizada pela CAPES.



Fonte: BRASIL, 2017.

Dentro dessa política de expansão, fortalecimento e melhoria da nossa pós-graduação, visando torná-la reconhecida internacionalmente por meio de seus PPG's de excelência, a CAPES instituiu, por meio da Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior (IES) e de Institutos de Pesquisa do Brasil (CAPES/PRINT), tendo como objetivos o fomento à construção, à implementação e à consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições, estímulo à formação de redes de pesquisas internacionais com foco no aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação, ampliação das ações de apoio à internacionalização na pós-

graduação, promoção da mobilidade de docentes e de discentes, incentivo à transformação das instituições participantes em um ambiente internacional, além da integração de ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização.

O Programa visa a seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa que tenham ao menos quatro PPG's recomendados pela Capes na avaliação trienal de 2013 e na quadrienal de 2017, dentre os quais deverá haver, ao menos, dois cursos de doutorado. Conforme afirma a Profa. Concepta McManus, atual Diretora de Cooperação Internacional (DRI) da CAPES,

a internacionalização deve ser entendida como um meio e não como um fim em si mesmo. A internacionalização constitui-se na integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções ou entrega de educação superior, com especial atenção à pós-graduação. Nesse contexto, CAPES-PRINT aporta contribuição fundamental para que o Brasil realize plenamente as suas potencialidades no que se refere qualidade das pesquisas realizadas em âmbito nacional e a interface entre produção científica e inovação tecnológica com inserção internacional (BRASIL, 2017).

Assim, na busca da internacionalização da pós-graduação *stricto-sensu* brasileira, estão sendo institucionalizadas ações destinadas ao seu fortalecimento e crescimentos e reconhecimento internacional. Dentro dessa perspectiva, observamos que com a institucionalização da pós-graduação feita em meados da década de 50, com a criação de importantes e atuais agências de fomento, CAPES e CNPq, a universidade brasileira sofreu uma forte mudança e arrisca-se dizer que as consequências advindas dessa institucionalização foram sentidas de forma mais intensa que a própria reforma universitária de 68.

Sinalizações da Globalização

No anseio de explicar um pouco como o processo de globalização influencia a internacionalização das nossas Instituições de Ensino Superior (IES), reportamo-nos a meados de 1941, durante a 2ª Guerra Mundial, momento em que a comunicação radiofônica era utilizada diariamente por cinco minutos com o programa Repórter Esso²¹, divulgação feita pelos Estados Unidos

²¹ Programa patrocinado pela Standard Oil Company ou ESSO (ESSO é uma versão fonética das iniciais da Standard Oil (SO=ESSO), o programa era transmitido em 14 países do continente americano por 59 estações de rádio,

da América (EUA) por meio de 59 estações de rádio a 14 países do continente americano, sendo criada uma rede mundial de comunicação com uma clara globalização da comunicação. Após o desfecho da guerra, os países diretamente envolvidos ou não impediram que uma nova atrocidade fosse cometida; a solução encontrada foi a elaboração de planejamentos diplomáticos e comerciais a fim de que as nações se aproximassem formando uma rede comum.

Surge então a Organização das Nações Unidas²² (ONU) no ano de 1945 e, logo em seguida, é fechado um tipo de acordo intergovernamental conhecido como Organização Governamental Internacional (OGI) composta principalmente de Estados Soberanos ou Estados-Membros e de outras organizações intergovernamentais, em que restrições comerciais de importação entre os países participantes são reduzidas ou eliminadas, pois elas geralmente são impostas com o objetivo de proteção do mercado interno, sem deixar que as nações expandam suas trocas em concordância à globalização. Logo, com o avanço da tecnologia da informação, os países capitalistas ou não se expandiram, cruzaram e ampliaram fronteiras formando uma “Aldeia Global” unindo suas diversidades e desigualdades a despeito de tentar igualá-las.

A sociedade global baseia-se na convicção de que a organização, o funcionamento e a mudança da vida social, em sentido amplo, compreendendo evidentemente a globalização, são ocasionados pela técnica e, neste caso, pela eletrônica.

Segundo Ianni (2001, p. 19), convém ressaltar a seguinte ideia:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, vídeos, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados e, generali-

constituindo-se na mais ampla rede radiofônica mundial. No Brasil, a síntese noticiosa, de cinco minutos, foi irradiada nos cinco principais centros de decisão política do País de 1941 a 1968: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

²² A Liga das Nações ou Sociedade das Nações foi uma organização internacional idealizada em 28 de abril de 1919, em Versalhes, França, onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz. Sua última reunião ocorreu em abril de 1946, dando lugar à Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas, uma organização intergovernamental visando à cooperação internacional estabelecida, em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de impedir outro conflito como o que havia recentemente ocorrido. Na sua fundação, a ONU contava com 51 e, atualmente, conta com 193 estados-membros. Sua sede está localizada em Manhattan, Nova York, e possui extraterritorialidade, sendo financiada pelos países-membros e seus objetivos incluem manutenção da segurança e da paz mundial, promoção dos direitos humanos, auxílio no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteção do meio ambiente, promoção da ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados.

za o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos.

A também chamada sociedade em rede, sociedade global, pode até ser encarada como contraditória e complexa por possuir, em seu bojo, sociedades, grupos, classes, tribos, nações, culturas, religiões e idiomas diferentes, mas o fenômeno da globalização existente por meio de redes é entendido como amálgama para tornar o planeta uma aldeia e a globalização, por ter-se tornado um processo sólido, não é mais passível de interrupção ou extinção.

“Para todos, porém ‘globalização’ é o destino irreversível do mundo, um processo irreversível, é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira” (BAUMAN, 1999, p. 7). Inferimos que a globalização, por ter-se tornado um processo irreversível, tem levado as nações a fazerem adaptações em várias esferas, na economia, no ensino, com suas diferenças, mas na busca de um entendimento comum a todos. Já Goergen (2013, p. 248) apresenta-nos o seguinte entendimento:

Seja como for, entre críticas e aplausos, a globalização, internacionalização ou transnacionalização, como às vezes se prefere, é um fenômeno incontornável de um novo momento cultural e econômico envolvendo todas as pessoas, inclusive as de lugares muito remotos, e todas as áreas da atividade humana.

Dentro dessa irreversibilidade da globalização, atemo-nos à educação e reportamo-nos ao processo de internacionalização da educação europeia que, em 1998, encabeçada pela Alemanha, França, Itália e Reino Unido, teve assinada a Declaração de Sorbonne em Paris, com o intuito de se criar um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES)²³, protegido aos seus interesses. Já no ano seguinte, mais 29 (vinte e nove) ministros de educação europeus assinaram a Declaração e, atualmente, são 46 (quarenta e seis) países subscritos. Esse espaço tornou-se circunscrito aos membros e mostrou ser atrativo aos estudantes europeus e aos estudantes de outros continentes, demonstrando ser um modelo de globalização educacional, voltada à mobilidade de recursos humanos de alta qualificação, e à interação e transferência de ciência e de tecnologia.

Assim, é estabelecida a Declaração de Bolonha, com o propósito de criar uma área europeia de ensino superior, aumentar a empregabilidade e mobilidade dos cidadãos europeus, e dar

²³ O objetivo principal do Processo de Bolonha, iniciado em 1999, foi o de criar o Espaço Europeu de Ensino Superior. Assim, entre 1999 e 2010, todos os países aderentes ao tratado de Bolonha se esforçaram por sua criação, o que viria a tornar-se realidade com a Declaração Budapeste-Viena, no dia 12 de março de 2010.

competitividade internacional ao ensino superior europeu. E aponta como instrumentos para essa convergência: a) a adoção de um sistema comparável de graus de ensino; b) a adoção de um sistema baseado em 2 ciclos (graduação e pós-graduação); c) o estabelecimento de um sistema de transferência de créditos; d) a promoção da mobilidade eliminando os obstáculos efetivos à livre circulação de estudantes (acessos a oportunidades de estudo e de formação) e de professores, investigadores e pessoal administrativo; e) a promoção da cooperação europeia na garantia da qualidade e promoção da dimensão europeia no que diz respeito ao desenvolvimento curricular; f) cooperação interinstitucional, esquemas de mobilidade e programas integrados de estudo, de formação e de investigação (VEIGA, 2003).

Para Antunes (2006), o Processo de Bolonha, que culminou com sua Declaração, mostrou ser uma forma inovadora de fazer política educacional em que os compromissos foram firmados em fóruns supranacionais e ratificados pelas respectivas instituições nacionais conferindo-lhes, em caráter voluntário, adesão legítima à ausência de processos institucionalizados. Tal processo ampliou a atratividade educacional dos países europeus envolvidos, pois, ao reduzir burocracias, concedeu um novo perfil à educação superior. Ressalte-se que esse modelo demonstrou ser aplicável não só no espaço acadêmico, mas também no comercial, com modelos estratégicos de internacionalização, tais como mobilidade estudantil, congressos e publicações científicas internacionais. Dias Sobrinho (2005, p. 4) sinaliza que a Declaração de Bolonha procurou adaptar os currículos às demandas e às características de um novo mercado de trabalho, impulsionando a mobilidade de estudantes, professores e funcionários e, não menos importante, tornando a educação superior atraente no mercado global.

Observa-se que o processo de globalização do conhecimento provoca mudanças na educação superior e impõe a necessidade de respostas às solicitações de uma atual sociedade globalizada, utilizando como exemplo o continente europeu que, por ter sido ampliado, em decorrência ao tratado de Bolonha, precisou enfrentar e adapta-se a um novo cenário. Nota-se que a globalização impacta o funcionamento das instituições de ensino não apenas na Europa, mas em todos os continentes; ao criar novos ambientes para a produção e divulgação do conhecimento, precisa dar ênfase à internacionalização.

Complementando essa ideia, Lombas (2013, p. 53) apresenta a seguinte consideração:

Neste sentido, ressalta-se a expansão dos mercados internacionais do ensino superior e o aumento de parcerias e alianças institucionais com congêneres e não congêneres estrangeiros focalizadas nas funções de ensino e pesquisa, que, por conseguinte, passam a mobilizar um maior contingente de estudantes e pesquisadores estrangeiros.

Na verdade, o Tratado de Bolonha sinalizou o surgimento de um novo modelo para a educação e fez com que parcerias e alianças internacionais fossem criadas, formando redes interligadas, conferindo-lhes análoga importância. Esse processo deu ênfase à internacionalização e conferiu-lhe o poder de se tornar o quarto pilar de atuação das Universidades, unindo-se ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Internacionalização *versus* Globalização

Conceituar o termo globalização não é uma tarefa fácil, por não existir consenso e por haver distinção entre autores em sua conceituação, os quais também costumam distingui-la da internacionalização, o que demonstra ser outra tarefa árdua. Ao iniciarmos a discussão, reportarmos aos autores Knight e Wit (1997, p. 6), que, de uma maneira simples e clara, dizem que “a internacionalização está mudando o mundo da educação e a globalização está mudando o mundo da internacionalização”.

Preocupamo-nos em adotar uma definição mais adequada à compreensão da internacionalização da educação superior, que é o tema central deste artigo. Pois, ao se falar em internacionalização da educação, podemos citar Altbach (2004, p. 3), quando diz que ela se confunde com a globalização e que esta pode ser “definida como o resultado inevitável das amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que diretamente afetam a educação superior”. Esta definição é complementada em Knight e Wit (1997, p. 6), quando afirmam que ela é um fenômeno onde há “fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores, ideias, através das fronteiras. A globalização afeta cada país de modo diferente devido à história, tradições, cultura e prioridades da nação”.

Por entender que o processo de globalização é um fenômeno que, de uma forma ou de outra, atinge os países, referenciamos Altbach e Knight (2007), ao afirmarem que:

[...] ela se relaciona com o contexto de tendências econômicas e acadêmicas do século XXI e que, no campo da educação superior, a internacionalização é o conjunto de políticas e práticas desenvolvidas pelos sistemas acadêmicos, pelas instituições e pelos indivíduos para fazer frente ao ambiente acadêmico global.

Assim, por afetar a todos, esse processo atua distintamente nos países e de acordo com sua história, tradições, cultura, economia e prioridades geográficas. Nesse contexto, as IES são impedidas a adotarem inovações adequadas às suas realidades e que o preço por ignorar esse processo seria arriscar sua sobrevivência, visto que a academia científica é afetada por padrões de difusão de conhecimento internacionais, pela propriedade intelectual de publicações internacionais, pela rede internacional de computadores e por diversos investimentos em pesquisa e desenvolvimento que procuram acompanhar os padrões internacionais. E, para fundamentar tal pensamento, citamos Altbach (2004, p. 4), quando faz a seguinte apreciação: “A globalização não pode ser completamente evitada. A história mostra que quando as universidades se colocam alheias às tendências econômicas e sociais elas se tornam moribundas e irrelevantes”.

Na tentativa de serem encontradas definições da internacionalização do ensino, podemos verificar um simples envolvimento entre erudição e universidade, a definições que buscam evidenciar pontos, tais como globalização, internacionalização, multinacionalidade etc. De fato, para a educação superior, esse termo pode ser resumido em fases: casual, organizada ou, na fase atual, surgida pós-guerra, uma fase estratégica ligada à globalização dos povos com o surgimento de Organizações com um objetivo comum nos moldes da ONU.

Conforme Morosini (2006, p. 112) diz:

[...] as características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização... e que, por ser o conhecimento considerado como um dos principais valores da economia nos dias atuais, a busca pela educação e certificação continuadas se faz presente. Isso se reflete num grande impacto no ensino superior, com a universidade adquirindo seu valor máximo.

Diante da atual importância da educação Miura (2006) indica certas razões que podem conduzir as instituições de ensino superior (IES) a buscarem a internacionalização, a saber:

- Razões políticas, busca pela paz e entendimento mútuo;
- Razões econômicas, preocupação com a competitividade e crescimento econômico;
- Razões socioculturais, expansão de valores morais e nacionais; e

- Razões acadêmicas, qualificação das pessoas para o mercado de trabalho, reputação da IES, qualidade do ensino, pesquisa e serviços, exposição cultural decorrente da mobilidade de estudantes e professores.

Podemos entender que a educação tem-se tornado um recurso precípuo ao enfrentamento dessa nova configuração mundial de ensino, iniciada nesse processo de globalização, e sabe-se que a humanidade sempre criou e solidificou novos hábitos visando seu progresso.

Identificamos nas buscas de publicações a respeito da internacionalização do ensino que, para a pós-graduação, ela é um meio de se conquistar a excelência acadêmica, acesso às publicações internacionais, melhores condições para divulgação de pesquisas em diferentes e melhores periódicos. A CAPES é um dos órgãos a dar importância à internacionalização e, por ser o órgão avaliador da pós-graduação *stricto sensu* e fomentador de bolsas de ensino, é ainda uma agência que se empenha pela busca da excelência acadêmica objetivando projeção. Inferimos positivamente ao dizer que suas atividades, em busca do incremento da pós-graduação por meio da internacionalização acadêmica, são direcionadas ao cumprimento de suas orientações.

A internacionalização acadêmica, conforme preconizado por Knight (2004), adquire uma nova razão de ser, somando-se a outras razões tais como política, econômica, sociocultural e acadêmica. Essa quinta razão vem ser a reputação internacional, *branding*, que possui finalidades acadêmicas, econômicas, sociais e/ou políticas. Pode-se inferir, portanto, que outros motivos para as IES alcançarem a internacionalização seriam reputação, visibilidade e uma posição em *rankings*, e que, na verdade, esses motivos surgiriam como resultado e não um motivador de suas práticas. As razões socioculturais à internacionalização também são citadas como missões das universidades, pois elas devem devolver à sociedade alunos com competência e capazes de atuar no contexto global. Há também razões políticas, visando ao atendimento dos anseios da aldeia global, pois, ao estabelecerem acordos internacionais, a universidade representa o país, é seu porta-voz e criadora de um ambiente cordial. Essas atividades são retroalimentadas através de trocas, sejam elas de conhecimento ou de intercâmbio de discentes e docentes, e exercem papel político ao darem identidade nacional, dentro do contexto internacional, para a manutenção da paz e aproximação dos povos.

A seguir, o quadro 1 apresenta certas razões e motivações, em níveis institucional e nacional, à internacionalização acadêmica.

RAZÕES	NÍVEL INSTITUCIONAL	NÍVEL NACIONAL
Acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão e promoção de práticas de excelente ensino de nível internacional; • Inclusão à cultura e a conhecimentos internacionais; • Aumento da reputação e da visibilidade internacional; • Inclusão e promoção das condições de pesquisa e da divulgação científica; • Aperfeiçoamento de discentes; docentes e corpo técnico-administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento de recursos humanos adequados às demandas internacionais; • Acesso a resultados de pesquisas e avanços técnico-científicos.
Socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de um ambiente culturalmente diversificado; • Inclusão a novas culturas e ampliação de horizontes culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sociocultural da nação.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de parcerias e convênios para fins diversos; • Visibilidade e reputação internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de alianças estratégicas; • Consolidação da identidade nacional; • Inserção do país no cenário internacional de produção de conhecimento.
Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> • Aporte de recursos financeiros; • Melhores avaliações pelos órgãos de fomento. • Competitividade internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada de recursos do exterior.

Quadro 1 - Razões e Motivações Institucionais e Nacionais à Internacionalização Acadêmica
Fonte: Adaptado de Rocha, 2016.

Inseridas nesse contexto de intensa globalização, e no anseio em atender as demandas da sociedade, as IES estão sujeitas aos seus impactos. Assim, entende-se que a internacionalização do ensino superior é um motivo de adequação a essas demandas, mas há outros impactos decorrentes da globalização impostos a diferentes áreas da atividade humana. Ainda sobre a internacionalização Miura (2006), apresenta o seguinte esclarecimento:

A partir da década de 1980, a internacionalização das IES ganha importância no cenário mundial, sobretudo, impulsionada pela clara percepção de que o desenvolvimento científico deve acontecer em âmbito internacional, livre das limitações impostas pelas fronteiras. Assim, se faz necessária também a diversificação dos modos de aprendizagem, tanto em tempo integral quanto parcial. Todas es-

tas questões contribuíram direta ou indiretamente para que as atividades de internacionalização, nas últimas décadas, saíssem das margens e tornando-se tema central nas IES.

Em razão de ter-se tornado o quarto pilar da educação, e na busca de esclarecer as motivações para a internacionalização, pudemos observar as já citadas quatro principais categorias: sociocultural, política, acadêmica, econômica (KNIGHT; WIT, 1997), e, nesse sentido, Knight (2004) faz a seguinte distinção entre os motivos nos âmbitos nacional e institucional:

- Em nível nacional ou interno, seriam os seguintes motivos: Construir um perfil internacional seguro, lembrando que os *rankings* internacionais não são motivadores de internacionalização, mas são sinalizadores da reputação internacional de uma IES; Melhorar a qualidade, com cerne nos padrões internacionais; Formar profissionais com educação de elevados padrões de ensino; Gerar renda financeira, para a criação e manutenção de sistemas voltados ao incremento do ensino, da pesquisa e da extensão; Firmar parcerias estratégicas com outros centros de ensino e pesquisa, órgãos de fomento nacionais ou internacionais, organizações governamentais e iniciativa privada, que podem influenciar positivamente o alcance de seus objetivos institucionais e produzir conhecimento - atividade finalística das IES.
- As razões externas nacionais dizem respeito ao papel das IES no crescimento de uma nação, ao formarem capital humano capacitado ao seu incremento social e econômico; Internacionalização da IES como forma de crescimento da nação por meio do incremento de sua ciência e conseqüente acesso das IES a outras com padrão internacional e o entendimento mútuo das nações, abrindo fronteiras para que os indivíduos tenham trânsito nas diversas culturas.
- É observado que esforços internos ganham força, quando os externos atuam por meio de políticas públicas voltadas à internacionalização, seja por meio de verba, criação de programas e/ou de estímulos por parte das agências de fomento nacionais. Ao fazermos ligação desse empenho por parte das agências de fomento, vimos que a CAPES possui papel relevante quanto à internacionalização das IES, pois, pelo resultado decorrente da avaliação por ela realizada, é concedido reconhecimento da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e são realizadas concessões de bolsas e de recursos, destinados à pesquisa. Igualmente, a avaliação identifica as assimetrias regionais e de áreas estratégicas, com o objetivo de direcionar demandas de indução para a criação e expansão de PPG's brasileiros.

Inferimos que a avaliação dos PPG's é um mecanismo indutor de internacionalização das IES, pois, quando seus PPG's recebem notas de excelência, são disponibilizados mais recursos e, assim, com mais recursos, podem ampliar sua atuação, nacional e internacionalmente, dando-lhes mais projeção. Consideramos que o processo de internacionalização das IES subsiste, independentemente de serem criadas políticas formais, uma vez que todos os PPG's participantes do SNPG já assimilaram os critérios e as normas estabelecidos pela Agência e se esforçam em alcançar nota de excelência. Lembrando ainda que, mesmo que tenham alcançado essa excelência, devem manter a qualidade nos pré-requisitos exigidos pelo SNPG, a fim de preservá-la.

E, com uma nova estratégia de internacionalização das IES, observa-se o esforço da Agência para a manutenção e ampliação desse processo de internacionalização das IES com o lançamento do referenciado Programa CAPES/PRINT que flexibilizará a utilização dos novos recursos em diversas modalidades de concessões no exterior, a exemplos do Doutorado Sanduíche; Professor Visitante Sênior; Capacitação em cursos de curta duração (*summer/winter schools*); Auxílio para Missões de Trabalho no Exterior e Recursos para Manutenção de Projetos. No País, as concessões serão feitas nas modalidades de Professor Visitante no País; Jovem Talento com Experiência no Exterior e Pós-Doutorado com Experiência no Exterior.

Como já foi dito, a internacionalização é um meio, e não um fim em si mesmo, e ainda, conforme definição dada pelo presidente da Capes, Abílio Baeta, “O Print deve trazer uma transformação significativa das universidades baseado na convicção de que a internacionalização é um imperativo” (BRASIL, 2018). Desse modo, a internacionalização das IES, por ser um processo imprescindível de incremento à educação superior e de desenvolvimento da pós-graduação brasileira, terá o PRINT como um meio de torná-las responsivas aos atuais desafios impostos pelo mundo globalizado.

Considerações Finais

Pudemos verificar que a pós-graduação brasileira tem-se fortalecido desde sua institucionalização, na década de 50, com a criação da Capes e do CNPq. Vimos também que a educação superior recebeu um norte com a criação da LDB. Ademais, observamos de que maneira o processo de globalização tem alterado a forma de o ensino ser produzido. Destacou-se o amadureci-

mento do SNPG e a assimilação do importante papel da internacionalização das IES e do país, e, por fim, foi demonstrada a importância da Capes, para a educação brasileira, e da avaliação realizada pela agência, verdadeiro catalisador nessa constante busca de internacionalização acadêmica.

Referências

ALTBACH, Philip G; KNIGHT, Jane. The Internationalization of higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.

ALTBACH, Philip G. A globalização e a universidade. Mitos e realidades num mundo desigual. In: PARASKEVA, J.M. (org.). *Capitalismo acadêmico*. Portugal: Edições Padago, 2009, p.81-113. AUGÉ, M. *Pour une anthropologie de la mobilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009

ANTUNES, Fátima. Governação e Espaço Europeu de Educação: regulação da educação e visões para o projecto ‘Europa’. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 75, p. 63-93, 2006. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/901>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto original publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Antecedentes: os planos anteriores. In: _____. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: Capes, 2010. v. 1. p. 16-38.

_____. Ministério da Educação. Avaliação da CAPES aponta crescimento da pós-graduação brasileira. **CAPES**, Brasília, 19 set. 2017. Atualizado em: 20 set. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. Debate aborda financiamento privado para ciência brasileira. **CAPES**, Brasília, 2 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8740-debate-aborda-financiamento-privado-para-ciencia-brasileira>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 164-173, 2005.

GOERGEN, Pedro. A internacionalização dos programas de pós-graduação. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, Passo Fundo, 2013.

IANNI, O. Teorias da Globalização. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KNIGHT, Jane. Comparative, International, and Development Education Centre, **Ontario Institute for Studies in Education**, University of Toronto, v. 8, issue, 1, p. 5-31, March 1, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1028315303260832>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

KNIGHT, Jane; WIT, Hans de. "Internacionalização do Ensino Superior nos Países da Ásia-Pacífico". **European Association for International Education/EAIE**, Amsterdã, 1997.

LOMBAS, M. L. de S. A mobilidade internacional de pós-graduandos e pesquisadores e a internacionalização da produção do conhecimento: efeitos de uma política pública no Brasil, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, DF, 2013.

LUCE, Maria Beatriz; FAGUNDES, Caterine Vila; MEDIEL, Olga González. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016.

MENDES, Durmeval Trigueiro. **O planejamento educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. 365 f. Tese de Doutorado. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior Conceitos e práticas. **Educar em revista**, n. 28, p. 107-124, 2006.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow. A Evolução da Pós-Graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering-BJPE**, v. 3, n. 2, p. 26-39, 2017.

ROCHA, Mateus de Souza. **Proposta de Balanced Scorecard para auxílio ao processo de gestão estratégica da internacionalização do ensino superior: um estudo de caso em universidades públicas**. 2016. Tese (Doutorado em Administração de Organizações)-Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2016.

VEIGA, Maria Amélia Pina Tomás. **Oportunidades e ameaças de Bolonha (um processo em curso) e a universidade europeia (um projecto em discurso) num contexto de globalização**. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação) Universidade do Porto, Portugal. 2003.

2.1.3 Questionário Aplicado com Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Ciências Biológicas II Possuidores de Notas 5, 6 e 7

O questionário formulado com 12 (doze) questões, com 5 (cinco) quesitos (Concordo fortemente; Concordo; Não concordo nem discordo; Discordo parcialmente e Discordo plenamente), procurou obter outra visão, distinta àquela colhida na literatura referente à cooperação internacional, colhendo opiniões de coordenadores de PPGs que conhecem o desenrolar dessa cooperação, em seu programa. Assim, as questões foram formuladas de maneira simples, objetivando respostas pessoais, tendo em vista a reserva de um espaço em cada questão, para serem feitas observações ou dadas justificativas, caso o coordenador(a) achasse conveniente fazê-las. Cabe ressaltar que o questionário foi construído e encaminhado por uma ferramenta da plataforma Google Drive²⁴, dando permissão de compartilhamento aos 36 coordenadores, e de envio de suas respostas. O primeiro envio foi efetuado em setembro e, em seguida, em dezembro de 2017; foram recebidas 7 respostas, ou seja, cerca de 22% do número total. Após o tratamento do questionário, as observações e justificativas foram reproduzidas e analisadas, conforme o que se segue.

Questionário referente à Cooperação Acadêmica Internacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Biológicas II com notas 5, 6 e 7 que possuem cooperação acadêmica internacional, encaminhado aos(as) Coordenadores(as) desses PPG's

1ª. Questão - A cooperação acadêmica internacional mostra-se um meio eficiente de serem alcançados objetivos comuns aos países cooperantes.

Quatro pesquisadores concordaram, ou seja, 56 %, e três, 44 %, concordaram fortemente, o que demonstra que a cooperação atinge os objetivos propostos. E, a essa pergunta foram dadas quatro justificativas, as quais fazem referência ao bom funcionamento da cooperação, mas com algumas ressalvas, como a falta de acordos formais com os EUA, outras fazem referência à burocracia da CAPES, indicando que ela deveria se espelhar na execução utilizada no CNPq: “Sim,

²⁴ Google Drive é um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos, apresentado pela Google em 24 de abril de 2012 e abriga o Google Docs, um leque de aplicações de produtividade, que oferece a edição de documentos, folhas de cálculo, apresentações, e muito mais e pode ser considerado “evolução natural” do Google Docs.

há muitos grupos internacionais trabalhando em projetos com objetivos afins”; “Projetos bilaterais de cooperação financiados pela CAPES são importantes e funcionam bem com países europeus. No entanto, com os Estados Unidos existe um grande número de pesquisadores que fazem projetos em conjunto sem um acordo de cooperação formal, muitas vezes utilizando bolsas de pós-doutorado no exterior da CAPES ou CNPq, com grande êxito”; “É preciso desburocratizar as cooperações científicas. Os atuais processos de cooperação institucional atrapalham a formação de alunos e a produção intelectual. O sistema de cotutela dever ser mais ágil”; “Precisamos de mais programas de cooperação internacional. A CAPES é extremamente burocrática e devia espelhar-se no CNPq. Além disto, ficamos anos esperando o resultado da avaliação dos relatórios e da prestação de contas. Isto quando a CAPES não perde o relatório e pede de novo”; e “Apesar de concordar, não vejo essa situação se concretizar em nosso PPG”.

2ª. Questão - Programas de cooperação acadêmica internacional visam a melhoria da qualidade e produtividade dos pesquisadores, e na inserção de novas questões de investigação.

A esta pergunta, a porcentagem inverteu-se à questão anterior, ou seja, 56% concordam fortemente que esses programas objetivam a qualidade da comunidade científica brasileira e 44 % dos coordenadores concordaram. Um dos comentários diz que “o intercâmbio científico pode levantar questões novas ou mais abrangentes em um determinado tópico. Além disso, um grupo pode empregar tecnologia que é carente em outro grupo”.

3ª. Questão - Pesquisas acadêmicas e científicas, realizadas por meio desses acordos de cooperação, proporcionam visibilidade internacional à equipe envolvida.

Uma das respostas destacou-se das demais, representando 6,6% do total, em que houve discordância parcial, ou seja, uma minoria entende que pesquisas realizadas no âmbito dos acordos não proporcionam total visibilidade aos pesquisadores envolvidos, e, nas outras 6 respostas, houve concordância, sendo que, em 5 delas, a concordância foi plena e numa das justificativas, a resposta dada diz que “trabalhos conjuntos podem ser divulgados não apenas em revistas de circulação internacional, mas também, mais intimamente, em seminários regulares das instituições”.

4ª. Questão - As atuais modalidades de cooperação acadêmica internacional são instrumento de construção de uma imagem positiva, junto aos parceiros internacionais.

Na maioria das respostas, 66,4%, a concordância foi plena; numa outra foi feita apenas a concordância, 16%; e os outros 16,6% correspondem a uma discordância parcial. A maioria das respostas concorda com a afirmativa de que sim, a cooperação é um instrumento de visibilidade internacional positiva, da ciência brasileira. Apenas uma justificativa foi dada, devendo-se ao fato de não existirem muitos acordos de cooperação em vigência no PPG, mas que, apesar disso, sim, a resposta foi de concordância: “No nosso PPG não existe muita cooperação, porém acredito que sim, seja um instrumento muito importante de visibilidade”.

5ª. Questão - Publicações conjuntas, em periódicos internacionais mostra-se importante fator ao fortalecimento da equipe durante e depois de finalizada a cooperação.

A maioria das respostas, 57% concorda fortemente com a afirmação; 14,5% apenas concorda; e os outros 28,5% discorda parcialmente. Entendemos, assim, que sim, essas publicações internacionais conjuntas advindas da cooperação fortalecem as equipes, dando possibilidade a outras publicações. Apenas um comentário foi feito: “Acho que o Brasil ainda não alcançou um nível de excelência em publicações com equipes estrangeiras, pelo menos pensando na realidade de nosso PPG”.

6ª. Questão - As Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras possuem equidade científica e tecnológica às IES estrangeiras.

As respostas foram indicativas de que nossas IES ainda não possuem paridade científica e tecnológica às internacionais. Elas foram divididas da seguinte maneira: 43% não concordam e nem discordam; 14,5% discordam parcialmente e outros 14,5% concordam e 29% discordam totalmente. Três observações foram feitas em referência a essa assertiva: “no quesito intelectual e de formação, sem dúvida há equidade científica, no entanto temos aqui várias dificuldades, como carência de infraestrutura e entraves burocráticos que exigem mais de nós para obter resultados similares em instituições internacionais de países desenvolvidos”; “Entendemos que buscamos a

cooperação justamente para diminuir (apenas diminuir) as diferenças científicas e tecnológicas entre instituições nacionais e internacionais”; e “O orçamento destinado à pesquisa no Brasil está longe de de levar o País a se igualar com países de primeiro mundo”.

7ª. Questão - Existe sintonia entre agências financiadoras e as IES que recebem recursos à execução da cooperação.

Não houve unanimidade nas respostas. Enquanto numa delas houve concordância, as outras 5 foram divididas em 33,2% que não concordam e nem discordam; 16,6% discordam parcialmente e outros 16,6% discordam plenamente. As respostas demonstram que, na maior parte das vezes, não há diálogo entre agência de fomento e a IES beneficiada, assim como na IES de origem do pesquisador, conforme observação recebida: “Às vezes a instituição de origem do pesquisador, nem toma conhecimento dos financiamentos obtidos pelos pesquisadores junto às agências de fomento”.

8ª. Questão - Há necessidade de serem realizados encontros coletivos de coordenadores de programas de pós-graduação envolvidos com a finalidade de serem feitos exames críticos do andamento de suas cooperações.

A metade das respostas entende que há necessidade de serem realizados encontros e os outros 50% ou nem concordam e nem discordam, ou discordam parcialmente, mostrando que pode ser uma consideração a ser feita na própria IES, visando a criação e/ou o fortalecimento da cooperação acadêmica internacional na IES. Em justificativa à questão, foi dito que: “Sim acredito que encontros entre pessoas que vivem as mesmas realidades e dificuldades servem para alavancar situações com resultados produtivos a todos”.

9ª. Questão - A renovação de um projeto de cooperação acadêmica internacional, vinculado a um Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas II, de excelência, deveria ser automática (fora de edital).

A maioria das respostas, 83,4%, discorda da afirmação e entende que edital é a forma correta de seleção; e, em 16,6%, a minoria entende que a renovação deveria ser automática desde que fosse comprovado seu sucesso e que fossem cumpridas algumas formalidades, tais como assinatura de termo de compromisso e prestação de contas: “Discordamos parcialmente pq deveríamos complementar nesta frase: desde que análises de relatórios evidenciem o sucesso da cooperação” e “Acho que não deve ser automática. Deve haver termos e cobranças necessárias à renovação”.

10ª. Questão - Há necessidade de que os acordos firmados estejam apoiados a interesses, e reais necessidades institucionais.

Na metade das respostas, 50%, há concordância com essa afirmação, mostrando que os acordos devem ser realistas quanto à real necessidade das IES, mas a outra metade das respostas não concorda e nem discorda, demonstrando neutralidade quanto aos interesses institucionais: “Depende ‘interesses institucionais’ é um termo, digamos assim perigoso”.

11ª. Questão – Diretrizes, normas e objetivos estabelecidos podem simplificar a execução da cooperação.

Houve concordância com essa afirmação em 50% das respostas; a outra metade, ou não concorda e nem discorda, 33,4%, ou discorda parcialmente, 16,6%. Infere-se que o temor é de que, muitas vezes, se o edital não estiver bem explicitado com obrigações e direitos, ele pode não auxiliar a execução da cooperação em sua totalidade. E, nesta assertiva, foram enviadas três observações pertinentes: “Talvez estas diretrizes e normas se tornem mais um entrave burocrático, portanto, não tenho certeza se simplificariam a execução da cooperação”; “Depende de quanto bom senso estiverem constituídas as diretrizes e normas. Do contrário não simplificam. E os objetivos devem ser absolutamente explícitos”; e “Quanto mais claro e objetivo for um edital, mais lícita será a sua execução”.

12ª. Questão - A cooperação acadêmica internacional possui, atualmente, processos ágeis, claros e pragmáticos, e contribuem efetivamente ao fortalecimento da pós-graduação brasileira.

A última questão recebeu diversas respostas: 14,5% foram de discordância total; 14,5%, discordância parcial; e 28,5% não concordam e nem discordam. Os outros 42,5% concordam que os processos sejam claros e ágeis. Infere-se que esses processos podem ser repensados, a fim de facilitarem a criação de novas cooperações, conforme justificativas dadas: “Em parte sim, pois a cooperação acadêmica internacional de fato contribui para o fortalecimento da PG em Brasil, mas os processos nem sempre são claros, ágeis e pragmáticos. Há sempre muita burocracia envolvida”; “No nosso PPG não se observa isso e as cooperações que existem derivam de buscas individuais de pesquisadores e não de ofertas institucionais”.

Infere-se, após a análise das justificativas, que a cooperação acadêmica internacional executada pela CAPES, nos moldes atuais, tem sido satisfatória, mas alguns pontos poderiam ser revistos, não só pela referida agência de fomento, mas pelas IES. Destacamos alguns desses pontos que poderiam ser levados em consideração pelos responsáveis: a assinatura de mais acordos de cooperação acadêmica; desburocratização por parte das agências de fomento; realização de reuniões entre cooperantes e coordenadores de PPG's; e renovação automática da cooperação desde que fossem comprovadas algumas prerrogativas.

3 DISCUSSÃO

À soma de um breve histórico feito no início da pesquisa, aos trabalhos produzidos durante o doutoramento, questionário, artigo e manuscrito, procurou-se demonstrar que o fenômeno da globalização e o processo de internacionalização do ensino superior, apesar de possuírem sentidos similares e serem utilizados habitualmente como sinônimos, são termos e eventos distintos. Enquanto a globalização impacta diversos setores, como comunicação, econômico, cultural, educacional, entre outros, observa-se que o ensino é apenas um elemento desse universo.

Apenas uma definição do que vem a se entender por internacionalização acadêmica não consegue esclarecer o conteúdo, limites e importância à ciência brasileira, por ser um fator complexo que envolve inserção, visibilidade, incremento e um dos critérios da avaliação realizada pela CAPES.

E, nesse contexto, a pesquisa analisou três programas de cooperação internacional acadêmica, executados pela agência, com a Alemanha, os Estados Unidos e a França, apresentando dados resultantes dessas cooperações, demonstrando a eficácia desse instrumento de incremento à pós-graduação.

Considera-se que o ensino superior brasileiro sofreu forte influência internacional, desde a fundação das primeiras universidades, devido à vinda de professores estrangeiros, empenhados em instituir o ensino e a pesquisa no país. No início do século XX, as universidades brasileiras já estavam preocupadas com o estabelecimento de projetos conjuntos de pesquisa, visando o fortalecimento dessas instituições, porém, à época, a execução desses projetos era assimétrica, de assistencialismo.

Nos primórdios dos anos 60, os acordos bilaterais começaram a ser formalizados na busca de cooperação tecnológica e científica entre IES brasileiras e estrangeiras, com o estabelecimento de programas internacionais e, na década de 70, de programas nacionais com a finalidade de apoiar as atividades de pesquisa para estudantes de pós-graduação no exterior, especialmente projetos de pesquisa conjunta (LAUS; MOROSINI, 2005). Assim, observa-se que a atual cooperação acadêmica internacional passou de um modelo de cooperação recebida, baseada em ações individuais, em seus primórdios até meados da década de 70, a um modelo de cooperação institucionalizado, fazendo com que grupos de pesquisa compartilhem conhecimento e produção.

A partir do final da década de oitenta, o fenômeno começou a ser abordado de forma mais ampla em decorrência a uma série de evidências, tais como: o crescimento da mobilidade acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores; crescimento no número de cursos, programas e qualificações com ênfase em temas internacionais e comparativos; ênfase no desenvolvimento de competências internacionais/interculturais; entre outros. Desta forma, o fenômeno passou a ser estudado segundo uma abordagem de processo, ou seja, a internacionalização teria como objetivo integrar a dimensão internacional/intercultural ou global dentro das propostas e funções tradicionais da universidade (ensino, pesquisa, serviços), incluindo a oferta de programas educacionais de ensino superior (KNIGHT, 2004). Na atual fase de cooperação, observa-se trabalho conjunto sem assistencialismo de qualquer lado, e em particular na CAPES, agência de fomento estudada na pesquisa; essas atividades ampliaram-se com a criação de diferentes modalidades de programas e auxílios, procurando induções diante dos desafios advindos com a globalização e por uma ciência mais sólida e madura.

Ao considerar-se a internacionalização da educação superior como processo contínuo certas reflexões surgem a respeito das motivações à existência da cooperação internacional, o grau de internacionalização da educação superior brasileira e perspectivas para que o Brasil amplie sua inserção na educação superior internacional (LIMA; CONTEL, 2009). Motivações que, segundo esses autores, a partir de 2000, passaram a ser:

- Inserção internacional dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas;
- Integração regional de caráter inclusivo;
- Diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos; e
- Captação de estudantes.

Também foi observado que nas últimas décadas a internacionalização das IES foi ampliada diante do fenômeno de globalização, esta definida por Altbach (2004, p. 3) nos seguintes termos: “Globalização é definida como o resultado inevitável das amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que diretamente afetam a educação superior”.

O papel da Capes teve influência nessa ampliação, com a manutenção e criação de novos programas de cooperação acadêmica internacional e, assim, tem fortalecido a pós-graduação

stricto sensu e dado incremento à internacionalização das IES com a aplicação destas 7 (sete) ações:

A) Programas de concessão de bolsas no exterior; B) Programas que fomentam a criação de colégios doutorais, objetivando a dupla diplomação para o doutorado; C) Financiamento a projetos conjuntos de pesquisa entre brasileiros e estrangeiros; D) Desenvolvimento de parcerias universitárias binacionais; E) Programas que fomentam a atração de pesquisadores e docentes estrangeiros; F) Programas interinstitucionais de fomento à criação conjunta de cursos *stricto sensu* no País e no exterior; e G) Programas especiais de incentivo à formação científica e de formação de professores (ROSA, 2008, p. 88).

Percebe-se que a CAPES tem acompanhado o movimento de globalização quanto à internacionalização das IES, inicialmente com concessões de bolsas de estudos no exterior, almejando a criação de massa crítica qualificada e capaz de suprir carências nacionais técnico-científicas brasileiras, e que em seguida ela estivesse preparada a instituir e a sustentar PPGs, *stricto sensu*, no território brasileiro.

Dada à criação dessa massa científica, a pós-graduação brasileira fortaleceu-se e, atualmente, o país possui uma comunidade científica madura, que coopera simetricamente com diversos países e que aplica seu conhecimento fora de sua circunscrição territorial, com cursos fora de sede, os chamados, Projetos Minter/Dinter²⁵, comunidade essa que possui respeito, visibilidade e reconhecimento internacionais. E, de acordo com a última avaliação quadrienal 2017, o país já conta com 11% dos programas com desempenho equivalente a padrões internacionais de excelência, com notas 6 e 7, totalizando 465 programas de pós-graduação. Um percentual de 18% do SNPG atingiu nota 5, alcançando nível de excelência nacional, demonstrando a excelência dessa comunidade.

²⁵ Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter) são turmas de mestrado e de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora, localizada em regiões, no território brasileiro ou no exterior, afastadas de centros consolidados em ensino e pesquisa. As turmas estão vinculadas a programas de pós-graduação nacionais recomendados e reconhecidos com nota igual ou superior a 5. A instituição promotora é responsável por garantir o nível de qualidade das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas por seu programa de pós-graduação na instituição receptora. Ao promover, localmente, um maior grau de qualificação dos recursos humanos, as turmas Minter e Dinter têm por objetivo principal viabilizar a formação de mestres e doutores, principalmente professores pertencentes a quadros de docentes, além de apoiar a capacitação de docentes para os diferentes níveis de ensino; subsidiar a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa; e fortalecer e estabelecer as condições para a criação de novos cursos de pós-graduação.

Em seu documento, Ciências Biológicas II, área referenciada nesta pesquisa, consta que a internacionalização não é considerada um fim em si mesmo, mas um meio para o continuado enriquecimento dos PPGs e de seus integrantes, e que não é um atributo encontrado apenas em programas de maior tradição e mais destacado desempenho, pois todos eles devem estimular atividades que visem à internacionalização, definida preliminarmente como um conjunto de ações permanentes para mesclar as pessoas, suas histórias e suas ideias. Entende-se que a inserção internacional deve ser definida a partir de atributos dos docentes e atributos dos programas, na linha das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior²⁶ (CTC-ES) da CAPES. Entende-se ainda que um PPG com inserção internacional é aquele que conta nos seus quadros com docentes que: Atraem pesquisadores de destaque de fora do país para realizarem pesquisa em cooperação; Atraem estudantes de fora do país para seus laboratórios; São do quadro editorial de periódicos internacionais indexados; Têm posições em instituições de ensino e pesquisa no exterior (*double appointment*, cátedras, etc.); Têm cooperações institucionais com centros de pesquisa no exterior, simétricas e assimétricas; Pertencem a diretorias de sociedades internacionais; Pertencem a academias de ciências de outros países e participam de atividades organizadas por estas; Atraem e organizam congressos internacionais, simpósios e mesas redondas em eventos internacionais ou proferem palestras; Reveem propostas de pesquisa competitivas e publicações em revistas indexadas; Possuem financiamentos competitivos de fontes estrangeiras e são convidados para escreverem revisões em revistas indexadas.

O documento destaca que os atributos de inserção internacional são os seguintes: Utilização, de forma produtiva, de programas de financiamento de bolsas sanduíche e outros mecanismos de cooperação internacional, resultando na publicação de trabalhos em cooperação e na for-

²⁶ Ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da Capes compete: Assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e das diretrizes específicas de atuação da Capes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; Colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação; Opinar sobre a programação anual da Capes na área específica da educação superior; Opinar, na área de sua atuação, sobre critérios e procedimentos para a concessão de bolsas e auxílio institucionais e individuais; Opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e as instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais na área de sua atuação; Propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela Capes no âmbito da educação superior; Deliberar, no âmbito da Capes, sobre propostas de novos cursos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação; propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da Capes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; Opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Capes e eleger seu representante no Conselho Superior.

mação de estudantes; Presença em seus quadros de docentes colaboradores de instituições estrangeiras ou permanentes, que atuam em cotutela ou colaboram com disciplinas; Convênios de dupla titulação com instituições estrangeiras de referência para os saberes cultivados na área; Protagonismo na participação de estudantes, na repatriação de talentos e na atração de pesquisadores de grande destaque no marco Programa Ciência sem Fronteiras ou em outros com semelhantes objetivos, mostrando resultados claramente positivos em avaliações rigorosas.

E, por fim, a área entende ser necessária a distinção conceitual entre inserção internacional (definida a partir dos atributos anteriormente elencados) e desempenho global no nível dos centros internacionais de referência. A análise desta vertente envolve análise comparativa, qualitativa e quantitativa, da produção acadêmica, das citações, da capacidade de captação de recursos de fontes internacionais, da participação de docentes como convidados em eventos de projeção internacional, entre outros, com uma pergunta central: Publicam em periódicos semelhantes aos seus colegas estrangeiros? Essa comparação com os centros de referência, com múltiplos indicadores, necessariamente pressupõe uma avaliação do desempenho por comissões internacionais, iniciativa que muitos programas da área estão adotando (BRASIL, 2017).

Diante dessas e outras conceituações, a pesquisa propôs-se a fazer uma breve reflexão, da institucionalização da ciência brasileira ao processo de internacionalização de suas instituições de ensino superior, a fim de demonstrar que esse processo fortalece e integra as relações das comunidades científicas internacionais, estreitando o vínculo de seus pesquisadores, além de dar-lhe inserção e visibilidades mundiais. Conforme resultado apresentado em 2017, o SCImago Journal & Country Rank (SJR), demonstra-se na figura 7, a inserção da ciência brasileira no cenário internacional por meio de sua produção científica em colaboração internacional.

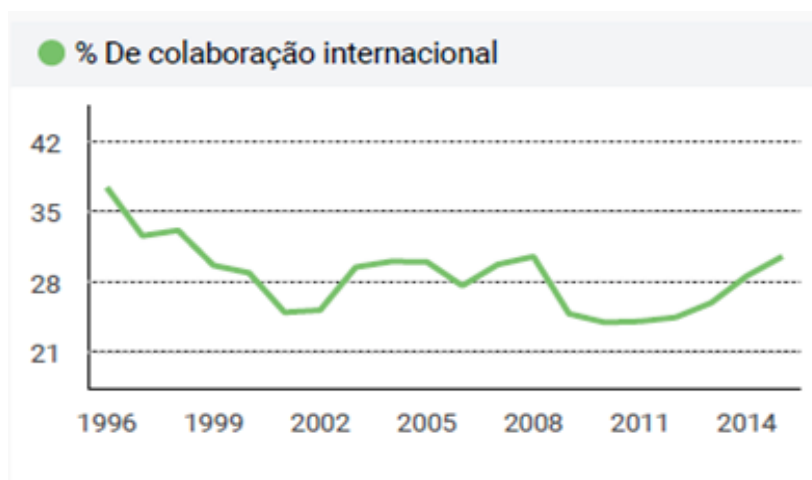


Figura 7: Participação brasileira na produção científica mundial com colaboração internacional.
 Fonte: Dados extraídos do SCImago Journal & Country Rank (SJR), 2017.

Cabe ressaltar que, independentemente da posição obtida, no ranking da produção científica mundial, pelos países destacados na pesquisa, os acordos firmados seguem diretrizes, objetivos e normas pré-estabelecidas à execução da cooperação, sendo que, na execução dessas parcerias, a CAPES procura utilizar processos ágeis com normas claras, transparentes e pragmáticas, ao observar aspectos importantes na formulação de seus editais, tais como:

- Todos os PPGs que integram o SNPG podem concorrer desde que cumpram as regras do edital;
- Não há delimitação de região geográfica ou de área de conhecimento, exceção a editais específicos que visem a uma região menos favorecida ou a uma área estratégica;
- As propostas devem estar apoiadas em interesses e/ou necessidades institucionais relevantes;
- Reciprocidade entre os cooperantes, na execução das atividades de pesquisa;
- Contribuição efetiva na qualificação de RH dos PPGs; e
- Incremento à produção científica.

Na fase atual da cooperação acadêmica internacional desenvolvida pela CAPES, inexistente assistencialismo de qualquer lado, houve ampliação nas modalidades de programas e auxílios, e novas induções foram feitas diante dos desafios advindos com o fenômeno da globalização. As-

sim, diante do crescimento dessa cooperação parece ser necessária a criação de um sistema de acompanhamento e avaliação das parcerias estabelecidas, a fim de que o fomento a ser utilizado, possa ser otimizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pode ser observado durante o estudo é que há disposição da CAPES em criar novas possibilidades de internacionalização acadêmica. E que essa incessante procura de aperfeiçoamento é, na verdade, um processo contínuo, que se dá por meio da fertilização cruzada de ideias, reciprocidade, complementaridade de competências, acesso dos pesquisadores às instalações e grupos de ponta; solução de problemas científicos específicos que requerem colaboração de vários grupos internacionais; ampliação da abrangência da pesquisa; melhoria da produtividade internacional e a visibilidade de pesquisas e contribuição para a construção de capacidades de pesquisa (VELHO, 2001).

Durante a pesquisa, foram identificados os seguintes desafios a serem superados:

- Incrementar a cooperação institucional entre o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e as agências de fomento CAPES e CNPq, para uma uníssona e efetiva participação no intuito de ampliar e facilitar a inserção internacional de nossas IES;
- Garantir a continuidade dos programas internacionais com fomento público, por meio de Editais;
- Desenvolver processos de acompanhamento e avaliação permanentes e sistemáticos, dos programas de cooperação internacional fomentados por agências públicas; e
- Atribuir às IES envolvidas nas cooperações acadêmicas a divulgação numérica de pesquisadores e discentes beneficiados e da produção científica decorrente desses processos, a fim de que sejam criadas políticas públicas para a internacionalização das IES.

De acordo com o relatório produzido pela CAPES, é necessário ser criado um novo formato de cooperação acadêmica internacional, que permita às IES definirem seus parceiros, nacionais e internacionais, e de apresentarem suas propostas de internacionalização. E quanto à responsabilidade das IES, conforme subscrição do PRINT, estas devem criar um ambiente favorável à internacionalização, o que inclui infraestruturas física e administrativa, o uso de idiomas, projetos para receber estudantes e pesquisadores estrangeiros, treinamento de equipes e apropriação do conhecimento adquirido pelo bolsista após o retorno ao país (CAPES, 2017).

Diante das dificuldades encontradas na pesquisa quanto ao levantamento de dados referentes às cooperações internacionais entre os países outrora referenciados, pensou-se que poderia ser criada uma plataforma de dados tal qual a criada ao Programa Ciências sem Fronteiras²⁷. Nessa plataforma, um dos ministérios envolvidos com as temáticas “Educação, Ciência, Tecnologia, Inovação e/ou Relações Exteriores” seria o responsável pelo armazenamento dos dados e as agências de fomento subordinadas a ele seriam alimentadoras e gerenciadoras desses dados que poderiam conter número de acordos/país, número de participantes de sua IES, discentes e docentes brasileiros e do país de origem, produções científicas decorrentes da parceria, número de congressos internacionais etc., ou seja, seria criado um sistema unificado, com fluxo e contra fluxo, específicos à internacionalização das IES.

Igualmente, deveria existir a obrigatoriedade da criação de um relatório final padronizado pelas agências de fomento, que contivesse dados importantes à política das agências e que possibilitasse uma fácil e acurada análise estatística, para estudos e divulgação pública. Caso esses dois pontos acima descritos fossem observados, relatório e plataforma, haveria a possibilidade de analisar-se o impacto da vinda dos parceiros internacionais nesse processo de internacionalização das IES brasileiras.

Mesmo com as limitações referentes ao tema da pesquisa, a expectativa é de que ela possa contribuir a novos estudos sobre o tema e que, de certa forma, sirva de subsídio às agências de fomento, às IES e à preservação da história da internacionalização acadêmica brasileira.

Assim, ao fechamento do trabalho, o que de fato se pretende memorar ao analisar-se a cooperação acadêmica brasileira é que a assinatura de um acordo de cooperação entre duas ou mais nações é expressão de paz, amizade, ajuda, respeito e confiança mútuos, e esse é sem dúvida o grande ganho universal.

²⁷ O Programa Ciência sem Fronteiras possui acordos e parcerias com diversas instituições de ensino, programas de intercâmbio e institutos de pesquisa ao redor do mundo e a plataforma <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home>> visa facilitar o acesso às informações sobre chamadas disponíveis, parceiros em cada um dos países de destino e informações relativas aos bolsistas contemplados pelo Programa Ciência sem Fronteiras, incluindo os dados: modalidade de bolsa, área de atuação prioritária, instituição de origem e país de destino. A página permanecia em constante atualização e trazia novos acordos e parcerias, oferta de vagas, modalidades de bolsas disponíveis, informações de embaixadas e consulados, além de instituições de ensino e pesquisa de destaque. Acesse o menu ao lado no país de seu interesse.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G. **Globalização e universidade: mitos e realidades em um mundo desigual**. Associação Nacional de Educação (Ed.). Washington DC: Associação Nacional de Educação. 2004. p. 63-74.

ALTBACH, Philip G; KNIGHT, Jane. *The Internationalization of higher Education: Motivations and Realities*. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, A. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 162-173, 2005.

ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do regime militar aos dias *atuais*. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 2, p. 351-376, 2014.

ANTUNES, Fátima. Governação e Espaço Europeu de Educação: regulação da educação e visões para o projecto 'Europa'. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 63-93, 2006. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/901>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

AVEIRO, Thais Mere Marques. **Uma Análise do Programa Capes-Cofecub entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil como Ferramenta de Cooperação Internacional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)-Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, 2017.

BALBACHEVSKI, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: Brock. C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Boletim Informativo da CAPES - INFOCAPES, Brasília, V.10, Nº4 p.01-142 out/dez 2002. Brasília, CAPES, 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo cultural entre o governo da república federal da Alemanha e o governo da República Federativa do Brasil**. Brasília: MRE, 1969. Disponível em: <http://daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1969/b_43>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Brasília,

lia, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Historia e Missão**. Brasília: Capes, 2008. Brasília, DF. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **GeoCAPES**. Brasília, DF: Capes, 2009. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/component/content/article/conteudo-estatico/6886-geocapes>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2010. 2 v. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Coleta de Dados**. Brasília, DF: Capes, 2014a. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira/modulo-coleta-de-dados>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Coleta de Dados**. Brasília, DF: Capes, 2014b. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7090-internacionalizacao-das-universidades-brasileiras-e-tema-de-conferencia-na-reuniao-anual-da-sbpc>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Modalidades**. Brasília: Capes, 2016. Brasília, DF. Disponível em :

<<http://www.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/modalidades-de-bolsas/modalidades>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela Capes. Brasília, DF: Capes, 2017. Disponível em:

<<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf><http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/23112017-High-Education-and-Student-Mobility-Brazil-Pilot-2.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela Capes. Brasília, DF: Capes, 2017. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrinial-2017/20122017-CB2-quadrinial.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Cooperação Internacional**. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Documentos de Área**. Brasília: Capes, 2017. Brasília, DF. Disponível em: <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>> Acesso em 22 mar.2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **GeoCapes**. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/conteudo-estatico/6886-geocapes>>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Projetos Minter e/ou Dinter ou Cursos for a de Sede**. Brasília, DF: Capes, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/projeto-minter-e-ou-dinter>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Relatório “Research in Brazil”**. Brasília, DF: Coordenação de Comunicação Social CCS/CAPES, 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

CANTO, Isabel. Brasil e a evolução da colaboração científica internacional. SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Orgs.). **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 173-194.

CANTO, Isabel; HANNAH, Janet. Colaboração (Neocolonial) Avançada – Um novo Modelo de Parceria entre o Centro e a Periferia. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 3, n. 6, p. 214-233, dez. 2006.

CANTO, M. I. L. **A PartenerShip of Equals?** A Study Of Academic Collaboration Between Britais and Brazil. Universtiy of Nottingham, 1999. Tese de Doutorado.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob et al. Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 2, n. 1, p. 118-137, jan./abr. 2016. Disponível em: <<Http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7531/6387>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

DE ZAGOTTIS, Décio Leal. Sobre a interação entre a universidade e o sistema produtivo. **Revista USP**, n. 25, p. 74-83, 1995.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educação/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

DIAS, Reges Sodré da Luz Silva; BRITO, Eliseu Pereira de. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 3, abr. 2015. ISSN 2238-7188. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1296>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

DIAS, Sobrinho José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 164-173, 2005.

FIORIN, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de ciências humanas e sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-graduação – RBPG**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa-3. Artmed Editora, 2008.

_____. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Penso Editora, 2012.

FULBRIGHT. COMISSÃO FULBRIGHT CELEBRA 60 ANOS DE BRASIL, 2017. Disponível em: <<https://fulbright.org.br/comissao-fulbright-celebra-60-anos-de-brasil>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. *Impacto del proceso de Bolonia en la educación superior de América Latina*. RUSC. **Universities and Knowledge Society Journal**, v. 8, n. 2, 2011.

GOERGEN, Pedro. A internacionalização dos programas de pós-graduação. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 19, n. 2, Passo Fundo, 2013.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KNIGHT, Jane. *Internationalization of higher education: a conceptual framework*. In: KNIGHT, Jane; WIT, Hans de (Eds). **Internationalization of higher education in Asia Pacific Countries**. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

_____. *Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux*. In: **Organisation de Coopération et de Développement Économiques. L'enseignement supérieur en Amérique Latine: la dimension internationale**. Paris: OCDE, 2005. p. 11-45. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/Higher_Ed_in_LAC_Intnal_Dimension_FR.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2017.

_____. **Cinco verdades a respeito da internacionalização.** Ensino Superior. Unicamp. Campinas: Unicamp, 2012.

KNIGHT, Jane; WIT, Hans de. *Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives.* In: WIT, Hans de (Ed.). **Strategies for Internationalization of Higher Education.** Luna Negra: Amsterdam, 1995. p. 5-32.

LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marília Costa. *Internationalization of higher education in Brazil.* **Higher Education in Latin America**, p. 111, 2005.

LIMA, Manolita e CONTEL, Fábio. *Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira.* 5ème colloque de l'IFBAE – Grenoble, 18 et 19 mai 2009.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil.* Encontro Regional de História da ANPUH, 15, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

LOMBAS, M. L. de S. **A mobilidade internacional de pós-graduandos e pesquisadores e a internacionalização da produção do conhecimento:** efeitos de uma política pública no Brasil, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, DF, 2013.

LUCE, Maria Beatriz; FAGUNDES, Caterine Vila; MEDIEL, Olga González. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016.

MARRARA, Thiago. *Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação.* **Revista Brasileira de Pós-Graduação, RBPG**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. *Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação.* In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV / Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 294- 309.

MENDES, Durmeval Trigueiro. **O planejamento educacional no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento.** Tese (Livre Docência)-Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raul Domingo. **Educar na era planetária.** São Paulo: Cortez, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. *Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior* Conceitos e práticas. **Educar em revista**, n. 28, p. 107-124, 2006.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow. A Evolução da Pós-Graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering-BJPE**, v. 3, n. 2, p. 26-39, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação**. Marco Referencial de ação Prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

ROCHA, Mateus de Souza. **Proposta de Balanced Scorecard para auxílio ao processo de gestão estratégica da internacionalização do ensino superior: um estudo de caso em universidades públicas**. 2016. Tese de Doutorado. Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. São Paulo.

ROSA, Leonardo Osvaldo Barchini. **Cooperação Acadêmica Internacional: um estudo da atuação da CAPES**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6289>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.

SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SERAFIM, Milena Pavan. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 241-265, 2011.

SCIMAGO Journal & Country Rank (SJR). Granada/Extremadura/Madri/Alcalá de Henares, Espanha: SJR, 2017. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/countryrank.php>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SILVA, Stella Maris Wolff da. **Cooperação Acadêmica Internacional da Capes na perspectiva do programa Ciência sem Fronteiras**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Brasília, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/69929> . Acesso em 1 jun.2017.

SOUTO, Álvaro José de; REINERT, José Nilson. Cooperação Internacional Interuniversitária: o caso da UFSC. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35579>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Petrópolis: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004.

VELHO, Léa. Formação de Doutores no País e no Exterior: estratégias alternativas ou complementares? **Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 607-631, jul. 2001.

WIT, Hans de. Repensando o conceito de internacionalização. **Revista Ensino Superior Uni-Camp**, v. 70, p. 69-71, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Releitura de atuais Programas de Cooperação Acadêmica Internacional da Capes, sob uma nova Perspectiva.

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Maria Rosa Chitolina Schetinger

Instituição/Departamento: UFRGS\Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFRGS\UFSM\FURG)

Telefone e endereço postal completo: Universidade Federal de Santa Maria\ Av. Roraima n. 1000 \ Faixa de Camobi, Km 09 – Campus Universitário \Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE\ Prédio 13B \ Santa Maria/RS – 97105-900 Telefone (55) 3220 9695

Local da coleta de dados: Brasília\DF

Eu, Stella Maris Wolff da Silva, responsável pela pesquisa Releitura de atuais Programas de Cooperação Internacional da Capes, sob uma nova Perspectiva, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende revisar alguns Programas de Cooperação Acadêmica Internacional entre o Brasil, Alemanha, Estados Unidos e França, promovidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior\Ministério da Educação (Capes\MEC) e explorar o potencial desses programas na contribuição da gestão do Programa Ciência Sem Fronteiras-CsF.

Acreditamos que ela seja importante porque procurará investigar em que medida esses Programas de cooperação acadêmica internacional estabelecem relações institucionais e pessoais e, como eles podem repercutir positivamente nos programas de graduação e pós-graduação brasileiros, bem como na contribuição da formação de pessoal qualificado e de núcleos de pesquisa de excelência no País. Para sua realização será feito o seguinte: A metodologia será de natureza exploratória, qualitativa, e descritiva com base em consulta endereçada às essas agências que cooperam com a Capes. Sua participação constará em responder ao questionário formulado, de forma simples, podendo ou não haver justificativa na resposta.

Os benefícios que esperamos como estudo, são os de trazer à comunidade acadêmica científica as perspectivas que a cooperação acadêmica internacional e a internacionalização da educação superior trazem ao País, tendo em vista que tal cooperação visa a consolidação, expansão e internacionalização da educação, da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e de mobilidade e visibilidade, internacionais.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida

ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação seja voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me foi entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

=====

APÊNDICE B – Questionário

Questionário encaminhado aos Programas de Pós-graduação de Ciências Biológicas II notas 5, 6 e 7 referente à cooperação acadêmica internacional, coordenados CAPES.

	Concordo fortemente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Plenamente
1. A cooperação acadêmica internacional mostra-se um meio eficiente para que objetivos comuns sejam alcançados pelos países cooperantes					
Justifique					
2. Programas de cooperação acadêmica internacional visam a melhoria da qualidade e produtividade dos pesquisadores, e na inserção de novas questões de investigação.					
Justifique					
3. Pesquisas acadêmicas e científicas realizadas por meio de acordos de cooperação proporcionam visibilidade internacional, à equipe envolvida.					

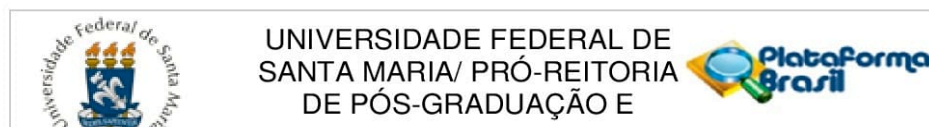
Justifique					
4. As atuais modalidades de co-op.acadêmica internacional são instrumento de construção de uma imagem positiva, junto aos parceiros internacionais.					
Justifique					
5. Publicação conjunta em periódicos internacionais mostra-se importante fator ao fortalecimento da equipe durante e depois de finalizada a cooperação.					
Justifique					
6. As Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras possuem equidade científica e tecnológica às Instituições internacionais.					
Justifique					

<p>7. Existe sintonia entre as agências financiadoras e as IES que recebem recursos à execução da cooperação.</p>					
<p>Justifique</p>					
<p>8. Há necessidade de serem realizados encontros coletivos de coordenadores de programas de pós-graduação envolvidos com a finalidade de serem feitos exames críticos, referentes às suas cooperações.</p>					
<p>Justifique</p>					
<p>9. A renovação de um projeto de cooperação acadêmica internacional, vinculado a um Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas II, de excelência, deveria ser automática (fora de edital).</p>					
<p>Justifique</p>					

<p>10. Há necessidade de que os acordos firmados estejam apoiados a interesses, e a reais necessidades institucionais.</p>					
<p>Justifique</p>					
<p>11. Diretrizes, objetivos e normas estabelecidas podem simplificar a execução da cooperação.</p>					
<p>Justifique</p>					
<p>12. A cooperação acadêmica internacional possui, atualmente, processos ágeis, claros e pragmáticos, e contribuem efetivamente ao fortalecimento da pós-graduação brasileira.</p>					
<p>Justifique</p>					

ANEXOS

ANEXO A – Carta de Aceite da Comissão de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Releitura dos atuais Programas de Cooperação Internacional da Capes, sob uma nova perspectiva.

Pesquisador: Maria Rosa Chitolina Schetinger

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58954316.9.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.853.023

Apresentação do Projeto:

O projeto tem o título: "Releitura de atuais Programas de Cooperação Acadêmica Internacional da Capes, sob uma nova perspectiva" e se trata de um projeto do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE da UFSM.

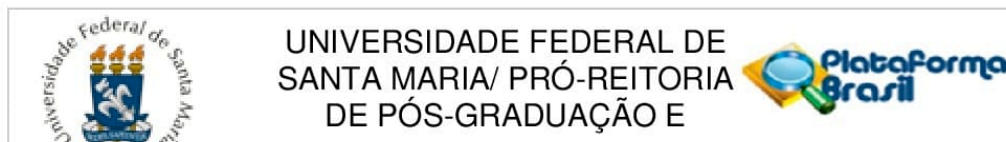
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário: investigar como a cooperação acadêmica internacional entre o Brasil, Alemanha e Estados Unidos junto aos Programas de Pósgraduação em Ciências Biológicas II, pode vir a ser uma estratégia efetiva de:

- Qualificação de pessoal, educação profissional, e desenvolvimento de projetos de pesquisa, a fim de aumentar a produção científica nacional em temas de pesquisas emergentes no país e no exterior e,
- Melhoria da qualidade da pós-graduação brasileira.

Objetivo secundário: • Explorar as perspectivas da cooperação acadêmica internacional do Brasil, entre Alemanha, França e Estados Unidos e da internacionalização da educação superior brasileira, com a criação do Programa Ciência Sem Fronteiras – CsF. • Definir quais são as implicações do

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.853.023

Programa Ciência Sem Fronteiras sobre a coordenação dos principais programas de cooperação acadêmica internacional, existentes, sob a administração da Capes. • Definir quais contribuições programas de cooperação acadêmica internacional, já existentes, darão à gestão do recém criado Programa Ciência Sem Fronteiras - CsF.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão adequadamente apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados o Termo de Confidencialidade, o TCLE e a Autorização Institucional.

Recomendações:

Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientações gerais", modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_671197.pdf	28/11/2016 12:55:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	StellaProjetoUFSMNovembro2016.doc	28/11/2016 12:52:17	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
Outros	Stellatermodeconfidencialidade.pdf	28/11/2016 12:51:04	Maria Rosa Chitolina	Aceito

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

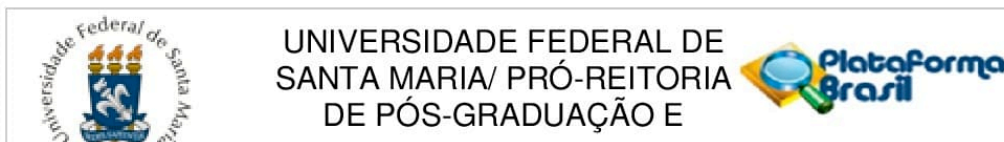
CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E

Continuação do Parecer: 1.853.023

Outros	Stellatmodeconfidencialidade.pdf	28/11/2016 12:51:04	Schetinger	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	StellaTCLE2016.docx	28/11/2016 12:50:11	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
Outros	registrogap.pdf	18/08/2016 12:30:33	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoinstitucional.pdf	18/08/2016 12:18:50	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
Outros	termodeconfidencialidade.pdf	18/08/2016 12:17:33	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	18/08/2016 12:16:56	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	StellaProjetoUFSM Agosto 2016.pdf	18/08/2016 12:15:27	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito
Folha de Rosto	capesfolhaderosto.pdf	18/08/2016 12:13:53	Maria Rosa Chitolina Schetinger	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 06 de Dezembro de 2016

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com

ANEXO B – Autorização Pesquisa Institucional - CAPES

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu **Concepta Margaret Mcmanus Pimentel**, abaixo assinado, responsável pela Diretoria de Relações Internacionais da Capes, autorizo a realização do estudo " **Releitura dos Atuais Programas de Cooperação Internacional da Capes, sob uma nova Perspectiva**", a ser conduzido pelos pesquisadores Prof.^a Dr.^a Maria Rosa Chitolina Schetinger e a aluna de doutorado Stella Maris Wolff da Silva .

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 29 de julho de 2016.



Profa. Concepta Margaret Mcmanus Pimentel
Diretora de Relações Internacionais
Capes/MEC

Concepta Margaret Mcmanus Pimentel
Diretora de Relações Internacionais
Port. 405 de 25/04/2016, D.O.U. 25/04/2016
DRUCAPES/MEC

ANEXO C - Documento de Área de Ciências Biológicas II



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Documento de Área

Ciências Biológicas II

Coordenador da Área: Adalberto Vieyra (UFRJ)
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Acadêmicos: Benedito Machado (USP/RP)
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Profissionais: Sheila Farage (FIOCRUZ/RJ)

2016



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	3
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	13
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016	22
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL	32
V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	38



DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

a. Fotografia da área

A Área de Ciências Biológicas II inclui programas devotados para campos de saberes historicamente reconhecidos desde finais do século XIX e início do século XX como de Biofísica, Bioquímica, Farmacologia e Fisiologia. Apesar da migração de programas de Biologia Celular e a Morfologia para a Área de Ciências Biológicas I em anos recentes, ainda permanecem dentro da Área programas onde se destacam componentes muito fortes destas disciplinas. Três novos criados no quadriênio podem ser incluídos dentro do que classicamente poderia ser chamado de Morfologia. Mais recentemente, novas vocações da área foram emergindo e elas surgiram como consequência da evolução da ciência contemporânea, do diálogo cada vez mais rico entre as disciplinas acima, do surgimento de novos saberes com espaços e modelos próprios (como o da biologia estrutural molecular), da consolidação do que hoje se aceita em chamar de “ciência translacional”, do desenvolvimento da ciência cultivada no Brasil como um todo e de demandas da Sociedade Brasileira em setores específicos. Estas tendências evolutivas serão consideradas nos itens correspondentes abaixo.

A área conta hoje com 74 Programas, sendo 65 acadêmicos e 9 de mestrado profissional (Figura 1). Um destes últimos se encontra em estado de desativação. No último quadriênio houve a criação de 5 novos programas, a implantação de doutorados em programas com apenas mestrado e a migração de outro oriundo da Área de Ciências Biológicas I. Deve ser registrada a criação recente de 2 programas unicamente com curso de doutorado, com suas respectivas propostas espelhando fortes diálogos entre as disciplinas acima mencionadas.

Em relação aos mestrados profissionais, o estímulo para sua criação – vocação muito recente – surgiu do auto reconhecimento de que os programas da área podem contribuir significativamente para as políticas públicas de saúde, com iniciativas voltadas para a educação básica e para o desenvolvimento de variados produtos para a saúde humana. Mesmo concordando e acreditando que os mestrados profissionais devem ser objeto de específica avaliação, diferenciada da dedicada aos programas acadêmicos, a Área de Ciências Biológicas II considera que a criação de mestrados profissionais deve ocorrer a partir das experiências e das ações que envolvem linhas de pesquisa/desenvolvimento/ inovação em programas acadêmicos, docentes de programas acadêmicos e pós-graduandos. Assim, constituindo a experiência mais recente dentro da área em termos de formato, alvos e atividades, o estímulo para criação de mestrados profissionais na área continuará a levar em consideração: (i) potencial relevância para as políticas públicas (notadamente nas áreas da saúde, da educação básica e na inovação biotecnológica); (ii) respaldo de um programa acadêmico consolidado ou de docentes que neles participam; (iii) envolvimento efetivo de outros atores (públicos ou privados); (iv) corpo docente; (v) disciplinas e atividades propostas; (vi) recursos adequados para o desenvolvimento das atividades; (vii) potencialidade de interações reversas. Este último aspecto se procura em propostas onde a perspectiva translacional possa também impactar (em



via de mão dupla) os programas acadêmicos. Com esta visão, ações indutoras continuarão a ser exercidas, especialmente se em sintonia com órgão governamental comprometido realmente com a proposta. A perspectiva translacional será retomada mais adiante.

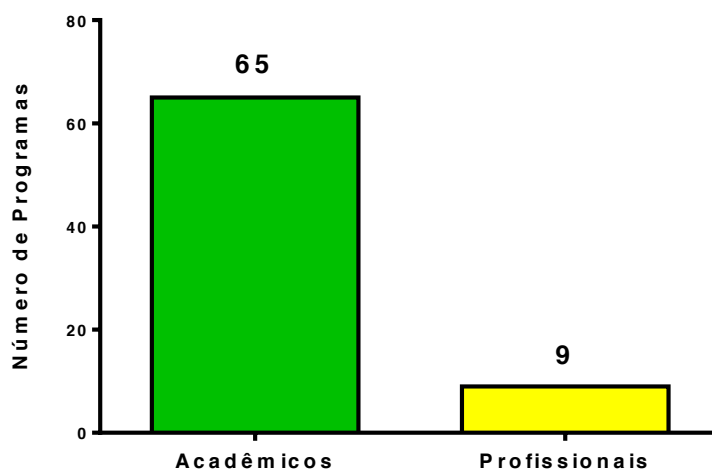


Figura 1. Programas acadêmicos e profissionais na Área de Ciências Biológicas II.

A Área de Ciências Biológicas II adentra no próximo quadriênio com uma distribuição dos programas por regiões e mesorregiões que espelha o panorama de distribuição geográfica da pós-graduação brasileira como um todo: predominantemente litorânea e com forte concentração nas regiões Sudeste/Sul (Figura 2). Reconhecendo o significado da expansão do ensino superior brasileiro na última década, a área tem delineado ações indutivas de implantação de programas de pós-graduação em regiões afastadas dos centros tradicionais. E nestas ações 2 vetores foram especialmente contemplados: (i) o da preservação da força da ciência promovendo associações com programas de tradição e bem desenvolvidos e (ii) o do compromisso simultâneo com a educação básica por parte destes novos programas. O estímulo para a criação de novos programas com a participação de Sociedades Científicas tem sido testado – com sucesso – para garantir ações nucleadoras de forte impacto, especialmente em novos campi. Com quase uma década e 5 anos de vida, respectivamente, os Programas Multicêntricos das Sociedades Brasileira de Fisiologia e Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular tiveram sucesso na implantação de núcleos de pós-graduação



e pesquisa em regiões afastadas ou onde a atmosfera estimulante destas atividades era rara. Apoiando-se em Unidades Nucleadoras consolidadas, as Associadas – não raro com poucos integrantes – se encontram hoje nas mais diferentes regiões do País (Figuras 3 e 4). E, cumprindo, com sua missão estratégica já começaram a gerar programas autônomos, inclusive com doutorado. A Área considera que esta tem sido uma ousada, original e das mais bem-sucedidas experiências de novas formas de organizar a pós-graduação no Brasil, conforme preconizado no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011–2020.

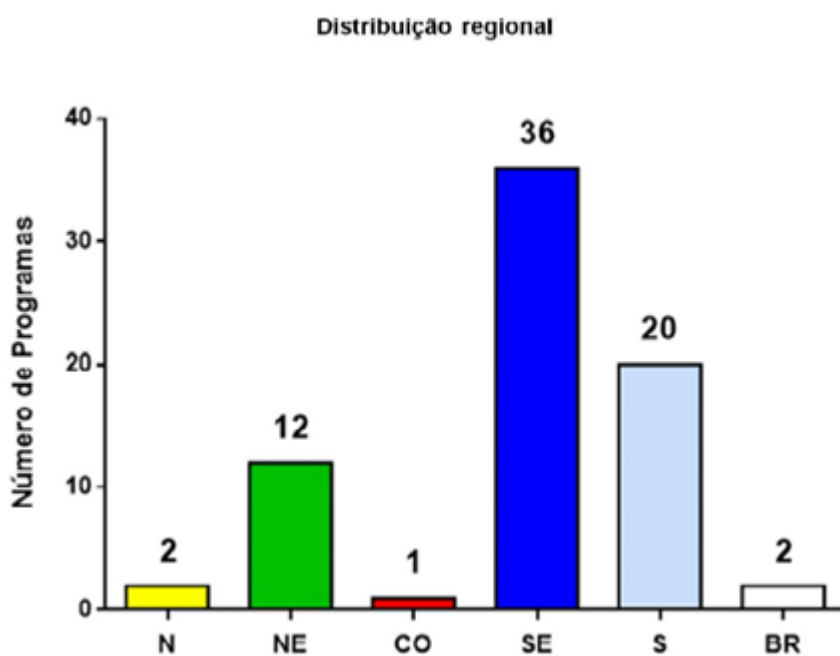


Figura 2. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação da Área de Ciências Biológicas II. BR: corresponde aos Programas com presença nas diferentes regiões do País (Multicêntricos das Sociedades Brasileira de Fisiologia e Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (ver Figuras 3 e 4).



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br

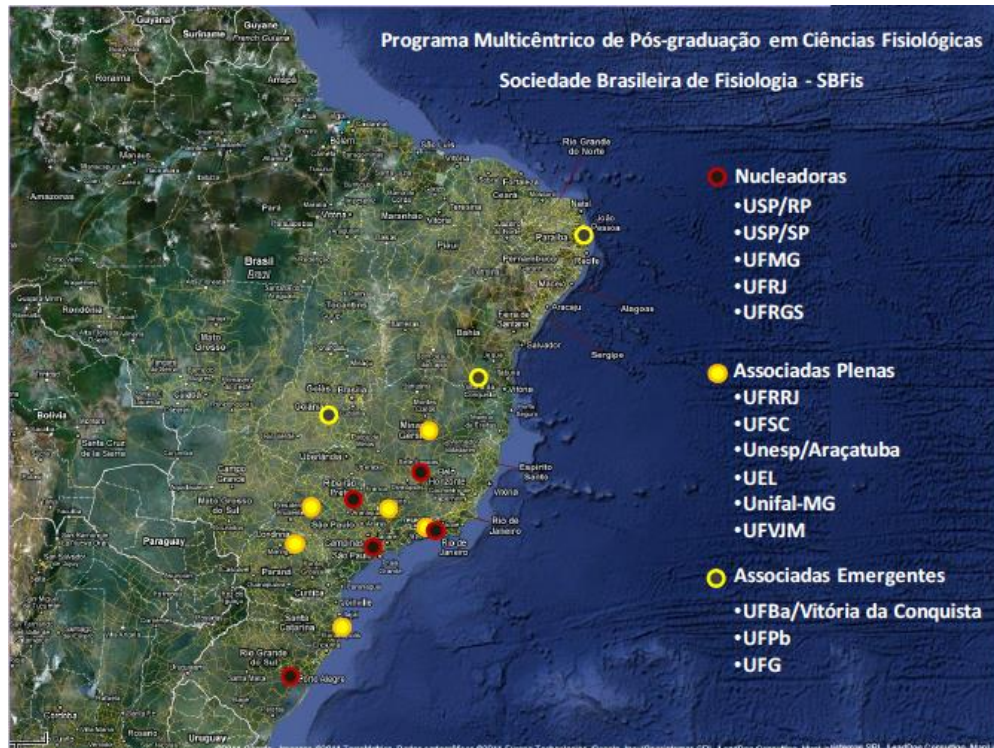


Figura 3. Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas. Na reunião anual da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (29 de agosto a 1o de setembro de 2016) foi aprovada pela Sociedade Brasileira de Fisiologia a incorporação da UNIPAMPA (campus Uruguaiana) como nova Associada.



A história e as tradições de uma área e de seus programas – e isto não poderia deixar de se aplicar à Área de Ciências Biológicas II – são importantes fatores que modelam sua trajetória ao longo do tempo. A longa história de pesquisa e de formação de pessoal qualificado que institutos e departamentos construíram desde o início do século XX – bem antes, portanto de se implantar uma pós-graduação formal nacionalmente estruturada – se espelha no perfil de seus programas: (i) a quase totalidade deles (excetuando alguns dos novos e obviamente os mestrados profissionais) conta com cursos de mestrado e doutorado (Figura 6); (ii) a densidade de altas notas (Figura 7), sustentadas pelo desempenho comparável com os centros mais desenvolvidos de referência da ciência universal e pelos rigorosos critérios de avaliação. É importante destacar novamente que a nucleação de outros programas constitui outro critério essencial para a concessão das mais altas notas, como ocorre com os programas “fundacionais” que continuam com desempenhos de ciência e formação que os constituem em referência para outros no exterior e não apenas em conjuntos que se comparam com os melhores do mundo.

Em relação à dependência administrativa, os programas da área de Ciências Biológicas II mostram uma predominância absoluta de inserção na esfera federal, principalmente universidades (Figura 8), com apenas um programa acadêmico em instituição privada e outro (também acadêmico) resultante da associação entre uma universidade privada, uma universidade estadual e um instituto de pesquisa vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Seis universidades estaduais sediam programas da Área. Os 9 mestrados profissionais se encontram em universidades públicas (7) ou em instituições do Ministério da Saúde (2). Esta distribuição pode ser explicada pela origem dos orientadores dos programas que foram sendo criados nestes últimos 50 anos, vindos de fortes núcleos de pesquisa sediados em universidades federais ou nos institutos da Fundação Oswaldo Cruz.

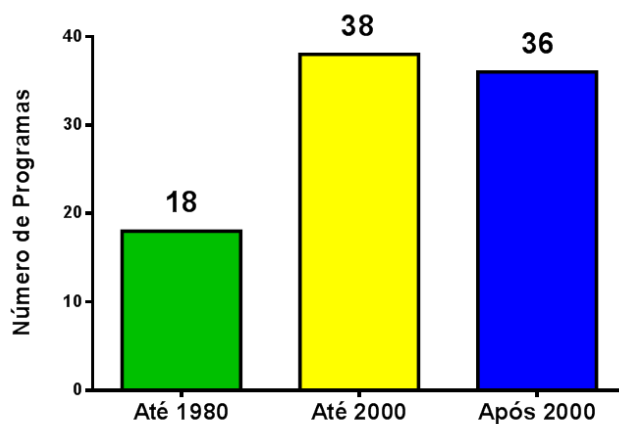


Figura 5. Linha do tempo da criação de Programas na Área de Ciências Biológicas II. Não são incluídos os Programas que migraram para as Áreas de Ciências Biológicas I e Biotecnologia.

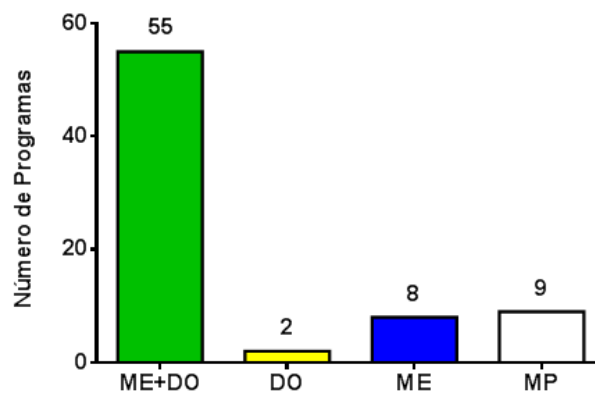


Figura 6. Cursos nos Programas da Área de Ciências Biológicas II. ME+DO: mestrado e doutorado. DO: somente doutorado. ME: somente mestrado. MP: mestrado profissional.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br

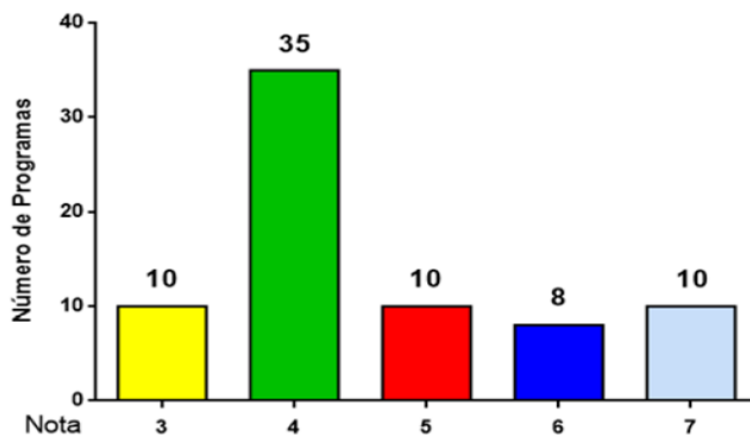


Figura 7. Distribuição de notas entre os Programas da Área de Ciências Biológicas II.

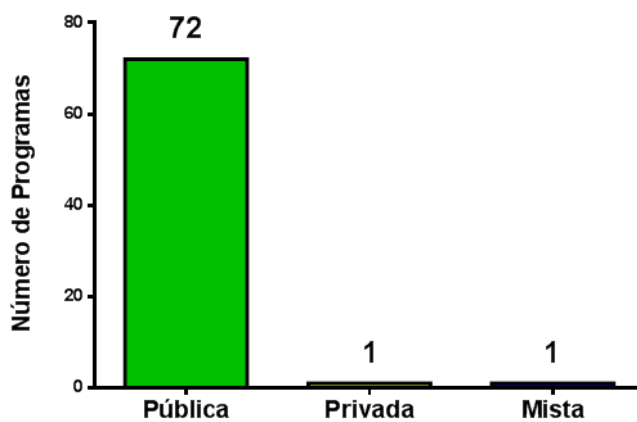


Figura 8. Dependência administrativa dos Programas da Área de Ciências Biológicas II. Mista: corresponde a Programa associativo de instituição privada, instituição federal e instituição estadual.



b. Estado da Arte

Sintonizadas com a contemporaneidade e identificadas com as diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011–2020, as tendências predominantes na área de Ciências Biológicas II – bem como as ações desenvolvidas pelos seus programas – se articulam nos eixos mencionados a seguir: (i) expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, com primazia da qualidade e atenção à redução das assimetrias; (ii) criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; (iii) o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros níveis de ensino e para outros segmentos do sistema de ciência, tecnologia e inovação; (iv) a multi- e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas de pesquisa; (v) o compromisso sem retorno com a educação básica, que a área materializa através da indução de Mestrados Profissionais voltados para a Formação de Professores e de ações permanentes em escolas de ensino fundamental e médio.

Pelos saberes cultivados nos Programas da área – de maneira não restrita aos seus mestrados profissionais – passam a ter um papel protagonista no campo da saúde as ações inseridas no marco dos chamados Programas Nacionais, idealizados para consolidar o desenvolvimento do Brasil no início deste milênio. Junto com outros programas incluídos na grande área das Ciências da Vida, as tendências e as orientações da área de Ciências Biológicas II são as de um engajamento crescente – garantido e legitimado pela excelência das contribuições em termos de criação de conhecimento novo e de formação de pessoal altamente qualificado – encadeadas nas oito ênfases seguintes. (i) Contribuir para as políticas públicas de saúde frente aos grandes desafios desta primeira metade do século XXI (ver ponto seguinte); (ii) fomentar as interações com atores extra-acadêmicos para a pesquisa no setor de saúde; (iii) desenvolver novos indicadores – de produtividade e formação – a serem agregados aos predominantemente acadêmicos, alicerce basilar da área; (iv) expandir os programas chamados de *MD-PhD*, (pós-graduação em programas com notas 5–7 simultaneamente com a graduação em medicina), articulando interações com outros programas da grande área da saúde; (v) incorporar os pós-doutorados em andamento e concluídos à avaliação do desempenho dos programas; (vi) estimular ações integradoras no seio dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, nos quais pesquisadores e programas da área têm uma destacada presença; (vii) estimular iniciativas no marco da chamada “pesquisa translacional”, com uma visão bidirecional; (viii) contribuir para a consolidação da pesquisa ancorada nos hospitais universitários. A ciência translacional é hoje uma realidade presente na vasta maioria dos programas da área, abrindo não apenas novas frentes de



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



pesquisa, desenvolvimento e inovação, mas propiciando especialmente fortes interações de seus docentes com programas de outras áreas, especialmente das 3 Medicinas e da Farmácia.

c. Propostas/posição da área: INTERDISCIPLINARIDADE

Como mencionado no início deste documento, os programas da área se organizaram – com poucas exceções – em torno dos recortes disciplinares delineados no final do século XIX e no início do século XX para o campo de saberes denominado de ciências biomédicas. Sociedades científicas floresceram e se consolidaram neste modelo e, em anos recentes passaram a desempenhar um papel especial na expansão da pós-graduação no Brasil e na sua projeção para outros países. Todavia, as características do desenvolvimento da ciência contemporânea – não limitadas certamente às ciências biomédicas – a cultura da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade passaram a impregnar projetos e linhas de pesquisa de diferentes programas que não se limitaram a interações entre suas disciplinas clássicas, mas que estabeleceram pontes com outras que vão da medicina até a química, passando pela física e – porque não – pelo vasto campo das humanidades. Numa conceituação piagetiana clássica percebem-se claramente, na Área, iniciativas que, em número considerável – basta analisar as propostas dos programas – se expandem nos marcos da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade, do diálogo disciplinar *dentro* da Área. No primeiro percebe-se a convergência de disciplinas ou saberes em torno de um elemento, objeto ou problema sem preocupação explícita de interligação entre elas e de consolidação numa nova ordem finalística. Já as iniciativas no marco da interdisciplinaridade mostram interações mais complexas e ricas, com estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas que usualmente culminam em conhecimento novo não atribuível a qualquer ator isoladamente nem às disciplinas que eles continuam a cultivar, mesmo que inseridas na Área de Ciências Biológicas II. Com esta visão, a Área apoiou a permanência dentro dela de propostas inicialmente pensadas para a submissão a Área Interdisciplinar. Porque elas claramente se integravam harmoniosamente e enriqueciam o conjunto de saberes que dialogam no grande campo das ciências biomédicas e, portanto, na Área de Ciências Biológicas II. E essa orientação pretende continuar no próximo quadriênio.

d. Propostas/posição da área: INSERÇÃO/INCIDÊNCIA no ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A partir de 2007 a área passou a considerar prioritariamente estratégico seu compromisso com a Educação Básica, que já o era em vários programas de forma individual ou em associações. Várias ações



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



ocorreram, ocorrem e continuarão a ocorrer com apoio da área no marco das propostas e diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (inserido no Plano Nacional de Educação para o mesmo período). Cursos de férias para professores e estudantes, intervenções permanentes em escolas de ensino fundamental – com notáveis exemplos em áreas rurais e na floresta amazônica, inserção em atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), são iniciativas que continuam a se expandir com participação crescente de programas da área. Programas da CAPES acolheram e vem acolhendo iniciativas no marco das Escolas de Altos Estudos e dos Observatórios da Educação. Mais recentemente, a área apoiou a implantação de mestrados profissionais voltados para a formação de professores da educação básica, estimulando experiências interdisciplinares neste nível educacional e continuará a estimular iniciativas semelhantes a partir de programas de pós-graduação que se sintam vocacionados para isto. Nessa linha, docentes de muitos Programas da Área encontram-se envolvidos na recente iniciativa da CAPES de criação do Mestrado Profissional para Professores de Biologia, participando da elaboração da proposta, na oferta de disciplinas e na orientação. Esta participação constituirá uma das ações prioritárias da Área no próximo quadriênio.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a. Descrição e orientações sobre a avaliação

A Área deverá – na quadrienal que se avizinha – empregar os critérios e as orientações da trienal anterior, o que por sua vez permitirá uma análise – e comparações – de caráter evolutivo. Como mencionado no início deste documento, a Área de Ciências Biológicas II continuou a crescer apesar da migração de programas para outras áreas. Programas majoritariamente compostos por docentes novos, estabelecidos em regiões onde a presença da área – e de pós-graduação em geral – enfrentando dificuldades de natureza diferente, haverão de desafiar a avaliação, inclusive para propor ações institucionais que fortaleçam esses novos programas. Vertentes antes não pensadas acerca do significado da internacionalização deverão ser discutidas embora não em termos de atribuição de notas (ver item correspondente). Em síntese, o crescimento qualitativo e quantitativo que os Programas experimentaram e que apresentaram no Seminário de Acompanhamento 2015 deverá se projetar durante a quadrienal.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Muito embora critérios e orientações se encontrem mais adiante no quesito “Ficha de Avaliação”, algumas considerações devem ser antecipadas. E elas estão centradas na Proposta do Programa. Embora não “pontue” ela alicerça a avaliação. Porque permite avaliar a trajetória de cada Programa, apresenta as fraquezas e os pontos fortes, traz críticas e sugestões, mostra como se atualizaram – ou não – as áreas de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa e como a proposta curricular evoluiu no quadriênio face aos novos desafios da formação de doutores. Para além das informações propriamente ditas, a análise da Proposta do Programa também servirá para apreciar suas metas, o futuro que é projetado e planejado, como já permitiu antever o recente Seminário de 2015 e o rico intercâmbio propiciado em encontros, seminário e congressos científicos. Finalmente, os critérios do Programa para a escolha das 5 produções mais destacadas servirão para ensaiar – com uma cuidadosa e antecipada revisão por pares – uma avaliação qualitativa da produção científica. Como já mencionado, iniciativas em termos de percursos de formação pós-graduada para além da participação dos estudantes em coautorias, bem como as iniciativas referentes ao reforço da cultura da ética e da integridade em pesquisa nos Programas permitirão diagnosticar os avanços que se tornaram desafios aceitos pela Área.

b. Considerações e propostas advindas dos SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A “Fotografia de Meio Termo” continuará a ser considerada de grande significado para a área e, evidentemente, para os 73 Programas que hoje efetivamente a integram. Aliada à ampliação do interstício de avaliação para 4 anos, a realização do Seminário “Fotografia de Meio Termo” foi uma oportunidade ímpar para – olhando na direção do futuro apoiada na legitimidade de seu desempenho em termos de formação pós-graduada nas últimas décadas – reflexão sobre os grandes desafios apresentados à Pós-Graduação Brasileira no Programa Nacional 2011–2020 (atualmente 2014–2023): crescer; mudar seu perfil qualitativo; avançar no caminho da interdisciplinaridade; impactar positivamente outros níveis de ensino (educação básica); superar assimetrias regionais e de mesorregiões; retomar o ciclo virtuoso de investimentos crescentes em ciência e tecnologia ocorrido na primeira década do século; superar as distorções da avaliação; enfrentar desafios intelectuais e conceituais para a formação de gerações diferentes de cientistas; tornar a ciência brasileira como um referencial superlativo do saber universal. Houve assim a decisão de avançar na discussão de vários destes temas, se debruçando também sobre o desempenho dos Programas com base nas orientações contidas no Documento de Área 2013 e naquelas insculpidas na Ficha de Avaliação pelo CTC-ES em 2012. Mereceram também especial consideração as



implicações decorrentes da implantação da Plataforma Sucupira e o debate internacional sobre as metodologias de avaliação da “qualidade” das contribuições científicas. A questão da “qualidade” como atributo, apareceu com força ao se abordar o tema “enfrentar desafios intelectuais e conceituais para a formação de gerações diferentes de cientistas”, i.e., doutores. Em resumo, a “fotografia” abriu a perspectiva de continuidade de uma discussão rica sobre o papel da Pós-graduação no desenvolvimento do país e, espera-se, no desenho de novas formas e parâmetros de avaliação para a quadrienal de 2017 e, especialmente, para a de 2021.

As apresentações permitiram mostrar que: (i) 76,6% dos programas acadêmicos (49) teve – em 2013 e 2014 – uma produção científica que projeta uma trajetória ascendente de superação para o quadriênio em relação ao triênio passado ou manutenção do ritmo de desempenho do triênio anterior; (ii) os 2 Programas Multicêntricos, ancorados na Sociedade Brasileira de Fisiologia e na Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (3,1%) (ver item “i”) demonstraram a viabilidade e o sucesso desta iniciativa; (iii) os 9 programas novos criados em diferentes momentos dos últimos 5 anos (14,1%) têm plenas condições de se consolidar e de ampliar sua capacidade formadora, especialmente em regiões com menor desenvolvimento de ciência e pós-graduação; (iv) 4 programas (6,2%), como já mencionado acima, apresentam sinais de desaceleração de suas atividades globais e de problemas estruturais diversos que firmaram o compromisso do conjunto da Área para desenvolver ações de apoio.

Apesar da falta de uma validação final, em função dos problemas detectados na extração das informações referentes a publicações e das certamente existentes duplicações decorrentes de colaborações entre membros dos diferentes programas, a análise do conjunto de desempenhos individuais espelha uma nítida tendência para a superação da marca de 13.577 trabalhos indexados (de A1 a B5) no triênio 2010–2012, com o acréscimo que se projeta em função do ano adicional para o novo interstício de avaliação. Esta projeção se confirma à época de redação deste documento de área: a confecção do QUALIS correspondente aos 3 últimos anos permitiu registrar a publicação de quase 16.000 artigos completos nos estratos de A1 a B5, sendo que a metade se encontra nos estratos superiores.

A apresentação de dados quantitativos ensejou o início de discussões acerca da avaliação da produção científica em geral (e especificamente na área de Ciências Biológicas II), da estrutura e estratificação do QUALIS e dos indicadores que poderão pautar a avaliação quadrienal de 2017. Estas discussões, bem como aquelas referentes aos significados da atividade formadora de pós-graduandos no Brasil contemporâneo e para o Brasil do futuro, permearam ao longo de todo o Seminário.



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Em se tratando de análise de realidades que devem projetar seus resultados para a próxima avaliação quadrienal em 2017 e que dependem fortemente de investimentos para ações variadas, a parte final da primeira mesa redonda foi dedicada à discussão da realidade orçamentária de 2015, suas repercussões e perspectivas e proposições para a superação das dificuldades. Os presentes manifestaram sua preocupação pelos cortes e contingenciamentos de recursos, com forte repercussão na expansão e aprimoramento qualitativo do sistema no marco das propostas e eixos do Programa Nacional de Pós-Graduação 2011–2020 (2014–2023). A falta de perspectivas de investimentos em infraestrutura – especialmente em equipamentos multiusuários – mereceu destaque, bem como a destinação de recursos para o Programa Ciência sem Fronteiras. Os presentes, de maneira geral, opinaram que este ousado programa destinado a projetar a ciência cultivada no Brasil para cenários internacionais e de atrair talentos do exterior capazes de fortalecer o Sistema Nacional de Pós-Graduação (e a ciência desenvolvida no país) deve ser reavaliado não apenas em termos de alocação de recursos como, especialmente, de desempenho. Manifestaram-se também apreensivos com a perspectiva de que a suspensão do programa impeça a repatriação de doutores e pós-doutores hoje finalizando seus estudos no exterior. Concordaram, de maneira consensual, que os mais talentosos seriam aqueles que poderiam ser atraídos por oportunidades no exterior, com grave impacto negativo para os objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras. A segunda atividade da manhã do primeiro dia de Seminário pode ser resumida num apelo para que seja retomada a era virtuosa de investimentos em ciência, tecnologia e educação que o Brasil teve na primeira década deste milênio sob grave risco – dentre outros – para os grandes programas nacionais elencados no Programa Nacional de Pós-Graduação 2011–2020 (2014–2023), que vão desde a prevenção de fenômenos climáticos extremos até o controle de doenças crônico-degenerativas de alta prevalência, passando pela defesa nacional e o crescente problema da violência. A Área reitera que esta deve ser uma prioridade urgente para todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação.

As atividades seguintes se iniciaram com uma discussão de pontos previamente abordados. Importantes aspectos conceituais foram apresentados pelos debatedores e enriquecidos pelos presentes. Sem estabelecer uma hierarquia, os temas seguintes merecem destaque e deverão nortear as ações da Área na quadrienal e nos próximos 4 anos.

Foi retomada a discussão sobre o conceito de docentes permanentes e colaboradores, sendo praticamente unânime o pensamento de que a fixação de percentuais para a segunda categoria dentro do quadro docente pode não contemplar realidades inéditas (como a de colaboradores internacionais ou dos



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



nacionais que permitiram consolidar realidades em regiões remotas), chamando-se a atenção para disposições que, em algumas instituições, engessam a compreensão do significado do docente colaborador.

Um conceito que mereceu discussões foi o da figura dos pós-graduandos como vetores e atores da produção científica de um laboratório, sem respeitar a complementaridade entre produzir conhecimento e formar. Esta foi uma das ocasiões em que o tempo de titulação permeou pelo Seminário. Acopladas a esta discussão conceitual foram a necessidade de formação profissional e não somente científica, notadamente para o exercício da docência em diferentes níveis de ensino e a da frequente titulação sem qualificação.

Como já mencionado acima, retomou-se uma estimulante discussão acerca de como avaliar – e qualificar – a produção científica de um conjunto de pesquisadores, como é o caso de programas de pós-graduação que ainda inclui estudantes. A grande pergunta “como avaliar qualidade”? permitiu um amplo debate sobre fator de impacto do JCR (ou um correlato) e a relevância das citações. O primeiro parâmetro foi debatido com base – entre outros – do Manifesto de Leiden sobre métricas em pesquisa (Hicks & Wouters, Nature 520, 429–431, 2015) e nas reflexões contidas em recente artigo sobre impacto (Verma, PNAS 112, 7875–7876, 2015) e em estudos desenvolvidos por docentes de diferentes programas acerca da normalização do fator de impacto pela mediana do fator de impacto da subárea específica, reconhecida como um formidável desafio frente à crescente abordagem interdisciplinar da ciência contemporânea. Ainda, frente ao questionamento de como avaliar qualidade num contexto temporal curto, como é o de uma quadrienal, surgiu novamente a dificuldade que repousa numa insuficiência da Plataforma Sucupira: a de permitir percursos mais longos e derivações nucleadoras como seria o do acompanhamento dos egressos e das ramificações que eles podem estabelecer numa rede interconectada como é o SNPG e nas decorrentes da crescente inserção internacional.

A questão das citações entrou em debate a partir da constatação, crescente na última década, de que o número dessas não é suficiente para avaliar a qualidade, i.e., o “impacto” de um trabalho científico. O conceito das redes de pesquisa permeou esta discussão quando foram discutidas observações tais como a influência das colaborações nas práticas de citações, a tendência a citar mais frequentemente colaboradores e “colaboradores de colaboradores”, as diferenças de práticas de citação entre as diferentes disciplinas e campos de saberes, a hierarquia nas redes de autoria, a importância do número de autores e a natural expectativa de maior relevância (e de citações) das descobertas com o aumento das coautorias e a tradição de pesquisa de uma nação e de seus grupos de pesquisa criarem redes de projeção internacional. O debate, que começou neste Seminário sobre “Fotografia do Meio Termo”, firmou a expectativa de que variáveis numéricas, número de autores e número de citações possam se transformar em variáveis



qualitativas, capazes de se incorporar no futuro no amplo leque de fatores de aferição que o estudo de Hicks e Wouters propõe. Houve uma maioria – mas não unanimidade – entre os presentes de que a análise deste tipo de redes de colaboração poderia contribuir para avaliar a internacionalização de um programa. Textos como os de Figg *et al.* (Pharmacotherapy 2006; 26: 759–767), Wallace *et al.* (PLOS ONE 2012; 7: e333390), Bador & Lafouge (Thérapie 2012; 67: 505–513) foram distribuídos e passaram a constituir parte da base de análise desta questão contemporânea dentro da área. Em termos de ações para o próximo quadriênio, estas discussões geraram duas iniciativas: (i) criação de um grupo de trabalho em programa de longa tradição para estudar a complexidade das citações e as relações que elas envolvem, assim como seu potencial para avaliar a qualidade, o significado e o impacto das publicações, inclusive para além das avaliações da CAPES; (ii) projeto de dissertação de mestrado a partir de 2016, em programa com área de concentração específica que emoldura estas questões em projetos de pesquisa de teses e dissertações.

A seguir foi realizada a Mesa Redonda: "Iniciativas para enfrentar dificuldades extraorçamentárias (mudanças de paradigmas na atração de candidatos ao mestrado e doutorado, na incorporação de novos docentes/orientadores, no processo de seleção, na estrutura curricular, na elaboração de projetos e no ambiente intelectual) em cursos consolidados e cursos novos". A discussão se iniciou a partir do conceito – considerado a priori errôneo – de que a pós-graduação é o caminho para uma carreira acadêmica com inserção social de prestígio, chamando a atenção o declínio das vocações, como revelado pela diminuição do número de candidatos para ingressar no mestrado e doutorado. A discussão levou a concluir que a atração de candidatos depende de definir claramente os objetivos e as metas da pós-graduação no Brasil de hoje, contemplando aspectos de formação profissional frequentemente esquecidos. Aspectos associados, como o compromisso dos orientadores com a formação e não apenas com a produção de artigos, o estímulo da motivação do estudante – a partir da estratégica iniciação científica – para ser autenticamente investigativo, curioso e responsável e a proximidade diária estudante/orientador foram recomendações acolhidas com amplo consenso.

Em relação a mudanças de paradigmas, as reflexões caminharam na direção de prioridades para a elaboração de projetos dos estudantes com ênfase no novo, na ética, no rigor metodológico e na internacionalização, esta entendida pelo referencial de qualidade em relação a centros reconhecidos por suas contribuições. Foram enfatizadas a necessidade de repensar as estruturas curriculares e de incrementar as interações entre laboratórios diferentes (inclusive de instituições diferentes), assim como as interações com o restante da Sociedade (através de genuínos programas de extensão e mudanças no processo de seleção valorizando a entrevista e a percepção de sinais de criatividade).



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



A mudança na atmosfera intelectual oferecida aos pós-graduandos nos laboratórios e instituições foi discutida também em termos de transposição de barreiras disciplinares, o estímulo ao estudo de problemas científicos por vários prismas, o reforço das interações com grupos de pesquisa do exterior e do país, a incorporação de docentes jovens (sem levar em consideração um eventual impacto negativo em “pontos” para a avaliação do programa), a interação com iniciativas voltadas para a educação básica, a formação continuada para além das disciplinas, a participação em congressos internacionais, a convivência frequente com pesquisadores em diferentes estágios da carreira, a cotutela, a necessidade de oferta de infraestrutura moderna e, em síntese, o incentivo ao mérito.

Por fim, a primeira fase culminou com um debate – prelúdio do debate seguinte – sobre mudanças na concepção de pesquisa especialmente para as teses. Mudanças que implicariam na transição de percursos rápidos, seguros, com previsão de custos e oferecendo formação similar para todos, para outro demorado, arriscado, de custos imprevisíveis e capaz de proporcionar uma formação individualizada. Em outras palavras, a transição da “cultura do artigo” (*publish... whatever*) para a definição de um novo conceito incorporado no trabalho de tese. E um debate que continua em aberto na Área é o da obrigatoriedade ou não de um núcleo central de disciplinas nos diferentes programas.

A 2ª fase do Seminário “Fotografia do Meio Termo” da Área começou com a abordagem plenária do tema “Mestrados Profissionais na Área de Ciências Biológicas II: contribuições e futuros. Apresentação e debate.” É importante frisar que, apesar da riqueza e da diversidade dos 9 mestrados profissionais da área que mereceram destaque e de uma trajetória reconhecida nos setores de demanda específica que eles atendem, o seminário “Fotografia de Meio Termo” constituiu a primeira ocasião em que eles foram coletivamente analisados pelo conjunto dos programas. Foram descritos e discutidos em detalhe os campos de atuação de todos eles, suas vinculações temáticas com programas acadêmicos e, com especial ênfase, os indicadores de desempenho. Conseguiu-se delinear 4 campos gerais de atuação: insumos imunobiológicos para a saúde, inovação tecnológica na indústria farmacêutica, modelos “in vivo” e “in vitro” em medicina regenerativa e formação de professores de biociências para a educação básica. Como mencionado acima, este último campo pode ser considerado um prelúdio para a inserção da área num mestrado profissional, de alcance nacional, de professores de biologia.

Por último deve ser ressaltado que o seminário trouxe à luz uma questão central: qual é o produto do processo de formação de um profissional que cursa esta modalidade de mestrado? A rica discussão permitiu concluir que: (i) a dissertação não pode ser o único corolário, sendo necessário definir produtos específicos para cada campo geral de atuação; (ii) o desempenho dos mestrados profissionais da área não



pode ser avaliado somente com base nos trabalhos científicos publicados em periódicos indexados da cultura de cada campo específico, resultantes da inserção dos docentes em programas acadêmicos. Estas duas conclusões constituem o ponto de partida para se chegar a definições e consensos sobre avaliação dos mestrados profissionais na área de Ciências Biológicas II e para estabelecer critérios de análise de propostas de novos cursos.

O Seminário continuou com uma plenária coletiva destinada a “Reflexões sobre a formação da nova geração de pós-graduandos no contexto das Ciências Biológicas II e no marco do PNPG 2014–2023”. O debate foi estruturado a partir de questionamentos pelos participantes, gerando conclusões e recomendações que, mescladas com as do dia anterior acerca dos novos paradigmas de formação, se projetam neste Documento de Área. O debate começou com duas perguntas: (1) Será que a nossa produção científica tem contribuído com descobertas relevantes nas fronteiras contemporâneas do conhecimento nas diferentes áreas das Ciências Biológicas II?; (2) A concepção dos nossos projetos e a resultante produção científica estão fundamentadas em conceitos originais e inovadores ou ela esta seguindo modelos e conceitos gerados nos países desenvolvidos por ocasião do treinamento de pós-doutoramento dos atuais orientadores? A discussão permitiu detectar o que, para a maioria não pode ser aceito – e feito – no processo de formação de doutores: (1) Admitir que a formação quantitativa de doutores será suficiente para superar as nossas limitações nas diferentes áreas do conhecimento; (2) Admitir que a publicação de um elevado número de trabalhos e um bom desempenho dos programas nas avaliações da CAPES seriam os limites superiores das nossas aspirações acadêmicas; (3) Pensar que a inércia do nosso atual modelo de formação de doutores nos levará à linha de frente conceitual da produção científica mundial.

A perspectiva da formação de doutores na próxima década levou aos questionamentos sobre atores e paradigmas. Três perguntas foram então apresentadas para análise: (1) Os atores do sistema nacional de pós-graduação (instituições, docentes e pós- graduandos) estão aprofundando a discussão, com vistas à formação da próxima geração de doutores em Ciências Biológicas?; (2) Os paradigmas sobre a formação dos nossos doutores estão sendo repensados frente aos desafios científicos contemporâneos para a comunidade científica internacional?; (3) Será que as próximas gerações de doutores brasileiros serão, conceitualmente, mais avançadas do que as atuais?

A discussão destas ideias permitiu reconhecer que os avanços na produção científica e na formação de doutores, desafiam a Área para avançar na linha de frente dos pesquisadores responsáveis pelas fronteiras do conhecimento. Admitiu-se que isto será garantido por meio da formação de uma nova geração de



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



pesquisadores a partir dos Programas de Pós-Graduação, os quais deverão mudar a atual concepção da formação do doutor, que se fundamenta, na maioria das vezes, na coautoria de trabalhos a serem publicados, sem o devido aprofundamento teórico em disciplinas “duras”. Esta parte da discussão remeteu à previa acerca: (i) dos dois diferentes percursos de formação de doutores e das consequências negativas do produtivismo (quantitativo) exagerado que se induz nos estudantes; (ii) dos novos paradigmas de formação capazes de inspirar os programas da área de Ciências Biológicas II na próxima década.



III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	Este item deverá merecer uma avaliação qualitativa, tendo como marco referencial a trajetória do Programa. As disciplinas deverão merecer especial atenção. Concluída a avaliação de todos os quesitos (consistência, abrangência, adequação), deverá ser conferida a coerência da avaliação final com a apreciação geral da Proposta do Programa. Ver considerações sobre a Quadrienal.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	Este item deverá também merecer uma avaliação qualitativa, tendo como marco referencial a trajetória do Programa. Deverão merecer atenção as iniciativas em curso sobre aprimoramento dos percursos de formação – especialmente no doutorado – bem como as destinadas a promover a ética, a integridade e a responsabilidade em pesquisa no ambiente de formação. Concluída a avaliação de todos os quesitos, deverá ser conferida a coerência do resultado desta avaliação com a apreciação geral da Proposta do Programa, especificamente no que diz respeito a iniciativas de aprimoramento contínuo das atividades e ações de formação. Ver considerações sobre a Quadrienal.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Este item deverá igualmente merecer uma avaliação qualitativa, tendo como marco referencial a trajetória do Programa. A evolução da infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento de teses e dissertações também será avaliada. Concluída a avaliação de todos os quesitos, deverá ser conferida a coerência do resultado desta com a apreciação geral da Proposta do Programa. Ver considerações sobre a Quadrienal.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	Será valorizada a presença de docentes com experiência consolidada e de novos docentes qualificados que mostrem renovação e expansão. Nos últimos 10 anos, espera-se que também tenha havido adição de novos orientadores permanentes. Programas recentemente implantados poderão ter uma maioria substancial de docentes com tempo de titulação menor.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	20%	Este item 2.2 deve ser analisado em conjunto com o item 2.3 e com o quesito 4 na sua totalidade. Serão consideradas: (i) a presença de docentes com atividade simultânea de pesquisa, orientação e participação em disciplinas de pós-graduação, bem como (ii) a distribuição das atividades didáticas.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	50%	Será considerada a fração de docentes permanentes com pelo menos um aluno de pós-graduação em orientação no quadriênio 2013-2016, assim como seu envolvimento em pesquisa. Este item será também analisado conjuntamente com o item 2.2 com os quesitos 3 e 4.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	Será considerada a relação de estudantes em iniciação científica (IC)/número de docentes e, em caso de IES, a participação nas disciplinas de graduação.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	Serão levadas em consideração as datas de implantação dos cursos (ME e DO) em cada Programa, o que deverá merecer apreciação no campo final. Isto porque o número de defesas de teses num curso novo demora pelo menos quatro anos para começar. Além disso, deve ser levado em consideração que o indicador (ii) abaixo tende a ser menor à medida que a proporção de teses de doutorado desenvolvidas for maior.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



		<p>Serão considerados:</p> <p>(i) \sum [Dissertações + (2 × teses)] no quadriênio/número médio de docentes permanentes no quadriênio.</p> <p>(ii) \sum [Dissertações + (2 × teses)] no quadriênio/número médio de alunos no quadriênio.</p>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Será considerada a fração do corpo de Docentes Permanentes com orientação concluída no quadriênio.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	<p>Serão valorizados: (i) a relação \sum dos trabalhos publicados com coautoria discente/\sum das dissertações e teses no quadriênio; (ii) o estrato no QUALIS da Área dos periódicos que veicularam estas publicações; (iii) a distribuição destas publicações com coautoria discente (bem como das teses e dissertações) entre o corpo docente permanente; (iv) a apreciação qualitativa dos 5 trabalhos plenos associados a teses ou dissertações, que forem disponibilizados pelo Programa</p> <p>Discentes incluem os estudantes de mestrado e doutorado, bem como os egressos (últimos 4 anos). A participação de estudantes de iniciação científica será valorizada no item 2.4 e na apreciação qualitativa geral.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Será considerada a mediana de tempo de titulação de mestres e doutores (com bolsa).
4 – Produção Intelectual	35 %	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Serão considerados: (i) o Número de artigos em estratos > B2 de docentes permanentes no quadriênio/Número médio de docentes permanentes no quadriênio; (ii) a distribuição de publicações em periódicos dos diferentes estratos, observando as vinculações de peso entre eles definidos em 2010 e 2013.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	55%	Serão consideradas as frações de docentes permanentes que tenham publicado nos periódicos de cada estrato e o número destas publicações.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	5%	Serão considerados os seguintes frutos de produção intelectual e sua distribuição em relação à dimensão do corpo docente: material audiovisual, livros, capítulos de livros, patentes, material para a educação básica, material de divulgação científico-pedagógica.
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.		Este item não é pertinente para a área como um todo. Iniciativas específicas serão consideradas nos quesitos 2, 3 e 5, dependendo de suas características.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	<p>Serão valorizados: (i) inclusão de egressos como pós-doutores nas atividades de ensino, pesquisa e formação de estudantes de iniciação científica no Programa ou em local diferente daquele do Programa; (ii) formação de pós-graduandos orientados por docentes em outras regiões do país ou provenientes de outras regiões; (iii) programas de cooperação simétrica; (iv) programas de cooperação assimétrica; (v) atividades na interface com a educação básica; (vi) participação de orientadores em diretorias de sociedades científicas nacionais ou regionais; (vii) participação de docentes em INCTs, PRONEX e redes de pesquisa estabelecidas como resultado de editais de agências financiadoras e de ministérios. Assim, impactos específicos serão analisados como exemplificado a seguir.</p> <p>a) Impacto social propriamente dito: formação de pessoal altamente qualificado para as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo atividades em empresas vinculadas ao setor produtivo e de serviços.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, incluindo o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino e para a formulação de políticas educacionais.</p> <p>c) Impacto cultural: contribuição para a formação de pessoal qualificado para o desenvolvimento cultural como um todo, capaz de contribuir para a formulação de políticas do setor e para ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento.</p>



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissionais relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	40%	<p>Será valorizado o compromisso do programa, de forma institucionalizada, com as seguintes modalidades de cooperação: (i) participação em MINTER, DINTER, turmas fora de sede ou Programas Multicêntricos de Pós-Graduação; (ii) participação do programa em PROCADs ou atividades inseridas em editais conjuntos de diferentes agências que visem superar assimetrias regionais no Brasil ou entre países da América Latina e da África, com participação de docentes de programas de pós-graduação; (iii) outras cooperações regionais ou nacionais como, por exemplo, com empresas privadas e redes de pesquisa; (iv) participação em programas de formação continuada de docentes da educação básica.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.</p>	20%	<p>Serão valorizadas a acessibilidade à página, a facilidade de compreensão de suas informações, a sua atualização, a existência de regras claramente explícitas de acesso ao programa (regulamentos e requisitos para os estudantes) e a existência de iniciativas para a divulgação da ciência para o grande público por diferentes meios.</p>

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
<p>1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa</p>	25%	<p>Será examinado se o conjunto de atividades, linhas de pesquisa, área(s) de concentração, projetos e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional. Serão avaliadas a coerência, a consistência, a abrangência e a adequação da proposta.</p>
<p>1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições,</p>	25%	<p>Será examinado se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e</p>



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.		coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	Será examinada a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	Serão examinadas as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos e suas contribuições para as políticas públicas no campo de atuação diferenciada dos Mestrados Profissionais da Área (saúde, biotecnologia, educação básica, formação de técnicos para pesquisa, inovação).
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	Será avaliada a presença no Corpo Docente Permanente de doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação, conforme o estabelecido nas portarias ministeriais pertinentes. Será examinado se o Corpo Docente atua em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de concentração dos Mestrados Profissionais da Área.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30%	Será avaliada a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. Será avaliada a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. Serão analisadas a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa e as condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	Será examinada a distribuição das atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação e orientação do programa entre os Docentes Permanentes, conforme a proposta de cada



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



		Mestrado Profissional da Área.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	Será avaliada a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. Será examinada a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do Programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	50%	Serão avaliadas as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica, valorizando especialmente as vinculadas à proposta do respectivo Mestrado Profissional e às suas atividades. Será examinada a produção técnica registrada na Plataforma Sucupira, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	Será avaliada a aplicabilidade do conjunto dos trabalhos do respectivo Mestrado Profissional, desenvolvidos junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos, privados, entidades não governamentais organizadas no seio da sociedade civil.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20%	Será examinado o número total de publicações do quadriênio, vinculadas à proposta do respectivo Mestrado Profissional.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	40%	Será avaliado o número total de produção técnica vinculada à proposta e atividades do respectivo Mestrado Profissional, como patentes, protocolos, e outras produções consideradas relevantes, tais como: (i) publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais, municipais ou entidades da sociedade civil (livros e manuais); (ii) artigos publicados em periódicos técnicos; (iii) participação em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais, municipais ou de entidades da sociedade civil; (iv) editoria de periódicos técnicos (editor científico, associado ou revisor); (v) elaboração de protocolos, normas ou programas; (vi)



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



		consultoria ou assessoria técnica; (vii) produtos técnicos; (viii) protótipos; (ix) desenvolvimento de produtos destinados aos cuidados e promoção da saúde; (x) cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área de atuação do respectivo Mestrado Profissional (incluindo os estudantes do curso); (xi) material instrucional, de divulgação e de popularização da ciência.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	Será examinada a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes, relacionada à proposta do respectivo Mestrado Profissional.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Será avaliada a articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada, sempre as vinculadas à proposta do respectivo Mestrado Profissional.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	20%	<p>Será avaliado se a formação de pessoal qualificado busca atender aos objetivos definidos para a modalidade de Mestrados Profissionais, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto no seio de organizações públicas ou privadas. Será avaliado se o respectivo Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de pessoal altamente qualificado para a Administração Pública ou para o conjunto da sociedade, preparando-os para que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil, notadamente na saúde e na educação básica.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, do ensino técnico/profissional, para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino e para a formulação de políticas educacionais.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional ou nacional, destacando os avanços gerados e a disseminação de técnicas, de novos produtos e de conhecimentos, com forte componente de inovação.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência na gestão de organizações públicas ou</p>



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



		<p>privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de pessoal qualificado para a gestão sanitária, bem como para a formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de pessoal qualificado para o desenvolvimento cultural como um todo, capaz de contribuir para a formulação de políticas do setor e para ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>h) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização nas áreas jurídica e administrativa, vinculadas à proposta do respectivo Mestrado Profissional.</p> <p>i) Outros impactos: considerados pertinentes pelo respectivo Mestrado Profissional, incluindo outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes em relação a sua proposta e às suas atividades, e que não foram contempladas na relação acima.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	30%	<p>Será analisada a eventual participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros cursos na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação, o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, o aprimoramento da educação básica e a difusão da ciência, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	30%	<p>Será examinada: (i) a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e social no respectivo setor ou região; (ii) a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; (iii) a introdução de novos produtos, práticas inovadoras ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.) no âmbito do respectivo Mestrado Profissional, que</p>



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



		contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	<p>Será avaliada a divulgação atualizada e sistemática do respectivo Mestrado Profissional, que poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Mestrado Profissional poderá ser considerada, desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>Será avaliada a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).</p>



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

a. Descrição do grau de internacionalização da área

Inicialmente, a Área de Ciências Biológicas II apresenta alguns conceitos, resultantes de reflexões ao longo dos anos recentes. O primeiro é que internacionalização não é um fim em si mesmo e sim um meio para o continuado enriquecimento dos programas e de seus integrantes. O segundo é de que não se trata de um atributo encontrado somente nos programas de maior tradição e mais destacado desempenho: todos devem estimular atividades que visem a internacionalização, definida preliminarmente como um conjunto de ações permanentes para mesclar as pessoas, suas histórias e suas ideias.

Isto posto, a inserção internacional é definida dentro da área de Ciências Biológicas II a partir de atributos dos docentes e atributos dos programas, na linha das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior da CAPES. Assim, um programa com inserção internacional é aquele que conta nos seus quadros com docentes que têm as seguintes qualidades.

- 1) Atraem pesquisadores de destaque de fora do país para realizarem pesquisa em cooperação.
- 2) Atraem estudantes de fora do país para seus laboratórios.
- 3) São do quadro editorial de periódicos internacionais indexados.
- 4) Têm posições em instituições de ensino e pesquisa no exterior (*double appointment*, cátedras, etc.).
- 5) Têm cooperações institucionais com centros de pesquisa no exterior, simétricas e assimétricas.
- 6) Pertencem a diretorias de sociedades internacionais.
- 7) Pertencem a academias de ciências de outros países e participam de atividades organizadas por estas.
- 8) Atraem e organizam congressos internacionais, simpósios e mesas redondas em eventos internacionais ou proferem palestras.
- 9) Reveem propostas de pesquisa competitivas e publicações em revistas indexadas.
- 10) Possuem financiamentos competitivos de fontes estrangeiras.
- 11) São convidados para escreverem revisões em revistas indexadas.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Em relação aos programas, atributos coletivos de inserção internacional são:

- 1) Utilização, de forma produtiva, de programas de financiamento de bolsas sanduíche e outros mecanismos de cooperação internacional, resultando na publicação de trabalhos em cooperação e na formação de estudantes.
- 2) Presença em seus quadros de docentes colaboradores de instituições estrangeiras ou permanentes, que atuam em cotutela ou colaboram com disciplinas.
- 3) Convênios de dupla titulação com instituições estrangeiras de referência para os saberes cultivados na área.
- 4) Protagonismo na participação de estudantes, na repatriação de talentos e na atração de pesquisadores de grande destaque no marco Programa Ciência sem Fronteiras ou em outros com semelhantes objetivos, mostrando resultados claramente positivos em avaliações rigorosas.

A área considera, entretanto, que devem ser ponderados outros aspectos que dizem respeito à internacionalização. O primeiro se refere à distinção conceitual entre inserção internacional (definida a partir dos atributos anteriormente elencados) e desempenho global ao nível dos centros internacionais de referência. A análise desta vertente envolve análise comparativa, qualitativa e quantitativa, da produção acadêmica, das citações, da capacidade de captação de recursos de fontes internacionais, da participação de docentes como convidados em eventos de projeção internacional, entre outros. Com uma pergunta central: publicam nos mesmos periódicos que os colegas daqueles centros? Esta comparação com os centros de referência, com múltiplos indicadores, necessariamente pressupõe uma avaliação do desempenho por comissões internacionais, iniciativa que muitos programas da área estão adotando.

A inserção internacional e o reconhecimento e a visibilidade advindos dela se manifestam dentro dos Programas da Área de Ciência Biológicas II com a totalidade dos indicadores acima relacionados. Merecem destaque: (i) o grande número de projetos de cooperação científica apoiados por agências internacionais ou resultantes de tratados bilaterais ou multilaterais; (ii) os convites a docentes para proferir conferências ou participar de simpósios nos principais eventos do calendário internacional de suas diferentes subáreas; (iii) a densa participação nos comitês editoriais de periódicos de reconhecido prestígio; (iv) a atração crescente de pós-doutores oriundos de todos os continentes.

Consideração de destaque merece o reconhecimento internacional às Sociedades Científicas que congregam docentes e estudantes de Programas das diferentes subáreas das Ciências Biológicas II – de



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



longa tradição no cenário científico nacional e internacional – traduzido ao conferi-lhes a organização de eventos periódicos de alcance mundial que atraem milhares de participantes de todas as regiões do mundo. Em 2012 foi realizado no Rio de Janeiro o 10º *International Congress on Cell Biology*, em cuja organização participaram docentes dos muitos programas em que a biologia celular se destaca em áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos. Em 2014 teve lugar o 1º *Panamerican Congress of Physiological Sciences* (Foz do Iguaçu), evento de todas as Sociedades de Fisiologia das Américas – incluindo a tradicional *American Physiological Society* – que concederam aos fisiologistas do Brasil a primazia para organizar o evento. O ano de 2015 foi o do 23º Congresso da *International Union of Biochemistry and Molecular Biology* (IUBMB) (Foz do Iguaçu) e do 9º Congresso da *International Brain Research Organization* (IBRO) (Rio de Janeiro). Em 2017 terá lugar o 38º Congresso da *International Union of Physiological Sciences* (Rio de Janeiro), o primeiro na América Latina quase 60 anos depois do organizado em Buenos Aires pelo Prêmio Nobel Bernardo Houssay. Este evento será precedido por um *Workshop* internacional sobre ensino da fisiologia na graduação e na pós-graduação. As Sociedades Brasileiras de Farmacologia e de Biofísica (a primeira celebrando seus 50 anos e a segunda seus 80 anos em 2016) foram honrosas finalistas nas disputas com outros dois países para sediarem os respectivos congressos internacionais nesta década, sendo que a segunda já teve sucesso em tornar o Brasil a sede do Congresso da *International Union for Pure and Applied Biophysics* em 2020.

Como mencionado na introdução deste documento, as Sociedades Científicas que congregam docentes e estudantes dos programas das diferentes subáreas das Ciências Biológicas II começaram a se constituir em vetores de implantação da pós-graduação em regiões de desenvolvimento acadêmico incipiente, através de Programas Multicêntricos de Pós-Graduação. Desta forma, os programas de mais altas notas são ao mesmo tempo cenários que projetam o Brasil para a ciência mundial – e dela recebem reconhecimento – como também contribuem decisivamente para desenvolver a pesquisa e a pós-graduação em regiões de menor ou inexistente tradição científica. Se os Programas Multicêntricos de Pós-Graduação das Sociedades Brasileiras de Fisiologia e de Bioquímica e Biologia Molecular tem o Brasil como espaço de atuação, a Sociedade Brasileira de Biofísica coordena o Programa Latinoamericano de Biofísica (PosLatam) com o apoio oficial da *International Union for Pure and Applied Biophysics* (e da CAPES, evidentemente).

Em relação a conflitos a partir do compartilhamento que envolve a internacionalização, programas da área estão começando a discutir questões como as recompensas do sistema de ciência, a comunicação responsável da ciência, os conflitos de interesse e os aspectos da atmosfera da pesquisa que impactam a educação de jovens pós-graduandos. E na linha das discussões do Fórum acima



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



mencionado, a área considera que devem ser estimuladas reflexões sobre: a liberdade da ciência e suas “contradições secretas” (isto é as decisões que outros tomam em relação a uma descoberta), o engajamento do público com a ciência, o formato e a dinâmica das redes internacionais de pesquisa que estão sendo criadas, a dicotomia das culturas, as importações acríticas de padrões ético-morais de pesquisa, as assimetrias do poder científico, a solidariedade vs a exploração, a atração que desperta a biodiversidade, a conduta frente achados incidentais no desenvolvimento de projetos internacionais de pesquisa.

Estas proposições implicam em estratégias destinadas a promover um bom programa no Brasil para o nível de um programa **muito bom** de países com ciência e economia bem desenvolvidas (primeiro aspecto do desempenho em nível internacional acima mencionado, que vai além de uma inserção ou um reconhecimento). Implicam em procurar alternativas para superar as ainda sérias limitações para o acesso de tecnologias e abordagens contemporâneas. Passam por considerar novos modelos para fazer ciência (interdisciplinaridade, grandes questões das ciências biomédicas como as acima relacionadas) num país em desenvolvimento, baseados em conceitos, técnicas e abordagens originais (outro atributo da grande ciência internacional). Levam finalmente a pensar nos desafios intelectuais e conceituais que devem ser enfrentados na formação de novas gerações de cientistas com a sabedoria – mais do que simplesmente conhecimento – necessária para explorar as fronteiras de complexos problemas biológicos. E de conseguir isso tudo no período de uma geração. Como síntese das últimas considerações acima, a área se orienta para pensar no perfil, na qualificação dos novos doutores que se formam e que haverão de se formar nos seus programas até 2020 e depois, mais do que traçar estratégias para somente aumentar a produção científica.

Mais recentemente, e retornando então às precisões conceituais do início, a Área de Ciências Biológicas II passou a discutir em vários de seus Programas – num movimento que se expande – iniciativas de internacionalização que contribuam para defini-la para além de indicadores de desempenho e comparação, considerando os países do BRICS como uma arena prioritária. A perspectiva de continuidade, com ampliação das áreas temáticas, do recente Edital de 03.12.2015 para participar da Universidade em Rede dos BRICS, estimula a Área de Ciências Biológicas II a propor como meta para a primeira metade do próximo quadriênio a implantação do Programa de Pós-Graduação da Universidade dos BRICS “Saúde global numa dimensão mesoscópica: da molécula ao organismo inteiro”. Certamente, este poderá ser um programa que propicie a convergência e a associação para esta proposta de programas de todas as áreas do Colégio das Ciências da Vida.

Finalmente, ainda no plano de metas para ações de inserção internacional, a Área propõe a



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



realização concertada de movimentos “in bound” e “out bound”. Os primeiros, a partir de associações de Programas por regiões e através de seus Programas Multicêntricos, oferecendo disciplinas e estágios para estudantes estrangeiros e, desta forma – por regiões – aumentar a sua força e permitir escolhas que aproveitem a nossa enorme heterogeneidade e diversidade. E, em relação aos movimentos “out bound”, propor o estágio sanduiche obrigatório em porcentagem crescente, para atingir 80% dos doutorandos de cada Programa até o final dos próximos 8 anos.

b. No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da área para atribuição de notas 6 e 7.

Embora requerida no molde deste Documento de Área no contexto de internacionalização, a atribuição de notas 6 e 7 não decorre apenas deste reconhecimento e deste desempenho, como será explicitado em seguida. Há 3 critérios que devem ser simultaneamente atendidos. Todos os 3 devem ser reconhecidos nos Programas candidatos e todos os elementos de análise destes critérios deverão ser examinados em conjunto e comparativamente entre todos os programas elegíveis para notas 6 e 7.

1. Em relação ao conceito global de “internacionalização” do título do item, a área de Ciências Biológicas II considera que devem ser distinguidos três aspectos, como já acima desenvolvido: (i) a inserção internacional enquanto atuação de um programa; (ii) o reconhecimento deste desempenho através de comparação com o dos centros internacionais de referência para a área; e (iii) os sinais de prestígio acadêmico advindos deste reconhecimento. Assim, para avaliação deste quesito, serão examinados nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos e na criação de conhecimento.

2. O segundo critério, “nucleação”, é o de reconhecimento de consolidação e liderança nacional do Programa como formador de pessoal altamente qualificado para a pesquisa e a pós-graduação, contribuindo para a implantação de outros, o que é chamado de “Nucleação”. Assim, este item será avaliado comparativamente para os programas candidatos às notas 6 e 7 pela consolidação do programa como formador de recursos humanos e não apenas como importante centro de produção de pesquisa e pela liderança nacional na nucleação de programas de pós- graduação e de grupos de pesquisa. O desempenho, os destaques e a empregabilidade dos egressos nas suas diferentes facetas deverão ser objeto de cuidadosa análise. Elemento central para a análise deste item será a detecção de egressos que participam ativamente ou contribuíram na criação e consolidação de novos programas, com ênfase na atividade nucleadora dos últimos 10 anos. Adicionalmente poderão ser avaliados neste



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



item os egressos que estabeleceram grupos de investigação consolidados em empresas.

3. Inserção social e solidariedade regional com vistas à superação de assimetrias regionais, entre subáreas e entre diferentes níveis de ensino. Para a avaliação deste item deverão ser analisadas todas as atividades e iniciativas relatadas nos coletos que, para os conceitos de excelência, deverão mostrar características superlativas às estabelecidas para a avaliação dos itens e quesitos que mereceram conceito “muito bom”.

Assim, a apreciação dos critérios acima será precedida pela de todos os quesitos da ficha de avaliação. As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições.

Para Nota 6: (i) predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; (ii) nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e (iii) desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

Para Nota 7: (i) conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; (ii) nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área, incluindo aqueles contemplados com nota 6; e (iii) desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança), com marcante diferenciação em relação aos demais, de novo incluindo os contemplados com nota 6.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

No âmbito da internacionalização da ciência, tecnologia e inovação (CTI), os países que lideram a produção de conhecimento vêm desenvolvendo iniciativas para promover a integridade na conduta e comunicação e difusão da pesquisa. E o Brasil, desde os debates que se tornaram formais na metade da década passada, se tornou um dos protagonistas destacados em nível mundial. Essas iniciativas estão refletidas em ações concretas para estimular a integridade científica desde a proposição e revisão de projetos até as publicações acadêmicas. A comunidade científica no Brasil – bem como nos países com os quais colabora – acumula, portanto, desafios que incluem a promoção da conduta responsável na pesquisa e a ampliação da confiança pública na ciência. Essas questões estão fortemente atreladas às contribuições de nossa comunidade para fortalecer os mecanismos de correção da literatura e estimular práticas responsáveis no campo da gestão e governança da ciência e tecnologia. Essas práticas devem estar combinadas a políticas educacionais para a formação ética de jovens autores frente aos desafios postos pelos “sistemas de recompensa” da ciência, dentre outros. Documentos nacionais e internacionais reiteram a necessidade de que seja revisitada a conduta responsável entre pesquisadores jovens e seniores, dadas as crescentes questões éticas postas ao empreendimento científico nas mais diversas áreas. No âmbito nacional, a Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa do II Encontro Brasileiro sobre Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações (II BRISPE, 2012), já destacava que a liderança científica que o Brasil vinha conquistando na América Latina e no contexto internacional exigia “mais do que publicações científicas de alto impacto e pesquisadores qualificados...”.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) também estabeleceram diretrizes para estimular boas práticas científicas na nossa comunidade (FAPESP, 2011; CNPq, 2011). Esses documentos reforçam a ideia de que a “responsabilização nas atividades científicas e a confiança pública nos resultados de pesquisa...” se tornam particularmente relevantes num momento em que se intensificam diálogos entre ciência e sociedade (II BRISPE, 2012). A atenção a essa responsabilização é também expressa em documentos internacionais. Destacam-se a Declaração de Cingapura da 2^a Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa (2nd *World Conference on Research Integrity*, 2WCRI, 2010), a Declaração de Montreal (3WCRI, 2013), a Declaração do *Global Research Council* (*Global Research Council*, Berlim, 2013) e as Declarações do 5^o e do 60 Fórum Mundial de Ciência (Rio, 2013; Budapest, 2013). Em 2015, o



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Brasil sediou a 4ª Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa (4WCRI, 2015), no Rio de Janeiro, evento que teve como lema “Recompensas e integridade em pesquisa: aprimoramento de sistemas para promover uma pesquisa responsável”. Fizeram parte da conferência temas como os desafios emergentes para a integridade em pesquisa associados às novas fronteiras científicas e o fomento da conduta responsável na comunicação da ciência, bem como de práticas editoriais responsáveis.

O conjunto de atividades que envolvem integrantes de diferentes programas de pós-graduação de diferentes áreas e que mostram visibilidade local e global continuaram em 2016 com o IV BRISPE, cujo lema se centra no papel dos orientadores dos editores e dos financiadores. Emoldurados numa discussão ampla da ciência na sociedade, o evento abordou temas como o reforço da cultura da ética e da integridade, a confiança do público nos resultados da pesquisa, a confiabilidade dos registros de pesquisa – algo de singular relevância para os protocolos em áreas experimentais como as incluídas nas Ciências Biológicas II – e os câmbios graduais e evidentes nos sistemas de comunicação e recompensa. A CAPES, uma das principais apoiadoras na organização, junto com o CNPq, a FAPESP, a FAPERJ, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências, dentre outras instituições, teve um papel essencial para o sucesso da 4WCRI. Esse envolvimento reitera o compromisso da CAPES em fomentar e fortalecer a cultura de integridade na pesquisa no sistema nacional de pós-graduação.

Dessa forma, algumas ações são necessárias para que os Programas da Área cultivem essa cultura de integridade através de algumas ações específicas. A área entende que cabe aos docentes de cada Programa desenvolver estratégias educacionais e didáticas para a incorporação do tema “conduta responsável e integridade em pesquisa” através de disciplinas, cursos, oficinas e seminários. A adoção de cursos *online* que tratam da temática pode ser uma dessas estratégias, mas não devem ser a única forma de abordagem. Além disso, nesse fortalecimento da integridade científica nos Programas, os orientadores têm papel decisivo. Além de serem responsáveis em promover boas práticas científicas, devem intensificar a atenção ao ambiente de pesquisa nos grupos que gerenciam, e fomentar essas práticas entre jovens pesquisadores. Essas ações, além do caráter formativo que têm, são preventivas. Em estudo recente (DuBois *et al.* Nature 534: 173–175, 2016) foi descrito que cientistas estabelecidos muitas vezes cometem desvios éticos que levam a má conduta científica por se encontrarem sob forte pressão no ambiente de pesquisa, negligenciando tarefas de supervisão e ignorando normas que lhes parecem burocráticas. Esse também é um aspecto que deve ser contemplado nas estratégias a serem desenvolvidas nos Programas e, por isso, depois de um quadriênio de debates e reflexões a próxima avaliação constituirá uma oportunidade única para apreciar os avanços ocorridos.



Ministério da Educação
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Diretoria de Avaliação
08.bio2@capes.gov.br



Há outro aspecto que a área considera relevante para avançar no caminho da internacionalização e responder à pergunta que sintetiza os desafios que ela envolve. A projeção é para além da internacionalização de um conjunto de programas das Ciências Biológicas II:

Quais as chances que os cientistas brasileiros têm de tornarem-se “top leaders” no cenário internacional em suas respectivas áreas de pesquisa nas próximas décadas? Nosso foco não deve ser em limitações econômicas e administrativas impostas à comunidade científica no Brasil, mas sim em estratégias intelectuais e conceituais para driblar todas essas limitações. (IV Symposium Covian, Departamento de Fisiologia, USP/RP, 23–25 de maio, 2008).

Estas proposições implicam em estratégias destinadas a promover um bom programa no Brasil para o nível de um programa muito bom de países com ciência e economia bem desenvolvidas (primeiro aspecto do desempenho em nível internacional acima mencionado, que vai além de uma inserção ou um reconhecimento). Implicam em procurar alternativas para superar as ainda sérias limitações para o acesso de tecnologias e abordagens contemporâneas. Também implicam em pensar nos desafios intelectuais e conceituais que devem ser enfrentados na formação de novas gerações de cientistas, com a sabedoria – mais do que simplesmente conhecimento – necessária para explorar as fronteiras de complexos problemas científicos do nosso tempo. E mais: conseguir isso tudo no período de uma geração. Como síntese das últimas considerações acima, e reafirmando o que foi apresentado nas reflexões sobre internacionalização, a área se orienta para pensar na formação dos novos doutores – nos aspectos de conhecimento, de percepção e criação de novas fronteiras para a ciência e de atores numa reforçada cultura de ética e integridade nos espaços de pesquisa – buscando muito mais do que traçar estratégias para somente aumentar a produção científica de seus programas e instituições.

Este documento, cuja linha condutora é a do Documento de Área 2013, contou com as contribuições de Maria Júlia Manso Alves (USP) e Cláudio Guedes Salgado (UFPA), Coordenadora e Coordenador Adjunto à época, respectivamente. Contribuíram ainda Benedito Honório Machado (USP/RP) e Sheila Farage (FIOCRUZ/RJ), atuais Coordenadores Adjuntos. Debora Foguel (UFRJ), Norberto Garcia Cairasco (USP/RP), Ana Paula Arruda (UFRJ), Vagner Antunes (USP), Fernando Abdulkader (USP), Martha Sorenson (UFRJ), Carlos Mello (UFSM), Glória Duarte (UFPE), Marcio V. Ramos (UFC) e Sônia Vasconcelos (UFRJ) contribuíram em aspectos específicos. Foram especial fonte de inspiração as intervenções dos quase 100 participantes do Seminário “Fotografia do Meio Termo” 2015, para os quais a Área reitera seu reconhecimento.

Brasília, 22 de novembro de 2016.

ANEXO D – Acordo CAPES/COFECUB

301

ANEXO A – Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

O Governo da República Federativa do Brasil

E

O Governo da República Francesa

Tendo em vista o Acordo Cultural de 6 de dezembro de 1948,

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Científica e Técnica de 16 de janeiro de 1967,

Considerando que os dois Governos desejam favorecer o desenvolvimento de intercâmbio entre as universidades brasileiras e francesas,

Desejosos de concluírem um acordo básico relativo a um programa da cooperação com essa finalidade;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo tem por objetivos:

- 1) O estabelecimento de um sistema de acompanhamento acadêmico dos docentes-pesquisadores brasileiros enviados a universidades francesas através do programa regular de bolsas de estudo mantido e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura da República Federativa do Brasil.
- 2) O desenvolvimento de setores específicos em cada uma das universidades brasileiras participantes através do programa de intercâmbio universitário já mantido pela CAPES, compreendendo:
 - a) o envio a universidades brasileiras de professores visitantes franceses para participação em programas de ensino e pesquisa;

- b) o envio a universidades francesas de docentes brasileiros em missões de curta duração para aperfeiçoamento de sua formação em pesquisa, com vistas ao desenvolvimento do ensino brasileiro de pós-graduação;
- c) o intercâmbio de missões de identificação e de avaliação;
- d) a execução de programa conjuntos de pesquisa;
- e) o intercâmbio de informação científicas, de documentação especializada e de publicações.

ARTIGO II

O presente Acordo não se aplica ao programa de bolsas de estudo e bolsas de estágio financiado pelo Governo francês, nem aos demais projetos e atividades de cooperação universitária executados no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, os quais terão prosseguimento conforme os dispositivos que os regem.

ARTIGO III

A responsabilidade pela execução do presente Acordo, do lado brasileiro, é confiada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura.

ARTIGO IV

A responsabilidade pela execução do presente Acordo do lado francês, é confiada ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), órgão vinculado à Conferência dos Presidentes das Universidades Francesas.

ARTIGO V

O sistema geral de acompanhamento acadêmico referido no Artigo I, item 1, deste Acordo, reger-se-á de conformidade com as seguintes disposições:

- 1) As bolsas e despesas de viagem dos docentes brasileiros aceitos para a realização do doutorado de 3º ciclo, do doutorado de engenharia e do doutorado de estado serão assegurados pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil;
- 2) Os salários do pessoal docente incluído em programas de treinamento previstos no item anterior serão assegurados pelas universidades de origem;
- 3) O financiamento necessário referente ao custo adicional com as despesas de pesquisa, como parte deste treinamento, será estudado caso a caso pela CAPES e assegurado pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil;
- 4) O financiamento necessário referente ao custo adicional para o acompanhamento acadêmico específico dos bolsistas brasileiros deste programa ocorrerá por conta do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França;
- 5) Os custos adicionais serão estimados levando em consideração os ensinamentos eventuais que antecedam aos ciclos de doutorado, a especificidade do tema de tese, a área de concentração e o acompanhamento dos bolsistas brasileiros;

- 6) O acompanhamento dos bolsistas brasileiros será supervisionado por um responsável, designado pelas universidades francesas que os acolherem;
- 7) Incluir-se-ão no caso anterior os estágios de pesquisa de, no máximo, um ano de duração, destinados a complementar a formação em pesquisa realizada no Brasil.

ARTIGO VI

Os bolsistas beneficiários deste Acordo deverão demonstrar nível de conhecimento linguístico conforme as exigências para admissão nas universidades francesas, desfrutando, caso necessário, das mesmas oportunidades de treinamento oferecidas aos bolsistas do Governo francês.

ARTIGO VII

Para as missões de curta duração de docentes brasileiros na França, com duração máxima de seis meses, os custos relativos às viagens e às bolsas, em partes iguais, por conta do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

ARTIGO VIII

A participação de professores visitantes franceses nos programas previstos por este Acordo deverá observar os procedimentos atualmente em vigor entre os dois países, em conformidade com os Acordos mencionados no Preâmbulo.

ARTIGO IX

- 1) As despesas com a estada das missões de identificação e de avaliação de curta duração de professores franceses serão custeadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, quando se realizarem no Brasil; e as despesas com a estada das missões de identificação e de avaliação dos professores brasileiros serão custeadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, quando se realizarem na França.
- 2) As despesas de viagem dos brasileiros ficarão a cargo do Ministério da Educação e Cultura brasileiro e as despesas dos franceses ficarão a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês.

ARTIGO X

A seleção dos bolsistas beneficiários deste Acordo será feita, mediante proposição da CAPES, em reuniões realizadas no Brasil, por uma comissão da qual participarão responsáveis pelo ensino de pós-graduação francês, designados pelo COFECUB.

ARTIGO XI

As questões de equivalência de diplomas serão submetidas à Comissão Mista Franco-Brasileira de Cooperação Cultural, Científica e Técnica; as duas partes farão as recomendações que julgarem oportunas às autoridades competentes.

ARTIGO XII

Será realizada uma reunião anual de representantes da CAPES e do COFECUB, alternadamente na França e no Brasil, para avaliar os programas de cooperação em curso e elaborar os do ano seguinte. Serão elaborados, em documentos separados, o programa referente a bolsas de estudo de pesquisadores-docentes brasileiros na França (Artigo I, item 1, deste Acordo) e o programa referente às demais atividades de intercâmbio previstas neste Acordo (Artigo I, item 2, e Artigos VII, VIII e IX deste Acordo).

ARTIGO XIII

Dois anexos financeiros serão estabelecidos anualmente e definirão nos limites das verbas anuais disponíveis, os recursos alocados para a execução dos programas previstos neste Acordo, fixando as participações respectivas do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

ARTIGO XIV

O programa referente às atividades de intercâmbio previstas no Artigo I, item 2, e Artigos VII, VIII e IX deverá conter a discriminação das universidades participantes e das áreas de conhecimento abrangidas, bem como a descrição das atividades a serem desenvolvidas e a respectiva duração e custos. Após sua elaboração, este programa será submetido pela CAPES aos órgãos brasileiros competentes para aprovação e formalização junto ao Governo francês, nos termos do Decreto n° 65.476, de 21 de outubro de 1969.

ARTIGO XV

- 1) A aplicação deste Acordo será feita com base em convênios interuniversitários, os quais definirão os compromissos mútuos das universidades brasileiras e francesas interessadas, nas áreas ou domínios fixados;
- 2) Estes convênios deverão ser estabelecidos com base no convênio interuniversitário padrão elaborado pela CAPES e o COFECUB.

ARTIGO XVI

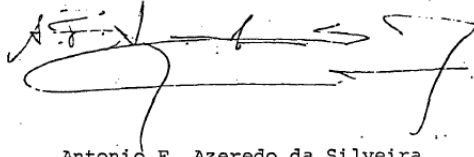
O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração de cinco anos.

Poderá ser denunciado por uma das partes mediante aviso prévio de seis meses, notificado por escrito. Em todos os casos a denúncia não atingirá as bolsas em andamento, as quais terão sua continuidade assegurada.

O presente Acordo não poderá ser modificado por iniciativa de uma das Partes, salvo se a modificação for aceita de comum acordo.

Feito em Brasília, aos _____ dias do mês de outubro de 1978, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesas e francesas, os dois textos fazendo igual fé.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:



Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

Pelo Governo da República
Francesa:



Louis de Guiringaud
Ministro dos Negócios
Estrangeiros

ANEXO B – Ajuste Complementar, no âmbito da cooperação interuniversitária, ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 16 de janeiro de 1967

AJUSTE COMPLEMENTAR, NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITARIA, AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTIFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ASSINADO EM 16 DE JANEIRO DE 1967.

O Governo da República Federativa do Brasil,

e

O Governo da República Francesa.

Tendo em vista o Acordo Cultural de 6 de dezembro de 1948.

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Científica e Técnica de 16 de janeiro de 1967,

Desejosos de favorecer o desenvolvimento dos intercâmbios entre as universidades brasileiro e franceses.

Resolvem acordar o que segue:

ARTIGO I

O presente ajuste tem por objetivos:

1 – A criação de um sistema de intercâmbio universitário pelo qual os professores-pesquisadores brasileiros e franceses desenvolvem pesquisas científicas dentro de convênios entre as universidades brasileiras e francesas;

2 – A formação e aperfeiçoamento de professores e pesquisadores em setores específicos;

3 – A troca de informação científicas, de documentação especializada e de publicação universitárias;

4 – A valorização intelectual e, conforme o caso, a utilização econômica comum dos resultados científicos e técnicos.

ARTIGO II

A responsabilidade pela execução do presente ajuste do lado Brasileiro está a cargo da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério das Relações Exteriores.

ARTIGO III

A responsabilidade pela execução do presente Ajuste, do lado Francês, está a cargo do “Comité Français d’Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil” (COFECUB), organismo vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Educação Nacional.

ARTIGO IV

Este Ajuste será implementado, sob a forma de projetos interuniversitários previamente aprovados, pelas partes e executados de acordo com os convênios específicos entre as universidades brasileiras e francesas interessadas.

ARTIGO V

A realização dos objetivos mencionados no Artigo I será obtida pelos seguintes meios:

a) troca de missões de identificação para analisar as condições de realização das propostas de pesquisas constantes dos ante - projetos, previamente examinadas, pelos especialistas da CAPES e do COFECUB incubidos da avaliação.

A duração destas missões não poderá exceder vinte (20) dias, sendo previstas uma (1) só missão de uma pessoa por ante – projeto para cada umas das partes; o ante – projeto

torna-se projeto logo que o COFECUB e a CAPES recebam o parecer científico favorável;

b) troca de missões de trabalho (ensino e pesquisa), para a execução dos projetos aceitos conjuntamente;

c) missões de avaliação dos projetos aprovados previamente pelas duas partes;

d) envio de bolsistas brasileiro em missões de estudos de:

- pós - doutorado;

- doutorado em tempo integral na França, ou preparação em tempo parcial (período de estudos na França e a conclusão da tese no Brasil ou vice-versa);

- a título excepcional, especialização, em função da natureza do projeto;

e) envio de bolsistas franceses em missões de estudos de doutorado no Brasil;

f) publicação de trabalhos ligados às pesquisas efetuadas no quadro do presente Ajuste, intercâmbio de publicações de interesse para as duas partes, publicação de trabalhos ligados às teses dos bolsistas beneficiários do presente Ajuste;

g) o Governo francês colocará à disposição das universidades brasileiras, livros e documentos, bem como equipamentos específicos, indispensáveis à realização das pesquisas;

h) anualmente o COFECUB e a CAPES submeterão à apreciação do Grupo de trabalho bilateral, criado pela Comissão Mista realizada em Brasília nos dias 18,19 e 20 de março de 1981, os resultados e as perspectivas da cooperação.

ARTIGO VI

O presente Ajuste não se aplica ao programa de bolsas de estudos e de estágios pelo Governo Francês, nem ao programa normal de bolsas da CAPES para o exterior, e nem outros projetos e atividades de Cooperação universitária do Acordo Base de Cooperação Científica e Técnica, que se desenvolvem em conformidade com as disposições que os regem.

ARTIGO VII

Os órgãos responsáveis definidos nos Artigos II e III determinarão, de comum acordo, os procedimentos para a execução deste Ajuste, adaptando-os, cada vez que se fizer necessário, aos projetos e programas específicos, sob sua responsabilidade. Deverão apresentar um relatório de atividades que constará em anexo à data do grupo de trabalho

franco – brasileiro de cooperação técnico – científico criado pela Comissão Mista de março de 1981.

ARTIGO VIII

O sistema de intercâmbio universitário previsto no Artigo I, alínea 1, deste Ajuste, obedece às disposições seguintes:

- 1) As bolsas e as despesas de viagem dos professores brasileiros previstas no Artigo V, d) serão assumidos pela CAPES – Ministério da Educação e do Desporto do Brasil;
- 2) Os salários dos professores incluídos nos programas de estudos previstos no parágrafo precedente serão assumidos pelas universidades de origem do professor;
- 3) O financiamento correspondente ao custo específico das eventuais despesas de pesquisa ligadas a este aperfeiçoamento será estudado, caso a caso, pelo COFECUB e assegurado pela parte francesa;
- 4) O acompanhamento desses bolsistas será feito por um responsável designado pelo Conselho Científico do COFECUB;
- 5) A parte francesa oferecerá aos bolsistas brasileiros, desde Ajuste, cursos preparatórios de línguas no Brasil e posteriormente, um estágio de aprendizagem da língua por ocasião de sua chegada à França, comprometendo-se o lado brasileiro a oferecer cursos similares aos bolsistas franceses.
- 6) Para a realização de missões de identificação e de trabalho de professores – pesquisadores brasileiros na França, os custos relativos às viagens de ida e volta estarão a cargo da CAPES e as despesas de estada terão um valor equivalente ao da bolsa científica de alto nível, categoria B, do Governo francês e serão assumidas pela parte francesa;
- 7) Para a realização de missões de professores – pesquisadores franceses no Brasil, os custos relativos às viagens de ida e volta ficarão a cargo da parte francesa e as despesas de estada ficarão a cargo da CAPES e terão um valor correspondente a 80 US\$ dólares por dia, pagos ao beneficiário no dia de sua chegada, para missões com duração máxima de 60 dias. Aos professores/pesquisadores em missões com duração superior a 2 meses a CAPES pagará um salário compatível com as disposições estabelecidas pelas agências de fomento brasileiras.

Os pagamentos acima mencionados estarão isentos de todos os impostos e taxas, conforme os Artigos XIX e XX da convenção franco – brasileiro de 10 de setembro de 1971;

8) O financiamento de viagem e da estada dos bolsistas franceses nas universidades brasileiras será assegurado pela parte francesa.

Os compromissos financeiros serão autorizados dentro do limite das disponibilidades orçamentárias das duas partes.

ARTIGO IX

A seleção dos bolsistas brasileiros enquadrados no Artigo V, alínea d), desde Ajuste, será efetuada pela CAPES, segundo os critérios adotados regulamente pelo programa de bolsas no exterior, levando em conta também a apreciação dos coordenadores brasileiros e franceses dos projetos, designados, respectivamente, pela CAPES e COFECUB.

ARTIGO X

Os candidatos às missões enquadradas no Artigo V, alínea a), b) e c), são propostos pelo coordenador do projeto de uma das partes e, aceitos pela outra parte, e deverão ser aprovados pela CAPES quando se tratar de um candidato brasileiro ou pelo COFECUB quando se tratar de um candidato francês.

ARTIGO XI

Para os bolsistas brasileiros com título de mestre, selecionados no âmbito deste Ajuste, os coordenadores brasileiros e franceses, com o auxílio do COFECUB, fornecerão às universidades francesas todas as informações que podem conduzir à dispensa do Diploma de Estudos Aprofundados (D.E.A.) para estudantes que estejam em vias de preparar tese de doutorados. Em tal circunstância, serão examinados, caso a caso, os eventuais complementos de formação necessários à obtenção do citado diploma.

ARTIGO XII

A seleção dos bolsistas franceses que deverão cumprir estágios no Brasil, no âmbito deste Ajuste, será efetuada pelo COFECUB, levando em conta a aprovação do plano de estudos pelos coordenadores brasileiros e franceses do projeto e de conformidade com as normas das universidades brasileiras.

ARTIGO XIII

As questões de reconhecimento revalidação de diplomas serão tratados de acordo com as legislações em vigor em cada país.

ARTIGO XIV

Uma reunião será realizada anualmente com representante das duas partes, alternadamente na França e andamento, decidir sobre o encerramento ou a orientação dos projetos e propor a programação do ano seguinte.

ARTIGO XV

Os ante-projetos serão apresentados por via diplomática.

ARTIGO XVI

O presente Ajuste pode aplicar-se após acordo conjunto da CAPES e do COFECUB aos programas de formação e de pesquisa, associando equipes pertencentes a várias universidades e instituições de formação e pesquisa. Neste último caso, os responsáveis por estas instituições assinarão, com os Reitores das universidades, os convênios sob a forma prevista no Artigo IV.

ARTIGO XVII

O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma vigência de cinco anos e, a seu término, será tacitamente prorrogado por igual período. Poderá ser denunciado por uma das partes signatárias, com aviso prévio de seis meses notificado por

escrito. A denúncia não atingirá os projetos em cursos, cuja continuidade estará assegurada, salvo decisão em contrário.

O presente Ajuste poderá ser modificado em comum acordo.

Feito em dois exemplares, em línguas portuguesa e francesa, ambos dignos de fé.

Pelo Governo Da República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República Francesa

Ministério Das Relações Exteriores

Ministério dos Negócios Franceses

ANEXO E – Acordo CAPES/FULBRIGHT

COMISSÃO PARA O INTERCÂMBIO EDUCACIONAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O BRASIL



EDIFÍCIO CASA THOMAS JEFFERSON — SEP - SUL W - 4 ENTREQUADRAS 706/906 — 70.390 BRASÍLIA, D. F.
TELEFONES: 244-1080 - 244-1270

FULBRIGHT COMMISSION

ACORDO QUE ENTRE SI FAZEM A COMISSÃO FULBRIGHT E A COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

1. A Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil - Comissão Fulbright, organização binacional, criada em 05 de novembro de 1957, por troca de notas entre a Embaixada Americana e o Ministério das Relações Exteriores, doravante denominada simplesmente CF e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, doravante designada simplesmente CAPES, concordam em renovar entre si um programa de cooperação, com o fito de apoiar atividades de pesquisa e educacionais, a nível de pós-graduação, envolvendo professores universitários e pesquisadores brasileiros e americanos, para isso destinando recursos necessários.
2. A cooperação entre a CF e a CAPES será desenvolvida no Brasil e nos Estados Unidos através das seguintes atividades:
 - 2.1 - bolsas de pós-doutoramento para brasileiros, em áreas de interesse comum;
 - 2.2 - bolsas de especialização para brasileiros em áreas de interesse comum, com a duração aproximadamente de até 10 (dez) meses.
 - 2.3 - bolsas a professores e pesquisadores americanos, para ensino, pesquisa ou consultoria com duração média de 5 (cinco) meses, a convite de universidades ou instituições brasileiras;
 - 2.4 - outras atividades:

a) Intercâmbio Institucional

Viagens de representantes americanos ou brasileiros, vinculados a instituições de ensino e pesquisa, para promoção de atividades de intercâmbio de administradores, pesquisadores e professores, bem como realização de conferências e consultorias a projetos conjuntos de pesquisa com duração de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses.

b) Seminários de atualização no Brasil

Para os seminários de atualização e programas complementares, serão concedidas bolsas para especialistas americanos, com duração de pelo menos 15 (quinze) dias.

2.5 - Fica entendido que os limites acima fixados poderão ser alterados por mútuo consentimento.

2.6 - Fica estabelecido que os compromissos financeiros a cargo da CAPES e efetuados no Brasil, serão realizados em moeda nacional, em conformidade com a modalidade estabelecida em adendo financeiro.

3. Outros tipos de atividades poderão ser incluídos no programa, futuramente, se ambas as partes julgarem oportuno.

4. Para assegurar maior eficácia ao programa, a CF e a CAPES, procederão à definição dos programas e áreas prioritárias, com base em consultas recíprocas preferencialmente realizadas no mês de janeiro.

Os resultados dessas consultas serão discutidas em reunião conjunta e formarão a base do programa para o ano em discussão. Inicialmente, fica estabelecido que será dada prioridade, sem exclusividade, às áreas de Humanidade, Ciências Sociais e Artes.

4.1 - As propostas para bolsas de pós-doutoramento e especialização para brasileiros nos Estados Unidos da América deverão ser apresentadas a CAPES, em prazo a ser fixado cada ano, para início no ano subsequente.



As propostas serão analisadas quanto ao mérito inicialmente pela CAPES, e em seguida pela CF, aprovadas em reunião conjunta CAPES/CF, por representantes previamente indicados por ambas as instituições.

4.2 - As propostas de professores e pesquisadores americanos serão encaminhadas pelas instituições brasileiras à CF que as analisará quanto ao mérito, e em seguida a CAPES, para o mesmo fim, e aprovadas em reunião conjunta CAPES/CF, por representantes previamente indicados por ambas as instituições.

4.2.1 - A CF submeterá ainda a CAPES, sempre que possível, com antecedência de 30 (trinta) dias, o plano final de trabalho, qualificação do professor ou pesquisador americano e a confirmação do interesse das entidades brasileiras beneficiárias.

4.3 - Com relação às atividades preconizadas no item 2.4:

- a) Intercâmbio Institucional
- b) Seminários de Atualização no Brasil.

Adotar-se-ão, no que couber, os procedimentos descritos nos itens 4.1 e 4.2, respectivamente, para brasileiros e americanos.

5. As responsabilidades financeiras das duas entidades ficam assim delineadas:

5.1 - A CAPES contribuirá, anualmente, com:

- 1) passagens internacionais de ida e volta, inclusive percursos internos, desde o local de origem ao de destino, do Brasil para os Estados Unidos da América e vice-versa, passagens essas a serem concedidas consoante as normas do Governo Brasileiro sobre a matéria;



- 2) bolsas de pós-doutoramento para professores e pesquisadores brasileiros nos Estados Unidos; e
- 3) bolsas ou auxílios para professores e pesquisadores brasileiros nos Estados Unidos, professores e pesquisadores americanos no Brasil.

5.2 - A CF se responsabilizará pelo pagamento de:

- 1) bolsas de pós-doutoramento para professores e pesquisadores brasileiros nos Estados Unidos;
- 2) bolsas de manutenção para professores e pesquisadores americanos no Brasil;
- 3) bolsas de especialização para brasileiros nos Estados Unidos;
- 4) diárias para administradores, pesquisadores ou professores brasileiros e americanos de projetos de Intercâmbio Institucional;
- 5) diárias para americanos, bem como suporte administrativo para seminários de atualização no Brasil;
- 6) seguro de saúde e acidentes para todos os participantes; e,
- 7) quando for o caso, passagens internas nos Estados Unidos da América para bolsistas Brasileiros e no Brasil para bolsistas americanos, para viagens relacionadas com projetos de pesquisa; contribuição para aquisição de livros e/ou materiais técnicos.

5.3 - Os valores das contribuições a que se referem os itens 5.1 e 5.2, serão fixados anualmente entre as partes, mediante adendos financeiros a este acordo.



6. O presente instrumento entrará em vigor no ato de sua assinatura e terá vigência pelo prazo de 3(três) anos, devendo as partes destinar os recursos necessários a sua execução, preferencialmente a partir de janeiro de 1984.

7. O presente Acordo poderá ser denunciado mediante manifestação das partes, com antecedência mínima de 3(três) meses, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, a denúncia deste instrumento implicará na cessação de qualquer das atividades que estiverem em andamento.

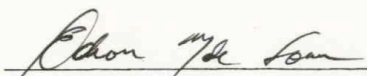
8. O presente Acordo poderá ser modificado por negociação direta entre as partes através de troca de correspondência.

9. O presente será automaticamente renovado por igual período não havendo manifestação contrária de nenhuma das partes.

O presente Acordo foi assinado em Brasília-DF., no dia de fevereiro de 1984, em 2(duas) vias, em inglês e português, de igual teor.

Brasília-DF de April 4 de 1984.

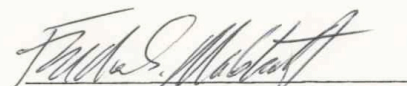
Pela CAPES



Dr. Edson Machado de Souza

Diretor

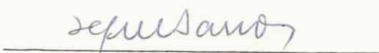
Pela Comissão Fulbright



Mr. Frederic S. Mabbatt

Presidente do Conselho Diretor

Testemunhas




ANEXO F – Acordo CAPES/DAAD

ANEXO3

BRASIL REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

– Assinado em Bonn a 9 de junho de 1969.

– Aprovado pelo Decreto-Lei Nº 681, de 15 de julho de 1969, publicado no D.O. de 16 de julho de 1969.

Acordo Geral entre o Governo da República Federativa da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a cooperação nos setores da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico.

O Governo da República Federal da Alemanha

e

o Governo da República Federativa do Brasil

- tendo por base as relações amistosas existentes entre ambos os Estados,
- considerando seus interesses comuns em relação ao fomento da pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico,
- conscientes das vantagens resultantes para ambos os países de uma estreita cooperação no campo da ciência e da tecnologia,
- considerando que um acordo sobre a cooperação nos setores da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico complementa o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) no campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica, de 9 de junho de 1961, acordam entre si as presentes disposições:

Artigo 1

§1 – As Partes Contratantes fomentarão, com finalidades pacíficas, a colaboração entre ambos os países nos domínios da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico.

§2 – Os seguintes campos são especialmente considerados para cooperação:

- A) Energia Nuclear e Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear;
- B) Pesquisa Espacial;
- C) Pesquisa Aeronáutica;
- D) Oceanografia;
- E) Documentação Científica;
- F) Processamento Eletrônico de Dados;

§3 – A cooperação em cada campo será objeto de convênios especiais, que serão negociados pelas Partes Contratantes ou, com a sua anuência, pelos órgãos por elas designados. Esses convênios especiais entrarão em vigor, sempre que necessário, mediante troca de notas.

Artigo 2

§1 – A cooperação poderá revestir-se das seguintes formas:

- a) Intercâmbio de informações sobre a pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
- b) Intercâmbio de cientistas, de peritos e de pessoal técnico;

c) Execução simultânea, execução conjunta e execução articulada de tarefas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

d) Utilização de equipamento e de instalações científicas e técnicas;

§2 – As Partes Contratantes facilitarão, na medida de suas possibilidades, o fornecimento de material e equipamentos.

§3 – Os convênios especiais celebrados de acordo com o artigo 1º, §3, deste Acordo, estabelecerão a que cabem os benefícios decorrentes da execução conjunta de tarefas de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico.

Artigo 3

§1 – As despesas com o transporte do pessoal científico e tecnológico intercambiado na forma do presente acordo serão pagas pelo país que o envia, enquanto as despesas com a manutenção do mesmo pessoal serão pagas pelo país que o recebe, mediante constituição de fundos especiais, cujo montante será convencionado anualmente, com periódico acerto de contas.

§2 – A cobertura dos custos da cooperação com fins de execução simultânea, conjunta e articulada de tarefas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, de utilização de equipamentos e de instalações científicas e técnicas será regulada nos convênios especiais negociados em conformidade com o artigo 1º, §3 deste Acordo.

Artigo 4

§1 – A fim de fomentar a implementação deste Acordo Geral e dos convênios especiais nele previstos, fica constituída uma Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

§2 – A Comissão Mista reunir-se-á, normalmente, uma vez por cada ano, alternadamente, na República Federal da Alemanha e no Brasil. Para o exame de questões especiais, a Comissão poderá constituir grupos de peritos.

Artigo 5

§1 – O intercâmbio de informações nos setores abrangidos pelo presente Acordo Geral poderá realizar-se entre institutos de pesquisa, órgãos de documentação especializada e bibliotecas especializadas, quando designados expressamente pelos órgãos incumbidos da execução dos convênios especiais previstos no artigo 1º, §3 deste Acordo.

§2 – As Partes Contratantes poderão transmitir as informações recebidas a entidades públicas ou mantidas por recursos públicos, a empresas e instituições de utilidade pública. Esta possibilidade pode ser limitada ou excluída pelas Partes Contratantes ou pelos órgãos por elas designados nos convênios especiais celebrados segundo o artigo 1º, §3.

Fica excluída ou limitada a transmissão de informações a outros órgãos ou pessoas nos casos em que a outra Parte Contratante ou os órgãos por elas designados assim o determinarem antes do intercâmbio ou na oportunidade de sua execução.

§3 – Cada Parte Contratante deverá assegurar-se de que os receptores de informações autorizados por este Acordo ou pelos convênios especiais celebrados para a sua execução não as transmitam a órgãos ou pessoas que, em conformidade com este Acordo e os convênios especiais celebrados segundo o artigo 1º, §3, não estão autorizados a receber tais informações.

Artigo 6

Cada Parte Contratante promoverá, na medida do possível, o intercâmbio e utilização de invenções e experimentos técnicos protegidos por patentes ou marcas registradas cujos proprietários sejam particulares.

Artigo 7

§1 – Este Acordo não se aplicará a:

- a) Informações sobre as quais não possam dispor as Partes Contratantes ou os órgãos por elas designados, por procederem essas informações de terceiros ou por estar excluída a sua transmissão;
- b) Informações e direitos comerciais assegurados e de propriedade particular que, em virtude de convênios com outro Governo, não possam ser transmitidos ou transferidos.

§2 – A transmissão de informações de valor comercial dá-se com base em convênios especiais que, ao mesmo tempo, regulamentam as condições de transmissão.

§3 – Este artigo será aplicado de acordo com as leis vigentes e demais prescrições válidas no território de cada uma das Partes Contratantes.

Artigo 8

§1 – A não ser que haja acerto especial a respeito, a transmissão de informações e o fornecimento de material, equipamentos e demais utilidades feitos com base no presente Acordo ou nos convênios especiais celebrados para sua execução, não dão fundamento a responsabilidade alguma entre as Partes Contratantes no que se refere à exatidão das informações transmitidas ou à adequação dos objetos fornecidos para um determinado fim.

§2 – Os convênios especiais celebrados de acordo com o artigo 1º, §3, regulamentam, se necessário, e em especial:

- a) no que diz respeito à relação das Partes Contratantes ou dos órgãos por ela designados entre si,
 - a responsabilidade por prejuízos causados a terceiros em decorrência da transmissão de informações, do fornecimento de material e equipamentos e demais utilidades e do intercâmbio de pessoal, efetuados segundo este Acordo ou os convênios especiais celebrados para sua execução.
 - a responsabilidade por prejuízos causados ao pessoal de uma das Partes Contratantes ou ao pessoal de um dos órgãos por ela designados segundo este Acordo ou os convênios especiais celebrados para a sua execução, incluindo um seguro eventualmente necessário para cobrir tais riscos.
- b) a responsabilidade por prejuízos causados a uma das Partes Contratantes em virtude de ações ou omissões do pessoal da outra Parte ou do pessoal de um dos órgãos por ela designados.

Artigo 9

§1 – Dentro das prescrições legais válidas no seu respectivo âmbito interno, as Partes Contratantes devem cuidar que os equipamentos e materiais importados ou exportados com base nos convênios especiais celebrados segundo o artigo 1º, §3, demais gravames incidentes sobre importações e exportações.

§2 – Dentro das prescrições legais válidas no âmbito interno, as Partes Contratantes permitirão aos cientistas, técnicos e pesquisadores participantes da execução dos convênios especiais celebrados segundo o artigo 1º, §3, pelo tempo que durar sua permanência no

país, a importação e exportação livres de taxas e impostos de objetos destinados ao seu uso pessoal e familiar, inclusive de um veículo por família.

Artigo 10

As Partes Contratantes darão apoio ao pessoal científico e tecnológico intercambiado na forma dos convênios especiais (art. 1º, §3), através dos órgãos estatais competentes, para a implementação das tarefas que lhe forem confiadas. Com essa finalidade, na medida em que permitam as prescrições legais válidas no âmbito interno, emitirão, inclusive, um documento de identidade.

Artigo 11

O pessoal enviado na forma dos convênios especiais submeter-se-á às prescrições e instruções vigentes no local de trabalho em que exerçam a função que lhe foi confiada, para que suas atividades se realizem de forma ordenada e segura.

Artigo 12

§1 – As divergências surgidas quanto à interpretação ou à aplicação deste Acordo serão dirimidas sempre que possível pelas Partes Contratantes.

§2 – Caso não seja possível dirimir uma divergência por negociação direta, cada parte contratante pode exigir que a divergência seja submetida à decisão da Corte Permanente de Arbitragem de Haia.

Artigo 13

Este Acordo será válido também no "Land" Berlim, caso o Governo da República Federal da Alemanha não fizer ao Governo da República Federativa do Brasil declaração em contrário dentro de três meses a contar da data em que entrar em vigor este Acordo.

Artigo 14

§1 – O presente Acordo entra em vigor tão logo ambas as Partes Contratantes comuniquem uma a outra que estão preenchidas as formalidades internas legais para sua vigência.

§2 – O presente Acordo será válido pelo período de 5 anos, prorrogando-se por períodos sucessivos de um ano, a não ser que uma das Partes Contratantes venha a denunciá-lo com 12 meses de antecedência mínima. Se deixar de vigorar o Acordo em virtude de denúncia, suas disposições serão válidas pelo tempo e na medida que forem necessárias para assegurar a execução dos convênios especiais celebrados de acordo com o artigo 1º, §3 e que se encontrem ainda em execução na data em que deixar de vigorar o Acordo. A vigência dos convênios especiais celebrados em conformidade com o artigo 1º, §3, não será atingido pela denúncia deste Acordo.

Celebrado em Bonn, em 9 de junho de 1969, os dois originais, cada qual nos idiomas alemão e português, sendo igualmente válidos.

José de Magalhães
Pelo Governo da República
Federativa do Brasil

Pinto Willy Brandt
Pelo Governo da República
Federal da Alemanha